

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

EDMILSON JOSE ALVES

**ABANDONO NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS AÇÕES
GESTORAS NA ESCOLA CONSTÂNCIO NO MUNICÍPIO DE NACIP RAYDAN –
MG**

JUIZ DE FORA
2018

EDMILSON JOSE ALVES

**ABANDONO NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS AÇÕES
GESTORAS NA ESCOLA CONSTÂNCIO NO MUNICÍPIO DE NACIP RAYDAN –
MG**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos

JUIZ DE FORA
2018

EDMILSON JOSÉ ALVES

ABANDONO NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS AÇÕES
GESTORAS NA ESCOLA CONSTÂNCIO NO MUNICÍPIO DE NACIP RAYDAN –
MG

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos (Orientador)

Prof. Dr. Fernando Guadereto Lamas

Prof. Dr.(a) Vitória Fernanda Schettini de Andrade

Dedico este trabalho aos meus pais (Jorge e Ana), minha esposa (Imaculada), minha filha (Daiana), minha tia (Maria Madalena), minha sogra (Luzia), minha colega de mestrado Cleuza (*in memorian*) e a todos os familiares, amigos, colegas de trabalho e equipe do PPGP.

AGRADECIMENTOS

A Deus, presença fundamental em todos os momentos da minha vida e a Nossa Senhora de Fátima que me amparou sempre quando estava desanimado e sem coragem.

À Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, pela oportunidade de realizar um sonho, ou seja, fazer um Mestrado Profissional, e a Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares pelo apoio quando precisei.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos, pela ajuda e capacidade profissional para me orientar nessa empreitada tão complexa. À Priscila Campos Cunha, Agente de Suporte Acadêmico, que me orientou na condução da escrita desta dissertação sempre me incentivando a continuar, mesmo com todos os problemas.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, seu corpo docente, direção e administração; às comissões examinadoras de qualificação e de defesa pelas contribuições valiosas a este trabalho. Todos que me oportunizaram mais que a realização de um sonho, mas a formação profissional cujo desejo é contribuir com a melhoria da educação.

Ao diretor da escola pesquisada (Hernany) e às especialistas (Anamélia e Edir) pela contribuição com a pesquisa demonstrando capacidade ao responderem a todas às perguntas, deixando de fazer o seu serviço para me atender.

Aos colegas professores: Joelice e Talita, pela valiosa ajuda durante o curso na disciplina de Arte; André, que me auxiliou na tradução do resumo; Hernany, por dedicar parte de seu tempo orientando e ajudando na formatação dos gráficos e a funcionária da secretaria escolar (Meire), pelas informações prestadas com relação aos dados da escola. Aos meus colegas de trabalho (professores e funcionários) que me auxiliaram na construção desta pesquisa, na qual compartilho minhas experiências. Aos alunos que com sabedoria responderam ao questionário proposto e aos ex-alunos que dispuseram de seu tempo para a realização das entrevistas. Por meio deles, estendo meus agradecimentos a todos os profissionais que fazem parte da escola pesquisada.

Aos colegas do mestrado com os quais fiz amizade e compartilhamos trabalhos, dividimos apartamentos, além da ajuda incondicional pelas mensagens

dos fóruns e pelo grupo de *WhatsApp*, sempre incentivando e dando coragem para que eu jamais desistisse.

Aos meus pais (Ana Maria e Jorge), à minha tia (Maria Madalena), por tudo que fizeram por mim e pelo apoio constante na jornada estudantil.

Aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos (as), cunhados (as), tios (as), primos (as) e todos da minha família e amigos que me apoiaram todo o tempo. À minha sogra (Dona Luzia), pelo incentivo e orações que me ajudaram muito nessa jornada. O meu agradecimento especial, à minha esposa (Imaculada) e à minha filha (Daiana) pelo apoio, paciência, compreensão e amor que me impulsionaram a chegar ao final dessa batalha.

Ciente de que em muitos momentos estive ausente, seja fisicamente ou espiritualmente, não podendo acompanhar minha filha nos seus afazeres escolares e, em alguns casos, abrindo mão da vida social, de lazer e até mesmo de viajar, mas hoje percebo que tudo valeu a pena. Ciente também de que minha esposa e filha muitas vezes assumiram meu papel cuidando uma da outra, enquanto que me dedicava aos estudos, dedico a elas essa conquista.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, meus mais sinceros agradecimentos, o meu muito obrigado. Essa vitória é de todos que fizeram e fazem parte da minha vida.

.

“Mais justo do que tratar todos da mesma maneira é garantir que aprendam, dando atenção especial aos que poderiam ser perdidos”.

Luis Carlos de Menezes

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF). O caso de gestão estudado tem como objetivo investigar as dificuldades enfrentadas pela equipe gestora da E. E. Constâncio Correia de Alvarenga para diminuir os fatores que interferem no abandono escolar no Ensino Médio regular; também, conhecer o trabalho desenvolvido pela escola frente ao abandono desses alunos na última etapa da Educação Básica. Para melhor compreensão do caso, apresentamos um pouco da história e desafios do Ensino Médio no Brasil, em Minas Gerais e no Município de Nacip Raydan. Além das análises das taxas de abandono, aprovação, reprovação e distorção idade/série no contexto nacional, estadual e local. Na sequência, apresentamos as possíveis causas do abandono escolar relacionando-o a um referencial teórico. Realizamos um trabalho de campo junto aos profissionais da educação da escola, aos alunos matriculados e frequentes e alunos que abandonaram a escola e que residem no município (visita domiciliar). Vários fatores internos e/ou externos à escola foram apontados, como influência na decisão do aluno em abandonar a escola, por exemplo: “o desinteresse do aluno”. Discutimos esses fatores levando em consideração as análises das entrevistas e questionários relacionando-as com o referencial teórico para melhor entender o resultado da pesquisa. Percebe-se o grande desafio que a equipe gestora tem para enfrentar o problema, pois a partir da necessidade da escola foi elaborado um plano de ação educacional (PAE) com estratégias para que a escola tenha melhores resultados com relação ao abandono. Para concluir, apresentamos uma reflexão com base nos dados da pesquisa para que possa ajudar a escola a refletir sobre a sua prática pedagógica e resolver mais um dos seus desafios, o abandono, que muitas das vezes está fora do seu alcance.

Palavras-chave: Ensino Médio. Abandono Escolar. Distorção idade/série.

ABSTRACT

The present dissertation is developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The case of management to be studied, aims to investigate the difficulties of the management team of the P.S. Constância Correia de Alvarenga has been working to reduce the factors that interfere in dropout in the regular High School and to know the work developed by the school in the face of the abandonment of these students in the last stage of basic education. For a better understanding of the case we present some of the history and challenges of High School in Brazil, in Minas Gerais and in the country of Nacip Raydan. In addition to the analysis of abandonment rates, approval, disapproval and age / grade distortion in the national, state and local context. In the sequence we present the possible causes of the school abandonment, relating there is a theoretical reference. We carry out field work with school education professionals, students enrolled and frequent and students who left school that reside in the municipality (home visit). Several internal and / or external factors were identified as influencing the student's decision to leave school, such as "student disinterest". We discuss these factors taking into account the analyzes of the interviews and questionnaires relating to the theoretical reference to better understand the results of the research. It is possible to perceive the great challenge that the management team has to face the problem, since from the need of the school an action plan with strategies was elaborated so that the school has better results in relation to the abandonment. To conclude, we present a reflection based on the research data so that it can help the school to reflect on its pedagogical practice and to solve one of its challenges, abandonment, which is often out of reach.

Keywords: High School. School Dropout. Distortion age / grade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matrículas no Ensino Médio no Brasil – 2000 a 2013	38
Figura 2: Ideb do Brasil do Ensino Médio de 2005 a 2015	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Matrículas no Ensino Médio no Brasil – 2008 a 2014 por Rede administrativa	35
Gráfico 2: Matrículas por Rede e Nível de Ensino – MG/2015	43
Gráfico 3: Taxa de Aprovação do Ensino Médio no Estado, na SRE e da Escola no período de 2011 a 2016	59
Gráfico 4: Taxa de Reprovação do Ensino Médio no Estado, na SRE e da Escola no período de 2011 a 2016	60
Gráfico 5: Taxa de Distorção Idade/série do Ensino Médio no Estado, na SRE e da Escola no período de 2011 a 2016.....	61
Gráfico 6: Taxa de Abandono do Ensino Médio no Estado, na SRE e da Escola no período de 2011 a 2016	62
Gráfico 7: Abandono Escolar por turma (1º, 2º e 3º ano Ensino Médio) – Estado, SRE e Escola (2015)	63
Gráfico 8: Abandono Escolar por turma (1º, 2º e 3º ano Ensino Médio) – Estado, SRE e Escola (2016)	63
Gráfico 9: Taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos por renda domiciliar per capita de 2004 a 2012.	91
Gráfico 10: Formação dos pais dos alunos que responderam ao Questionário.....	124
Gráfico 11: Fatores que podem levar os alunos a abandonarem os estudos na opinião dos alunos.....	125
Gráfico 12: Fatores que levaram os alunos entrevistados a abandonarem os estudos	129
Gráfico 13: Tempo de atuação dos professores na escola e na área da educação	131
Gráfico 14: Formação dos professores da escola investigada	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pontos críticos para construção final e aprovação da BNCC	31
Quadro 2: Correlação das Metas 1, 2 e 3 do PNE e PME	56
Quadro 3: Fatores que podem levar os alunos a abandonarem na visão dos professores.....	134
Quadro 4: Ensino Médio em Ação – Promovendo a equidade no Ensino Médio regular	149
Quadro 5: Redimensionando o trabalho docente	156
Quadro 6: Ficha para alunos infrequentes e visitas domiciliares	160
Quadro 7: 1º Encontro da Escola Constâncio sobre abandono escolar	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do número de escolas de Ensino Médio no Brasil – 2008 a 2014	40
Tabela 2: Taxa de Rendimento por Etapa Escolar no Brasil/2014	40
Tabela 3: IDEB - Resultados e Metas - Brasil (2005 a 2015) – 9º ano do Ensino Fundamental (EF) e 3º ano do Ensino Médio (EM)	42
Tabela 4: IDEB - Resultados e Metas – Minas Gerais (2005 a 2015) – 3º ano do EM	45
Tabela 5: Números de matrículas por dependências administrativas – MG/2015	45
Tabela 6: Taxa de Rendimento por Etapa Escolar – MG – 2008 a 2015	61
Tabela 7: Taxa de abandono nas turmas do EM de 2012 a 2016 na Escola Constancio.....	72
Tabela 8: Taxa de abandono no 1º, 2º e 3º ano do EM no período de 2012 a 2016 na Escola Constância.....	72
Tabela 9: Taxa de distorção idade/série no EM no ano de 2016 (1º, 2º e 3º anos) na Escola Constância	74
Tabela 10: PROEB/2015 – Participação e Nível de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática nas turmas do 1º e 3º ano do EM (Minas Gerais – SRE – Escola)	78
Tabela 11: PROEB/2015 – Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática do 1º ano do EM, (MG – SRE – Escola).....	79
Tabela 12: PROEB/2015 – Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática do 3º ano do EM no período 2012 a 2015, (MG – SRE – Escola)	80
Tabela 13: Relação de faltas dos alunos x abandono escolar 2015 a 2017.....	110
Tabela 14: Turmas do Ensino Médio Regular e número de alunos que responderam ao Questionário/2017	121
Tabela 15: Participação da família na vida estudantil dos filhos.....	123
Tabela 16: Números de Professores Respondentes/2017	130
Tabela 17: Carga horária semanal dos professores com 1 cargo.....	133
Tabela 18: Carga horária semanal dos professores com 2 cargos.....	134
Tabela 19: Fatores que podem contribuir ou não para o abandono escolar nesta escola na visão dos professores.....	135
Tabela 20: Ações realizadas pelos Professores na redução do abandono escolar	139

Tabela 21: Ações da Escola que poderiam amenizar ou reduzir o abandono escolar na visão dos professores.....141

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CBC - Conteúdo Básico Comum
CF/88 - Constituição Federal do Brasil de 1988
CNE - Conselho Nacional de Educação
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DIM - Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho
EC - Emenda Constitucional
EF - Ensino Fundamental (Anos Iniciais e/ou Anos Finais)
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EM - Ensino Médio
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
MP 746/2016 - Medida Provisória nº. 746 de 2016
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PME - Plano Municipal de Educação
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE - Plano Nacional de Educação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEMI - Programa Ensino Médio Inovador

PPGP - Programa de Pós-Graduação Profissional

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROEB - Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

REM - Reinventando o Ensino Médio

SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SEE - Secretaria Estadual de Educação

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública

SME – Secretaria Municipal de Educação

SRE - Superintendência Regional de Ensino

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

VEM – Virada da Educação de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 DESAFIO DA GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL CONSTÂNCIO CORREIA DE ALVARENGA PARA DIMINUIR O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO REGULAR	23
1.1 Ensino médio no Brasil e os desafios do abandono escolar	24
1.1.1 Ensino Médio: a dualidade histórica	25
1.1.2 O Ensino Médio no Brasil e sua Trajetória Histórica	28
1.1.3 – Abandono escolar no Ensino Médio Brasileiro	36
1.2 Abandono escolar em Minas Gerais	45
1.2.1 Ações desenvolvidas pelo governo de Minas Gerais – Ensino Médio.	50
1.3 O município de Nacip Raydan no contexto regional e estadual..	57
1.4 Abandono escolar no contexto da escola Constâncio	68
2 ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS..	82
2.1 Referencial teórico	82
2.1.1 Fatores (internos e externos) que influenciam no abandono escolar..	84
2.1.2 Abandono escolar x fluxo x rendimento escolar	97
2.1.3 Ações dos gestores escolares no combate ao abandono escolar.....	98
2.2 Metodologia	99
2.3 Os resultados da pesquisa	105
2.3.1. Análise das entrevistas – Diretor e Supervisoras.....	105
2.3.2 Análise dos Questionários com Professores e Alunos e das Entrevistas realizadas com ex-alunos que residem no município	120
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE).....	143
3.1 Ensino Médio em Ação – Promovendo a equidade no Ensino Médio regular.....	144
3.2 Redimensionando o trabalho docente	152
3.3 Ficha para alunos infrequentes e Visitas domiciliares	158
3.4 1º Encontro da Escola Constâncio sobre abandono escolar	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	169

APÊNDICES172
ANEXOS189

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio (EM) é uma das etapas da Educação Básica compreendida entre o Ensino Fundamental e Superior e que precisa definir sua identidade. Essa definição será muito importante no processo de formação dos jovens. O Ensino Médio, desde a sua implementação, passa por discussões sobre a sua real função: preparar para o Ensino Superior? Para o mercado de trabalho? Para uma formação cidadã? Ou todas as opções?

Percebe-se que o Ensino Médio apresenta grandes desafios. Dentre eles, a própria capacidade dos governantes em procurar alternativas eficazes para superá-los. Mas, para superar esses desafios, os governos devem propor ações eficientes e realizar reformas necessárias após debate com a sociedade civil, em especial com os profissionais da educação; devem preocupar-se com a formação inicial e continuada dos professores e, principalmente, definir as fontes orçamentárias, pois educação de qualidade requer investimento.

As propostas de políticas educacionais até o momento implantadas têm apresentado um caráter paliativo e não estão garantindo uma educação de qualidade. Como as políticas públicas não conseguem resolver os problemas do Ensino Médio decorrentes do mundo contemporâneo, outro desafio é apresentado: a influência do mercado editorial. Esse vê no Ensino Médio a oportunidade de venda de materiais didáticos que, muitas das vezes, não condizem com o objetivo e proposta dessa etapa de ensino.

Como relatado, o Ensino Médio é uma etapa de escolaridade que apresenta desafios, sendo um deles o abandono escolar – desafio que atravessa a história educacional brasileira. Para a superação do abandono é preciso que a sociedade se mobilize e cobre dos governos políticas educacionais que possam resolver esse problema. Os governos também precisam buscar parceria com a sociedade, cujo objetivo comum é a diminuição dos índices de abandono escolar.

Queiroz (2012) destaca que o Brasil inteiro enfrenta o problema do abandono, pois essa realidade não é específica de alguns estados ou de algumas escolas. Por essa razão, o Ensino Médio passou a ser tema central nas discussões e pesquisas educacionais na atual conjuntura brasileira. A autora destaca outras questões que estão relacionadas com o problema do Ensino Médio, como por exemplo, o

analfabetismo das crianças e jovens que estão chegando a essa etapa de escolaridade e a não valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Todas essas questões têm preocupado os educadores brasileiros que se questionam sobre o(s) motivo(s) das crianças não permanecerem na escola.

Dados do Relatório de desenvolvimento, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sinalizaram que em 2012 o Brasil possuía uma taxa de abandono de 24,3 %, terceira maior taxa entre os países desenvolvidos, (PNUD, 2012). Conforme dados do Ministério da Educação (MEC), com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Ensino Médio apresenta um cenário desafiador no Brasil, porque os jovens estão mais propensos a trocar o estudo pelo trabalho. Dados oficiais do MEC/Ideb, com relação à meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE - 2014/2024)¹, sinalizam que apenas 83,3 % dos estudantes frequentam a escola e desse percentual 59,5 % estão na idade correta para a etapa de ensino. Um (1) em cada dez (10) estudantes abandona a sala de aula antes do término do ano letivo; 12 % dos estudantes são reprovados e 30 % dos matriculados estão com atraso de mais de dois anos no fluxo regular (MEC/Ideb - 2011/2013). Universalizar o Ensino Médio é garantir a permanência do aluno na escola e que o mesmo conclua essa etapa do ensino na idade certa e com qualidade.

O estudo realizado por Soares *et al.* (2015), em MG, mostrou diversos fatores que influenciam no abandono escolar. Tais fatores estão relacionados com o próprio aluno, com a escola (gestão/professores), com a família e, até mesmo, com a comunidade em questão. Para os autores é necessário aumentar o interesse e despertar a motivação dos jovens com tendência ao abandono e/ou reprovação em tempo, o que deve ocorrer por meio de projetos específicos para esse público. As iniciativas nessa direção devem começar nos Anos Iniciais, dado que diversos

¹ LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Ele estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da Educação. Municípios e unidades da federação devem ter seus planos de Educação aprovados em consonância com o PNE. Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos (2014/2024), a partir de 26/06/2014, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

autores tendem a concordar que o abandono é um processo que começa ainda no primeiro ano escolar.

Considera-se que trabalhar com educação não pode ser um trabalho isolado. Por essa razão, o gestor escolar precisa contar com sua equipe de trabalho. Assim, é muito importante o trabalho coletivo de uma escola de modo que todos se tornem corresponsáveis pelo seu sucesso. A participação de toda comunidade escolar é a garantia do processo de ensino e aprendizagem de qualidade para todos.

Pensando nessas condições e analisando o contexto escolar da Escola Estadual Constâncio Correia de Alvarenga, percebeu-se que a taxa de abandono no Ensino Médio é bem superior às taxas do Brasil e de Minas Gerais (MG). A taxa de abandono em 2015 no Brasil foi de 6,8 % e em Minas Gerais de 6,7 %; enquanto que a mesma taxa, no mesmo ano, na escola citada foi de 15,2 % (Censo da Educação Básica/INEP - 2015).

Desse modo, o campo de pesquisa desta dissertação é a E. E. Constâncio Correia de Alvarenga. A Escola fica localizada na cidade de Nacip Raydan/MG que pertence à jurisdição da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Governador Valadares. O pesquisador deste trabalho foi gestor dessa escola e hoje exerce a função de vice-diretor, tendo, portanto, um vasto conhecimento dos problemas enfrentados pela instituição.

No final do ano letivo de 2015, após a realização do conselho de classe para encerramento do ano letivo, nós ficamos (eu e a equipe gestora) muito preocupados com o abandono dos alunos nas turmas de Ensino Médio regular. Analisando os dados disponíveis e discutindo esse nível de ensino, chegamos ao consenso que era necessário uma reflexão profunda sobre o Ensino Médio e que o mesmo teria, portanto, um olhar diferenciado sobre ele.

Por esse motivo, a questão de investigação que se coloca nesta dissertação é: quais as dificuldades da equipe gestora da E. E. Constâncio Correia de Alvarenga têm em diminuir os fatores que interferem no abandono escolar dos alunos do Ensino Médio regular?

Para responder a essa questão, o objetivo geral deste trabalho é investigar as dificuldades da equipe gestora em diminuir os fatores que interferem no abandono escolar dos alunos no Ensino Médio regular.

Para alcançar o objetivo geral são apresentados os seguintes objetivos específicos: 1 – descrever o contexto nacional, estadual e da escola em estudo no que se refere ao abandono escolar; 2 – descrever a equipe gestora, a equipe docente e os alunos da E. E. Constâncio Correia de Alvarenga, bem como as ações pedagógicas realizadas na escola para garantir a permanência dos alunos; 3 – analisar as dificuldades que a escola enfrenta para diminuir o abandono dos alunos do Ensino Médio; 4 – propor um plano de ação educacional (PAE) que possa auxiliar a gestão escolar no enfrentamento dos índices de abandono escolar nessa etapa de ensino.

Assim, esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro está estruturado da seguinte forma: uma visão geral do problema do abandono escolar no Ensino Médio no Brasil, em Minas Gerais e na escola; os desafios apontados na superação do mesmo, passando por sua trajetória e uma breve reflexão sobre a sua dualidade histórica e embasamentos legais na sua construção. Uma discussão dos direitos fundamentais das crianças/jovens com relação à educação presentes nas legislações, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Meta 3), a Base Nacional Comum Curricular (2016), a Medida Provisória (MP 746/2016 - reforma do EM), as Resoluções Estaduais e outros documentos orientadores.

Discute-se ainda neste capítulo o acesso ao Ensino Médio, analisando a evolução no nº. de escolas, as taxas de matrículas, de rendimento e fluxo (aprovação, reprovação, abandono e distorção idade/série) no Brasil, no estado de MG, na regional e finaliza-se com a escola selecionada para a pesquisa.

Serão conhecidas algumas ações dos Governos Federal e Estadual voltadas para o Ensino Fundamental e Médio e suas influências no problema em estudo e na superação dos desafios apontados. Será debatido o problema do abandono escolar em nível Regional e Municipal, comparando-se a Meta 3 que trata do Ensino Médio do PNE/2014 com o Plano Municipal de Educação.

O capítulo caminha para o encerramento com a apresentação da história do Município de Nacip Raydan e sua inserção no contexto Regional e Estadual com a análise de dados educacionais e socioeconômicos. Com relação ao contexto escolar, é feita a apresentação de alguns dados e um pouco da sua história. Ainda

uma reflexão dos resultados do Ideb e das avaliações externas (Brasil e Minas Gerias), finalizando com as possíveis hipóteses a respeito do que possa levar o aluno a abandonar a escola.

No segundo capítulo, por sua vez, busca-se discutir a questão do abandono escolar com base na literatura sobre essa temática. O Ensino Médio e os seus desafios, levando em consideração os trabalhos de pesquisa de Krawczyk (2009); com relação às matrículas, apoia-se no texto de Costa (2013); sobre a universalização do Ensino Fundamental e seus reflexos no Ensino Médio, no estudo de Oliveira (2007).

Para dialogar sobre as causas, os fatores internos/externos que podem provocar o abandono escolar no Ensino Médio, a discussão apoia-se nos trabalhos de Queiroz (2012), Camargo e Rios (2012) e Soares *et al.* (2015). Já a partir de Fritsch *et al.* (2014) discute-se a relação do abandono escolar com a distorção idade/série. Com base nesses autores, será analisada a relação do fluxo/rendimento escolar com o abandono. Também será considerado o trabalho de Ferreira (2016) que apresenta algumas competências do gestor que servirão de base no desenvolvimento das ações da equipe gestora no enfrentamento do problema, complementando com o trabalho de Aquino (2013) que discute atuações da gestão escolar no combate ao abandono.

Ainda no capítulo 2, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa. O percurso e os instrumentos utilizados para a coleta dos dados (análise documental, aplicação de questionário para os alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio e professores, entrevista com o diretor e supervisor, visita domiciliar com entrevista aos alunos que abandonaram) e, por fim, é apresentada a análise dos dados levantados na pesquisa de campo.

O terceiro e último capítulo é composto por um Plano de Ação Educacional (PAE) elaborado com base nos dados da pesquisa e com o objetivo de combater, ou amenizar, o problema do abandono escolar e, assim, proporcionar ao aluno a conclusão dessa etapa de ensino na idade certa.

1 DESAFIO DA GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL CONSTÂNCIO CORREIA DE ALVARENGA PARA DIMINUIR O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

Ao longo da história do Brasil várias reformas educacionais aconteceram no ensino brasileiro, principalmente no Ensino Médio. Entretanto, tais reformas não têm surtido muito efeito, como será demonstrado adiante. A princípio, pode-se citar como exemplo, o resultado do Ideb do Brasil, no período de 2005 a 2015, que evoluiu pouco e esteve estagnado de 2011 a 2015.

Além dos resultados das avaliações externas, citam-se os resultados dos rendimentos escolares, que envolvem um problema grave, não superado pelas escolas, que é a repetência escolar. De acordo com Fritsch et al. (2014) a reprovação não é maior porque os alunos abandonam a escola antes de serem reprovados.

Com o passar do tempo, desenvolveu-se uma cultura de fracasso escolar na qual alguns acabam abandonando a escola e outros tentam seguir adiante, mas devido a constantes reprovações, muitos acabam constituindo um grupo em condição de distorção idade/série. Para Fritsch et al. (2014), esse grupo acaba gerando mais abandono escolar, e no Ensino Médio, a perda de alunos do sistema é preocupante. Assim, não é suficiente apenas incluir todos no sistema educacional, é necessário pensar em como transcorre o percurso da vida escolar das crianças e também dos adolescentes.

Ainda de acordo com os autores, a taxa de abandono de quem está em distorção idade/série é muito superior à daqueles que não estão nessa condição. Essa taxa é um indicador importante no sentido de revelar um perfil de aluno, gerando um manancial de estudantes que acaba em condições de abandono ou reprovação.

Segundo Soares et al. (2015), pode-se traçar um perfil geral dos jovens mais vulneráveis ao abandono do Ensino Médio: os de menores condições econômicas, os do sexo masculino, os que apresentam histórico prévio de reprovação, abandono e baixo desempenho acadêmico.

Além dos problemas relatados anteriormente, o ensino brasileiro sofreu influências com o projeto de modernização e democratização social do país e com a

universalização do Ensino Médio. A escola passou a atender uma clientela diversificada como a classe popular e a desigualdade social é apontada como um dos fatores determinantes do abandono escolar. Pois, segundo Queiroz (2012, p. 4), “os alunos de nível socioeconômico mais baixo têm um menor índice de rendimento e são mais propensos ao abandono”.

Após essas considerações, este capítulo analisa a trajetória do Ensino Médio no Brasil, os avanços e os desafios dessa etapa da Educação Básica tendo como foco o abandono escolar. Discutem-se quais são os fatores que podem influenciar o aluno a abandonar a escola, pois, de acordo com Fritsch et al. (2014), os indicadores educacionais como taxa de acesso, de repetência, de reprovação, de distorção idade/série são um alerta para um repensar da escola no que diz respeito às suas implicações como a permanência e o sucesso dos estudantes nas escolas.

1.1 Ensino Médio no Brasil e os desafios do abandono escolar

Dentre os desafios para efetivação de um Ensino Médio de qualidade, que atenda aos anseios da comunidade, segundo Aquino (2013, p. 26), pode-se citar “o combate ao abandono escolar como um dos maiores obstáculos para garantir resultados satisfatórios no rendimento escolar e na qualidade da educação oferecida em nosso país”.

A polêmica com relação ao direito à educação é histórica, pois antigamente os direitos à educação eram privilégios de alguns grupos da sociedade, aqueles que tinham melhores condições financeiras. Atualmente, todos têm direito à Educação Básica. Contudo, a qualidade do ensino oferecido vem sendo questionada, dado que alguns grupos ainda continuam tendo vantagens em relação a outros.

Como exemplo de exclusão, volta-se ao passado. Para ingressar no ginásio (atualmente, Anos Finais do Ensino Fundamental) era preciso passar por um exame de seleção (admissão). Com as conquistas de novos direitos fundamentais, em especial com a ampliação da escolaridade obrigatória para oito anos, não justifica mais a aplicação do exame de admissão ao final dos Anos Iniciais impedindo a progressão de todos nos estudos. A manutenção desses exames significaria a negação desses direitos. Assim, observou-se um inédito processo de expansão das matrículas no Ensino Médio nos anos de 1990, pois o acesso a esse nível de ensino

ainda era predominante das classes com melhores condições econômicas, atendendo historicamente uma pequena parcela da população (QUEIROZ et al., 2008).

1.1.1 Ensino Médio: a dualidade histórica

O Ensino Médio é a etapa da educação básica situada entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior, durante a sua trajetória recebeu variadas denominações. Nas diversas mudanças que ocorreram, registraram-se instabilidades e indefinições que continuam na atualidade, algumas consolidadas nas reformas educacionais ocorridas no Brasil no século XX (LINS, 2014).

É importante conhecer a história do Ensino Médio e as influências sofridas para a superação dos seus desafios. Um desses desafios está ligado à questão curricular de forma a atender a todos. Para compreender os problemas do Ensino Médio, é preciso relacioná-lo com o contexto histórico e político do país e de todo o processo educacional brasileiro. Além disso, é necessário analisar as legislações que norteiam essa etapa de ensino e que ajudarão na busca das soluções para os problemas.

Em um retorno à origem do Ensino Médio, evidenciam-se contradições sociais e políticas do país que estavam baseadas na agricultura e na expansão do comércio, chegando ao processo de industrialização. Mas, não havia uma definição de um currículo efetivamente sistematizado. O que o definia era o currículo das disciplinas para preparação dos jovens para a faculdade, tornando-o cada vez mais propedêutico.

Segundo Lins (2014), o Brasil passou da produção agrícola para a industrial, fazendo com que o país precisasse de mão de obra qualificada, sendo um dos meios para atender a essa demanda a educação. Assim, mais uma vez, o Ensino Médio viveu o dilema: preparar o aluno para o Ensino Superior ou profissionalizante?

Lins (2014) também afirma que o Ensino Médio vive constantemente uma disputa de classe: de um lado, a classe com melhores condições financeiras que defende um ensino propedêutico, pois a sua expectativa é de ver os filhos no Ensino Superior e, do outro lado, a classe de menores condições socioeconômica que, com a aprovação da Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, vê no ensino

profissionalizante a oportunidade dos filhos inserirem-se no mercado de trabalho, dado que a possibilidade de cursar uma faculdade é remota. Mesmo com a aprovação da lei, ocorreu um enfraquecimento do ensino propedêutico e o profissionalizante não conseguiu atingir os objetivos propostos.

No início da década de 1980, com a publicação, nos Estados Unidos, do relatório “Uma nação em Risco”, desenhou-se um quadro alarmante de perda de competitividade decorrente do declínio nos padrões educacionais. Iniciaram-se, assim, as políticas de responsabilização (*accountability*) e a racionalidade econômica passou a ser o ideal aplicado nos setores públicos educacionais com novos padrões curriculares e estabeleceram-se novos testes alinhados a esses padrões, inclusive com sistemas de incentivos e sanções de acordo com os resultados.

Ao considerar as ideias de Lins (2014), essas mudanças que estavam acontecendo no mundo influenciaram as relações econômicas/ e políticas do Brasil, fazendo com que ocorresse um grande debate no setor educacional brasileiro, em especial nas políticas voltadas para o EM. Essas mudanças procuravam atender certos interesses, mas de outro lado estavam presentes os movimentos sociais que defendiam uma educação igualitária para todos.

Na década de 90 e no início do novo século, o Ensino Médio passou por grandes mudanças, tanto em sua estruturação como na definição de seu conceito. A discussão posta foi sobre o real papel do Ensino Médio na formação dos jovens, pois as políticas e programas apresentados ainda não conseguiam definir com clareza os objetivos desse nível de ensino. Com essas indefinições, Aquino (2013, p. 27) aponta que os dados têm demonstrado um “cenário de abandono alto, que precisa ser analisado, pois podem ser indícios da insatisfação da sociedade em relação à última etapa da Educação Básica e seu funcionamento”.

Todo esse embate esteve presente nos debates da atual LDBEN, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que apresenta o Ensino Médio como um nível de ensino intermediário que precisa definir sua finalidade que é bastante clara com relação às responsabilidades e objetivos:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o

pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

O Ensino Médio deve, portanto, preparar plenamente o aluno para que possa enfrentar o mundo contemporâneo, exercer o seu papel de cidadão conhecedor de direitos e deveres e, ao mesmo tempo, estar preparado para o mercado de trabalho.

Para reforçar essas finalidades, Aquino (2013) cita o Artigo 35 da LDBEN/96: o Ensino Médio deve preparar o aluno para o mercado de trabalho, exercer com plenitude a sua cidadania, consolidar as capacidades e habilidades do Ensino Fundamental e ser capaz de prosseguir os seus estudos. Dessa forma, a educação estaria atendendo aos anseios do aluno e lhe promovendo melhores condições de vida.

Ainda, segundo Lins (2014), vários problemas já foram diagnosticados no percurso do Ensino Médio, várias políticas educacionais foram implementadas para resolução dos mesmos, porém os desafios permanecem. Para a superação desses problemas, definir qual é o papel do Ensino Médio talvez seja o mais urgente.

Para Lins (2014), a problemática do Ensino Médio:

Não pode ficar subjacente ou dimensionada apenas em dados estatísticos ou na diversidade de projetos fragmentados que tentam equacionar, quase sempre de forma isolada e desarticulada, alguns efeitos sem, contudo aprofundar sobre as causas. Essas nos remetem quase que obrigatoriamente a voltar às origens do nosso Ensino Médio, percorrer sua trajetória, repleta de reformas, algumas de forma explícita, outras camufladas (s/p).

Na última década foram direcionadas ao Ensino Médio políticas e programas do Governo Federal que proporcionaram a ampliação da carga horária e a organização curricular flexível. Por exemplo, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) que foi incentivado pelo MEC na perspectiva do desenvolvimento de experiências curriculares inovadoras.

Contudo, ainda se busca para o Ensino Médio uma proposta que, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM),

[...] desenvolva possibilidades formativas com itinerários diversificados que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos no momento em que cursam esse nível de ensino (DCNEM, 2011).

Há, contudo, uma diferença muito grande entre o que é proposto e a realidade. Apesar de muitos esforços, o Ensino Médio continua sendo pouco atraente e ainda não atende as expectativas e necessidades de mais de 40% dos jovens brasileiros, conforme estimativas produzidas pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) ².

O que se espera é que propostas sugeridas por autores e leis estejam baseadas na realidade do aluno e da comunidade. Que essas promovam uma educação de qualidade e que atendam às expectativas existentes, inserindo, de forma plena, o aluno no meio no qual ele escolha viver, desenvolvendo-o como cidadão participante e capaz.

1.1.2 O Ensino Médio no Brasil e sua Trajetória Histórica

Desde a sua implantação, o Ensino Médio vivenciou diferentes momentos históricos que refletiram diretamente em sua estrutura e organização. Reformas foram propostas com a intenção de dinamizar essa etapa de ensino.

A autora Romanelli (1999), em sua obra 'História da Educação no Brasil', fez uma contextualização do Ensino Médio. Passa-se, portanto, à transcrição de alguns trechos referenciando essa trajetória com acréscimo do trabalho realizado por Queiroz et al. (2008) e Lins (2014).

Com base nos estudos de Queiroz et al. (2008), o Ensino Médio no Brasil iniciou-se com os jesuítas no período colonial, atendendo à elite, visto que uma minoria tinha acesso ao ensino secundário, pois o reino português não custeava o ensino na colônia. Porém, com a chegada da Família Real, o Ensino Médio transformou-se em dois modelos: um modelo que atendia à elite e outro voltado para as camadas sociais menos favorecidas, o que ocorreu por meio da criação do Colégio de Fábricas, cujo objetivo era o Ensino Técnico Profissionalizante. Essa divisão representou um avanço, especialmente por ser uma escola pública. Com esse avanço, no Período Regencial (1834) as Províncias (atuais estados) ficaram com a responsabilidade do Ensino Primário e Secundário (preparar para o Ensino

² Informações com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 2001 a 2011 (Site do IETS/2016).

Superior, de caráter exclusivamente propedêutico e não profissionalizante); reservava-se ao poder Central a responsabilidade do Ensino Superior.

Já durante a Primeira República, a Constituição Federal (CF) de 1891 estimulava a educação pública, mas ao mesmo tempo, não oferecia as condições para a expansão desse ensino. Observa-se, que nesse período há falta de escolas, ou seja, o problema do Ensino Médio vem ocorrendo desde seu início. Além da falta de escolas, o Ensino Médio sofreu várias reformas que tentaram equiparar as escolas oficiais com as escolas particulares, acabar com a imagem de curso preparatório para o Ensino Superior e propor uma melhor organização do ensino com relação ao tempo. Entretanto, permanecia o objetivo de preparar o aluno para o ingresso ao curso superior (ROMANELLI, 1999 e QUEIROZ et al. 2008).

Com objetivo de alcançar a organização do ensino, em especial o Ensino Médio, somente após a revolução de 1930 teve a criação do Ministério da Educação, pois até então, não havia no Brasil um órgão governamental responsável exclusivamente pela educação.

Com a criação do Ministério da Educação amplia-se o debate e a luta pela universalização da escola pública, laica e gratuita, sendo que um dos movimentos defensor dessa luta foi o movimento “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (Escola Nova) em 1932. Para garantir a educação como direito de todos e uma maior participação da família como corresponsável pela educação e não só os poderes públicos, em 1934, é aprovada a Constituição do Brasil que em seu corpo faz essa defesa. Mesmo assim, muitos desses objetivos ainda não foram contemplados plenamente (ROMANELLI, 1999, QUEIROZ et al., 2008).

Na busca de um Ensino Médio que atendesse a todos, em 1942 ocorre a Reforma de Gustavo Capanema com o objetivo de criar os cursos colegiais divididos entre Ginásio e Científico. Tinha a preocupação com a formação humanista, patriótica e preparatória para o Ensino Superior, sendo chamado de Ensino Secundário. Embora houvesse demanda por cursos técnico-profissionalizantes, esses eram desprezados pelas classes mais privilegiadas, que almejavam o curso superior, o que não difere da atual realidade. Para incentivar a procura pelos cursos técnicos, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), (ROMANELLI, 1999).

Apesar desses avanços, era necessário discutir e aprovar regras claras para a organização do Ensino Médio, o que veio acontecer somente em 1961 com a aprovação da 1ª. LDBEN (com base na CF/1946). Essa teve forte pressão do setor privado que temia uma interferência estatal em seu modelo de ensino, visto que a LDBEN definia o Ensino Secundário como: “a educação de grau médio, em prosseguimento a escola primária, destina-se à formação do adolescente”, além de que colocava no mesmo plano de igualdade o curso secundário, os cursos técnicos e os pedagógicos (ROMANELLI, 1999).

Prosseguindo a história do Ensino Médio e tendo como referência a CF/1967, é aprovada a Lei 5.692/71 que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação (1º e 2º grau) em âmbito nacional, além de priorizar o ensino de 7 a 14 anos, tornando-o obrigatório, mas somente para o 1º grau. As escolas de 2º grau deveriam garantir uma qualificação profissional que fosse de nível técnico ou de auxiliar técnico. Com o passar do tempo, multiplicaram-se os cursos técnicos sem a manutenção de sua qualidade original e, por essa razão, em 1982 foi aprovada a Lei nº. 7.044 de 18 de outubro de 1982 revogando aspectos da profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau, (ROMANELLI, 1999, QUEIROZ et al., 2008, LINS, 2014)

A partir da década de 1980 há a instituição da CF/1988, que não só garantia a qualidade do ensino, mas também a garantia do acesso à educação. Além dessa garantia, a Constituição Federal determina que é dever do Estado fornecer o Ensino Médio (antigo 2º grau) gratuito a toda a população. Além da gratuidade, propõe a “progressiva extensão da obrigatoriedade ao Ensino Médio”. O aumento dos direitos assegurados pela Lei faz com que o Estado procure alternativas que possibilitem, num curto prazo de tempo, que todos os brasileiros pudessem cursar o Ensino Médio. A própria CF/88, em seu Art. 205, estabelece os objetivos da educação no país: “garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Para Queiroz (2008), com a aprovação da CF/88 e a redemocratização brasileira, a Escola e o Ensino Médio passaram a assumir novas funções e exigiram a definição de novas diretrizes que, mais tarde, ajudariam a construir a nova LDBEN (Lei nº. 9.394/96). A nova LDBEN/96 restabeleceu a nomenclatura Ensino Médio, mas ainda não deixou claro o real papel desse nível de ensino. Ela oportunizou a ampliação da oferta do Ensino Médio público, mas não garantiu os recursos para um

maior investimento, o que provocou uma grande queda na qualidade do ensino público brasileiro.

As indefinições nessa modalidade de ensino fizeram com que o governo instituísse complementarmente a Lei 2.208/97 determinando que a formação técnica fosse ofertada separadamente do Ensino Médio regular. Assim, a dualidade não só foi consolidada, mas reconhecida formalmente. Entretanto, mesmo com a aprovação da referida lei, não se conseguiu atrair a atenção dos jovens. Na tentativa de conquistar os jovens e promover a sua permanência na escola, em 2004 foi aprovado o Decreto nº. 5.154/2004 alterando alguns dispositivos dessa lei com o objetivo de possibilitar a reintegração entre Ensino Médio e Ensino Técnico (Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante). Em 2007, já se contava com 21 unidades da Federação oferecendo Ensino Médio Integrado ao profissionalizante (QUEIROZ *et al.*, 2008).

É possível perceber que o Ensino Médio é a etapa da Educação Básica que mais sofreu e sofre com as constantes mudanças. Na perspectiva de buscar sempre a melhoria desse nível de ensino, vislumbrou-se a possibilidade de alavancar a nossa educação com a construção e aprovação de um Plano Nacional de Educação (PNE - 2001/2011)³. Uma vez que o mesmo visava garantir o acesso ao Ensino Médio daqueles que tinham concluído o Ensino Fundamental em idade regular, a partir do ano de sua promulgação (2001)⁴.

No entanto, o que se observa é que o PNE não alcançou a maior parte das metas e objetivos propostos, resultado de ter ficado restrito ao *rol* de boas intenções, pois não se constituiu como política de Estado, não articulou os diversos setores da administração entre si e nem com a sociedade; não se preocupou em utilizar instrumentos de avaliação e monitoramento das ações nele contidas⁵.

Acerca do investimento no Ensino Médio, em junho de 2005, o MEC encaminhou projeto de lei para substituição do Fundo de Manutenção e

³ O PNE (2001/2011) - Lei nº. 10.172/2001 - DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º - A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

⁴ Fonte: Site Observatório do PNE (2015).

⁵ Fonte: Site Observatório do PNE (2015).

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que financiava apenas o Ensino Fundamental, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que financia toda a Educação Básica, da Educação Infantil (creche) ao Ensino Médio. Alguns especialistas associam a queda das taxas de abandono nos Anos Finais do EF e do EM, a partir de 2010, à criação do FUNDEB em 2006, pois ocorreu melhor distribuição dos recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios com base no total de alunos matriculados (QUEIROZ et al., 2008, LINS, 2014).

Nota-se que houve significativa melhoria na qualidade da educação brasileira, verificada no aumento das taxas de fluxo escolar, diminuição da distorção idade/série, abandono e elevação dos níveis de proficiência no Ensino Fundamental e, conseqüentemente, aumentou-se o número de matrículas no Ensino Médio⁶.

A inserção do Ensino Médio na Educação Básica deu-se com a possibilidade de recursos financeiros, por meio do FUNDEB, que passou a atender a esse nível de ensino e, em 2009, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº. 59/2009 que deu nova redação ao Art. 208 da nossa Constituição, tornando a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade.

Segundo Fritsch (2014), para além da:

[...] universalização do acesso, é preciso também uma política voltada para permitir a possibilidade de o estudante permanecer, dando continuidade a seus estudos até a conclusão de cada etapa do sistema educacional (p. 231).

Ainda, na análise da história do Ensino Médio e as influências sofridas ao longo do tempo, em 30 de janeiro 2012 foi aprovada a Resolução nº. 2, de 30 de janeiro 2012, que define as DCNEM/2012⁷, com objetivo de tornar mais clara a identidade dessa etapa de ensino. As DCNEMs estabeleceram um currículo mínimo,

⁶ Fonte: Site *Meritt* e Fundação *Lemann* (2015).

⁷ - Resolução nº. 2, de 30 de janeiro 2012:

Art. 1º. A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas na organização curricular pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares.

Parágrafo único: Estas Diretrizes aplicam-se a todas as formas e modalidades de Ensino Médio, complementadas, quando necessário, por Diretrizes próprias.

Art. 2º. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e [...], Implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que oferecem o Ensino Médio.

considerado base em qualquer realidade brasileira, com o intuito de garantir a equidade na aprendizagem, permitindo ao professor o acesso a conteúdos básicos que podem ser apresentados de acordo com as necessidades da sua clientela. Elas "possibilitaram a definição de uma grade curricular mais atrativa e flexível, capaz de atrair o aluno para o Ensino Médio e combater a repetência e abandono" (BRASIL, 2012).

Dentro da perspectiva apresentada, os componentes curriculares (todos eles) seriam atravessados por dimensões da realidade social, fossem elas de aspecto cultural, tecnológico, corporal, social, ambiental, ou outro qualquer; concomitantemente, colocava-se o discente como protagonista, especialmente na forma de investigar as questões apresentadas pelos docentes.

Mesmo com a aprovação das DCNEMs, o Ensino Médio continuou sendo campo de estudos e debates constantes, tornando-se o centro das discussões. Por meio dessas discussões e pela necessidade de ampliar o trabalho de atuação do docente e o envolvimento do discente, surgiu a oportunidade de aprofundar o debate de uma nova proposta curricular. Essa oportunidade apareceu com a construção do novo PNE (2014-2024) que estabeleceu a Meta 3, específica para o Ensino Médio. Essa Meta propôs universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento); também previsto no Projeto de Lei 2.882 de 2015 para o Estado de Minas Gerais.

A Meta 3 estabelece algumas estratégias para melhorar a qualidade do Ensino Médio e alcançar os objetivos propostos. Cita-se algumas dessas que estão diretamente ligadas ao problema em estudo, ou seja, ao abandono escolar: correção do fluxo escolar; expansão de matrículas, observando as peculiaridades da população; busca ativa da população de 15 a 17 anos; programas para jovens com distorção idade/série das populações do campo e urbana; redimensionamento da oferta do Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, dentre outras (PNE - 2014/2024).

Atingir essa meta é um desafio monumental para os entes federativos. O sucesso no atendimento da Meta 3 é desafiador, pois exigirá não apenas o alinhamento dos planos de educação (Municipais, Estaduais e Nacional), mas a

aglutinação de forças de toda a sociedade. Porém, um dos principais desafios no campo das políticas educacionais é a elevação da taxa líquida de matrículas do Ensino Médio de 59,5 % para 85 %, conforme estabelecido (PNE 2014 / 2024).

Outros desafios relacionados às fragilidades sociais e estruturais interferem na permanência dos alunos nas escolas e requerem ações urgentes a fim de saná-las. Diversos problemas são apontados na literatura e aqui retomados: 1. Violência na escola; 2. Gravidez não planejada; 3. Distorção idade/série na educação brasileira; 4. Abandono e reprovação escolar; 5. Formação de professores; 6. Valorização do professor; 7. Falta de identidade do Ensino Médio: I - preparar para o vestibular; II - formação para a cidadania plena ou III - preparar para ingressar no mundo de trabalho, (BROOKE, 2012; PONTES, 2012; UNICEF, 2014; VANINI, 2014; MAZZI, 2015).

Com o objetivo de superar tais desafios, a Meta 03 do PNE contém estratégias importantes para o desenvolvimento do Ensino Médio no Brasil. Porém, com o atual contexto, o país ainda está longe de alcançar patamares ideais e a meta estabelecida para o Ensino Médio no PNE 2014/2024.

Junto com o debate realizado na construção do PNE, discute-se também a implantação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC deve constituir-se como um avanço na construção da qualidade da educação; nortear um projeto de nação; orientar os sistemas na elaboração de suas propostas curriculares para as diferentes etapas de escolarização; formação humana integral e uma educação de qualidade social.

Na BNCC estão definidos os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento em direção à garantia de acesso pelos estudantes às condições para seu exercício de cidadania; também encoraja aos professores a propiciarem aos estudantes oportunidades para o desenvolvimento da autoconfiança, mediante sua participação ativa em experiências desafiadoras e atraentes. E com relação aos alunos, espera-se:

O estudante deve ser motivado, em seu percurso escolar, questionar, formular, testar e validar hipóteses, buscar contra exemplos, modelar situações, verificar a adequação da resposta a um problema, desenvolver linguagens e, como consequência, construir formas de pensar que o levem a refletir e agir de maneira crítica sobre as questões com as quais ele se depara em seu cotidiano. (BNCC, 2ª versão, 2016, p. 131).

A BNCC (2016) contempla, nas diferentes áreas de conhecimento, temáticas referentes à interculturalidade, à sustentabilidade socioambiental, assim como às causas históricas, políticas, econômicas e sociais das diferentes formas de discriminação e exclusão. Contribui, assim, para a identificação e a superação das desigualdades socialmente construídas e que devem orientar uma Educação Básica que vise à formação humana integral, também a construção de uma sociedade mais justa na qual todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão sejam combatidas.

Nesse sentido, a construção e aprovação da BNCC apresentam-se como uma nova perspectiva para a educação brasileira, mas que atualmente na conjuntura política do país, encontra alguns fatores críticos na construção e aprovação da Base nessa reta final. O quadro 1 mostra alguns desses pontos críticos:

Quadro 1 - Pontos críticos para construção e aprovação da BNCC

1	A brusca ruptura da estrutura do grupo de trabalho na sua construção provocada pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff.
2	As mudanças de Ministro da Educação e equipe de alto escalão do MEC com a troca de comando da presidência, mudando significativamente a visão de vários pontos da Base.
3	A troca de Conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo atual governo, mudando significativamente sua composição.
4	Reforma do Ensino Médio proposta por Medida Provisória, atrelando as mudanças curriculares na BNCC.
5	Forte intervenção conservadora nas comissões de análise da Base, fortalecidas pelo Projeto Escolas Sem Partido.
6	Grande influência de institutos ligados a grupos econômicos, como a Fundação Lemann e Instituto Unibanco.
7	Projeto de Lei 4.486/16 que propõe sua aprovação pelo Congresso Nacional, que daria a base força de Lei, diferente da prerrogativa dada ao CNE.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base no site da BNCC/2016 e TOKARNIA (2016).

Conforme visto até aqui, a trajetória do Ensino Médio é marcada por reformas, muitas dessas atendendo a interesses políticos e econômicos. Atualmente, discute-se a reforma do Ensino Médio, que está gerando muita polêmica, pois a proposta de reforma foi apresentada via Medida Provisória (MP 746/2016) ⁸ sem discussão com

⁸ - MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 746, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº. 11.494

a sociedade civil. A reforma propõe algumas modificações para essa etapa do ensino, alterando artigos da LDBEN/96, tais como: a desobrigação da existência de algumas disciplinas; a progressiva ampliação da carga horária e a determinação de itinerários de aprendizagem aos quais o aluno deverá escolher de acordo com seus interesses e aptidões. A Medida Provisória também determina a possibilidade de contratação de professores considerando o notório saber. Esses professores devem ministrar aulas nos eixos temáticos de disciplinas profissionalizantes.

O próprio instrumento utilizado para efetuar tais mudanças - Medida Provisória - talvez não traga tanto efeito como se espera e se conhece da necessidade dessa reforma, uma vez que não se optou por um debate que abarcasse todos os envolvidos, desde professores, gestores, alunos e seus responsáveis, desconsiderando-se, assim, as possibilidades de contribuições desses segmentos.

A reforma do Ensino Médio ainda propiciará muitos debates, pois conforme análises aqui realizadas, todos concordam que essa etapa da Educação Básica precisa de reforma, mas a discordância está na maneira como foi implementada a reforma: via Medida Provisória e sem um debate aprofundado com a comunidade brasileira.

Além dessa reforma proposta, outras com certeza virão, pois os problemas do Ensino Médio não serão resolvidos com essa reforma, precisamos avançar sobre a qualidade da educação e melhorar o atendimento aos jovens que estão chegando às escolas.

Considerado os problemas enfrentados pelo Ensino Médio, destaca-se o abandono escolar e, na sequência, passa-se a alguns desafios, tais como a expansão das matrículas, o acesso e permanência dos alunos, abandono e rendimento escolar do Ensino Médio no contexto brasileiro.

1.1.3 Abandono Escolar no Ensino Médio Brasileiro

Ao retomar os dados do Ensino Médio, observa-se um aumento significativo no número de matrículas nessa etapa de ensino no Brasil: em 1994, eram em torno

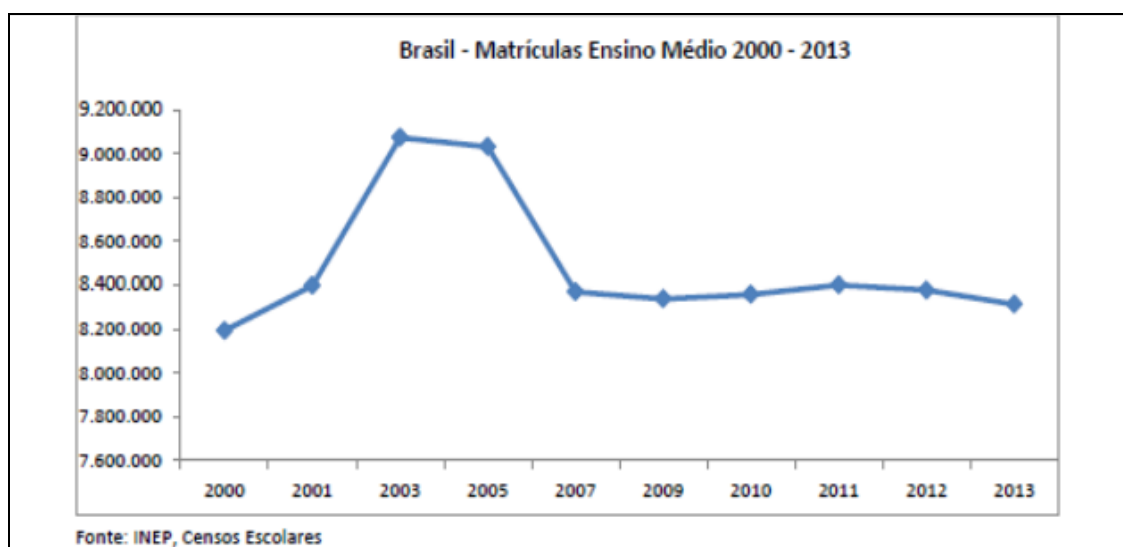
de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

de mais de 5 (cinco) milhões de matrículas; em 2000, registraram-se mais de 8 (oito) milhões de alunos com um crescimento aproximado de 50%; em 2005, eram mais de 9 (nove) milhões. Além dos dados numéricos, verifica-se a ampliação do acesso, a heterogeneidade do alunado, acrescentando-se, assim, outros desafios, sendo um deles a necessária revisão curricular (LINS, 2014).

Segundo o site *Meritt* e Fundação *Lemann*, em 2015, as matrículas no Ensino Médio ultrapassaram a casa de 7 (sete) milhões com predominância no 1º ano (mais de 3 milhões) e um afunilamento nos anos seguintes (mais de 2 milhões em cada ano, mas, com redução no 3º ano em comparação ao 2º ano).

A figura 1 apresenta a evolução das matrículas do Ensino Médio Brasileiro de 2000 a 2013.

Figura 1 - Matrículas no Ensino Médio no Brasil – 2000 / 2013



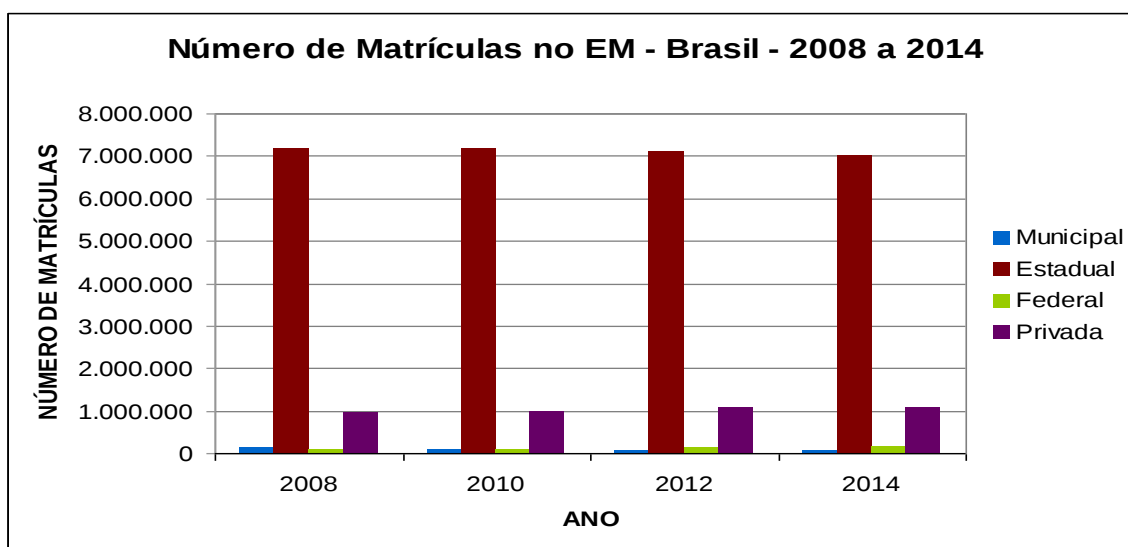
Fonte: Inep/ Censo Escolares

Observa-se uma elevação no número de matrículas em 2003 e uma queda a partir de 2005. Após 2007, há certa estabilidade no número de matrículas com uma leve queda em 2011; razão pela qual há uma meta no novo PNE (2014/2024), cujo objetivo é universalizar o Ensino Médio até 2016. Com base nos dados do Censo Escolar de 2016, essa meta não foi atingida, apesar de ter ocorrido um crescimento no número de matrículas de 2015 (8.074.881) para 2016 (8.131.988). Vale ressaltar

que dentro desse crescimento de matrículas, também houve um aumento de 5,7 % de 2015 para 2016 nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Na sequência, é apresentado o gráfico 1 com o quantitativo de matrículas no Brasil no Ensino Médio de 2008 a 2014 por dependência administrativa (Federal, Municipal, Estadual) e rede Privada.

Gráfico 1 - Matrículas no Ensino Médio no Brasil – 2008 / 2014 por Rede Administrativa



Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar / 2015.

Com base no gráfico 1, comprova-se que o maior quantitativo de matrículas está na escola pública, principalmente nas redes Estaduais, ou seja, o Estado deverá atender prioritariamente ao Ensino Médio, conforme estabelece as legislações vigentes. Portanto, com relação à porcentagem de aumento ou redução das matrículas nas dependências administrativas, nota-se que a rede Federal teve um crescimento de 88,7 % e a rede Particular de 10,3 %; enquanto que a rede Estadual teve um decréscimo de 2,1 % e a rede Municipal, 58,5 %. A queda na rede Municipal justifica-se por não ser mais sua prioridade o atendimento a essa etapa de ensino. Apesar do aumento do número de matrículas em algumas redes, de modo geral, no período de 2008 a 2014, no Brasil, houve uma queda de 0,8 % nas matrículas no Ensino Médio.

Mesmo com a queda de matrículas na rede Estadual, essa rede concentra a maior porcentagem de alunos (85 % em 2008 e 84 % em 2014); o segundo lugar

está com a rede particular (12 % em 2008 para 13 % em 2014) e as redes Federal e Municipal variam em torno de 1 % a 2 %. O alto contingente de alunos torna a responsabilidade do Estado muito maior na busca de alternativas para que a juventude possa permanecer na escola concluindo-a com aprendizagem significativa.

Após conhecer e analisar o quantitativo e evolução no nº. de matrículas no EM no Brasil, passa-se para a análise do nº. de escolas que atendem a essa etapa de ensino no país. Esses dados estão dispostos na tabela 1.

As bases de dados também permitiram fazer um paralelo entre o número de matrículas e o quantitativo de escolas de Ensino Médio: enquanto diminui as matrículas, aumentam o número de escolas.

Tabela 1 - Evolução do Número de Escolas de EM no Brasil – 2008 / 2014

Ano	2008	2010	2012	2014	Diferença	%
Federal	199	249	364	407	208	104,5
Estadual	17.342	18.150	18.523	18.871	1.529	8,8
Municipal	652	485	392	298	- 354	- 54,3
Pública	18.193	18.884	19.279	19.576	1.383	7,6
Privada	7.196	7.613	7.885	8.167	971	13,5
Total	25.389	26.497	27.164	27.743	2.354	9,3

Fonte: MEC/Inep/Deed, Censo Escolar 2015.

Enquanto que no gráfico 1 observou-se uma queda nas matrículas no Brasil, na Tabela 1 registra-se o aumento no nº. de escolas de Ensino Médio. Esse aumento é mais acentuado na Rede Federal (104,5 %) seguida da Rede Privada (13,5 %). O que é justificado pelo aumento das matrículas nessas redes. Devido aos municípios não atenderem com prioridade essa etapa da Educação Básica, consta-se a diminuição acentuada das escolas municipais (54,3 %). O aumento das matrículas na Rede Federal fez com que essa aumentasse o seu nº. de escolas. Já com relação à Rede Pública, ocorreu elevação no nº. de matrículas (33,3 %) e das escolas (31,6 %) na zona rural. Uma das contribuições para esse aumento está nas

políticas públicas em atendimento às diversidades, como por exemplo, a expansão das escolas de campo.

Verifica-se que no período de seis anos (2008 a 2014), em que cresce a população, caem as matrículas na Rede Estadual, o que pode ser considerado como não positivo. De outro lado, aumenta o número de escolas estaduais em mais de 1500 unidades, o que pode significar que lugares que não tinham escolas passaram a ter, talvez avançando territorialmente.

Por meio das políticas públicas, o Estado deve garantir a todos os cidadãos o acesso e a permanência em uma escola que ofereça um ensino de qualidade. A escola, por sua vez, para atingir os seus objetivos, deverá definir suas metas com olhar crítico de sua nova demanda, ou seja, trabalhar com os jovens reais e não ideias.

Lins (2014) comenta que a incorporação de grupos sociais vindos do Ensino Fundamental, antes impossibilitados de prosseguir os estudos, e o retorno dos que haviam deixado à escola, apresenta grandes desafios: de um lado uma grande explosão da demanda e de outro uma acentuada diferenciação da clientela. Desafios esses relevantes no projeto de modernização e democratização social do país, que tem na reformulação do Ensino Médio uma de suas dimensões mais importantes. Nesse contexto, o abandono e a reprovação podem gerar outro desafio para a instituição escolar: minimizar as taxas de distorção idade/série.

A questão do abandono escolar é um problema para o sistema educacional brasileiro. Segundo Site *Meritt* e Fundação *Lemann*, o abandono “ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo”. Entende-se, por evasão escolar “a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos”.

Conforme dados do *Meritt* e Fundação *Lemann*, diversas são as razões para o abandono dos alunos. No caso do Ensino Fundamental, as famílias ou responsáveis, muitas vezes, alegam as seguintes razões: a distância de casa, a falta de transporte escolar ou mesmo de um adulto que possam levá-los até a escola, por motivo de doença ou mesmo falta de interesse por parte das crianças e adolescentes. No que se refere ao Ensino Médio e nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), apontam-se dificuldades de aprendizagem, falta de

incentivo dos pais, falta de interesse pela escola, a necessidade de trabalhar ou mesmo ajudar a família em casa ou no trabalho.

Em 2014, a taxa de abandono nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando as Redes Públicas e Privadas, Urbanas e Rurais, foi de 1,1% e a de reprovação, 6,2%. Essas taxas aumentam proporcionalmente à medida que se muda o nível de escolaridade, ou seja, enquanto a taxa de abandono no Ensino Fundamental Anos Finais é 3,5%, superando a dos Anos Iniciais, a do Ensino Médio chega a 7,6%. A mesma análise pode ser feita com a taxa de reprovação, conforme é apresentado na tabela 2.

Tabela 2 - Taxa de Rendimento por Etapa Escolar no Brasil / 2014

Etapa Escolar	Reprovação		Abandono		Aprovação	
	Nº. de alunos	%	Nº. de alunos	%	Nº. de alunos	%
Anos Iniciais	969.540	6,2%	170.440	1,1%	14.559.505	92,7%
Anos Finais	1.489.598	11,7%	450.317	3,5%	10.820.271	84,8%
Ensino Médio	1.000.710	12,2%	620.194	7,6%	6.573.345	80,2%

Fonte: Censo Escolar 2014, Inep. (site *Meritt* e Fundação *Lemann*)

Com base nos dados apresentados na tabela 2, considerando-se apenas as porcentagens, pode parecer que há poucos alunos na situação de abandono ou reprovação. Entretanto, a análise do quantitativo permite a reflexão sobre a necessidade de outro olhar, um olhar mais crítico, pois o número de alunos é muito grande (105.966 alunos reprovados nos Anos Iniciais). Outra observação é com relação às taxas de reprovação e abandono que crescem a cada mudança de nível, tornando-se maiores na última etapa de escolaridade. Como consequência, a taxa de aprovação é decrescente, principalmente no Ensino Médio. De acordo com Fritsch (2014, p. 225), em “média de cada 10 alunos que ingressam no 1º ano, aproximadamente 6 chegam ao 3º ano” e vários fatores contribuem para essa realidade, como por exemplo, alunos que concluem o Ensino Fundamental despreparados.

Esse despreparo dos alunos reflete nos resultados das avaliações internas e externas. A LDBEN/96 em seu inciso VI, do Art. 9º, confere à União a incumbência de:

Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

Dentre essas avaliações temos o Ideb, cujos resultados são apresentados na figura 2 referentes ao período de 2005 a 2015.

Figura 2 - Ideb do Brasil no Ensino Médio de 2005 a 2015



Fonte: Saeb e Censo Escolar

Pela figura 2, o Ideb do Brasil praticamente não teve crescimento, está estacionado de 2011 a 2015. Pelas observações do gráfico, a meta alcançada (3,7) e a meta projetada (4,3) em 2015 não foram atingidas. Assim, mais uma vez, esse resultado nos induz à reflexão de que essa etapa de ensino apresenta enormes problemas. Será muito difícil alcançar a meta estipulada para 2021 (5,2) se nada for feito com urgência para resolver os problemas do Ensino Médio.

Os dados apresentados na figura 2 são complementados por meio da Tabela 3 que apresenta os resultados do Ensino Fundamental e Médio de modo a comparar a Rede Pública com a Rede Privada. O foco será os dados do Ensino Médio.

Tabela 3 - IDEB - Resultados e Metas - Brasil (2005 a 2015) – 9º ano do EF e 3º ano do EM

BRASIL	ANOS	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Anos Finais do Ensino Fundamental - Brasil:								
Total	Ideb Observado	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	4,5	x
	Metas	x	3,5	3,7	3,9	4,4	4,7	5,5
Privada	Ideb Observado	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	x
	Metas	x	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.3
Pública	Ideb Observado	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	x
	Metas	x	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	5.2
Ensino Médio - Brasil:								
Total	Ideb Observado	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	x
	Metas	x	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	5.2
Privada	Ideb Observado	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	x
	Metas	x	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	7.0
Pública	Ideb Observado	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	x
	Metas	x	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.9

Fonte: Saeb e Censo Escolar / 2015.

Nota: Os resultados marcados em cinza escuro referem-se ao Ideb que atingiu a meta; os de cinza claro às metas atingidas.

Para melhor compreensão do Ideb do EM, é necessária uma pequena análise do Ensino Fundamental (sem aprofundamento), pois as avaliações são realizadas pelos alunos do 9º ano e que, no ano seguinte, serão alunos do Ensino Médio. Compreender também esses resultados ajudará à escola a se preparar melhor para enfrentar as dificuldades dessa etapa de ensino.

Com relação ao Ideb total, tanto no Ensino Fundamental (9º ano) quanto no Ensino Médio (3º ano), no período de 2007 a 2011, as metas foram alcançadas.

Entretanto, em 2013 e 2015 o mesmo não ocorreu. No Ensino Fundamental houve um crescimento tímido, enquanto que no Ensino Médio nota-se uma estagnação nas metas alcançadas, o que pode indicar que as metas de 2021 não serão atingidas. Se o Ensino Fundamental não melhorar, o resultado poderá recair sobre o Ensino Médio. Outra observação refere-se à Rede Privada: apesar de ter o Ideb bem superior à Rede Pública, não consegue atingir as metas desde 2009.

Após a análise dos dados do Ideb em nível Federal, passa-se à análise dos dados do Ideb do Ensino Médio do Estado de Minas Gerais no mesmo período. A tabela 4 apresenta esses resultados.

Tabela 4 - IDEB - Resultados e Metas – MG (2005 a 2015) – 3º ano do EM

MINAS GERAIS	REDES	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	REDE ESTADUAL									
3ª série / 3º ano	Ideb Observado	3,4	3,5	3,6	3,7	3,6	3,5	x	x	x
	Metas	x	3,5	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3
	REDE PRIVADA									
3ª série / 3º ano	Ideb Observado	6,2	5,7	6,1	6,1	5,8	5,6	x	x	x
	Metas	x	6,2	6,3	6,4	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4
	TOTAL									
3ª série / 3º ano	Ideb Observado	3,8	3,8	3,9	3,9	3,8	3,7	x	x	x
	Metas	x	3,8	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6

Fonte: Saeb e Censo Escolar / 2015.

Nota: Os resultados marcados em cinza escuro referem-se ao Ideb que atingiu a meta e de cinza claro as metas atingidas.

Ao analisar os resultados do Ideb do Estado de Minas Gerais no período de 2005 a 2015 no Ensino Médio, verifica-se que eles foram alcançados somente no ano de 2007 e 2009 com queda nos anos seguintes. Não se atinge as metas desde 2011, tornando urgente políticas de melhorias da educação nessa etapa de ensino. Há uma diferença entre a meta alcançada em 2015 (3,7) e a projetada (4,7), ficando muito distante da projeção para 2017 (5,1).

Na Rede Estadual, as metas foram alcançadas somente no período de 2007 a 2011, sendo que esses valores são iguais às metas projetadas. Na sequência, também há queda nos resultados. Com relação à Rede Privada, apesar de as metas serem maiores, também não conseguiram atingir os objetivos em nenhum dos anos, mostrando declínio dos resultados. Conclui-se, portanto, que o problema do Ensino Médio não se refere somente à Rede Estadual, mas também as demais redes de ensino.

Ao comparar os resultados do Ideb do Brasil com os de Minas Gerais, percebe-se que eles estão bem semelhantes, pouco crescimento, oscilamento dos resultados, baixos e apresentam queda na maioria dos anos. Os resultados do Ensino Médio são mais baixos reforçando a importância do debate a respeito dessa etapa do ensino.

Já em relação aos resultados do Ideb do Município de Nacip Raydan, da E. E. Constâncio Correia de Alvarenga e a sua comparação com os resultados do Brasil e do Estado de Minas Gerais, não serão apresentados porque a escola é a única do Município e nunca foi sorteada para realizar as provas do Ensino Médio. Retoma-se que essas avaliações são por amostragem. Mas, vale ressaltar, que o Município vem crescendo no Ideb do Ensino Fundamental, tanto na Rede Municipal quanto na Estadual, com uma pequena queda em 2015. Apesar dessa queda, as metas propostas foram superadas inclusive dos anos seguintes.

Pelos resultados observados, é urgente a necessidade de se discutir a melhoria da qualidade da educação, não só no Ensino Médio como no Ensino Fundamental. Para que esses objetivos sejam alcançados, são necessárias mudanças, principalmente no que diz respeito à questão curricular, pois somente assim será possível melhorar a aprendizagem, alcançar melhores resultados nas avaliações externas e que os alunos concluam o Ensino Médio bem preparados.

1.2 Abandono Escolar em Minas Gerais

Nesta seção discute-se o problema da educação em Minas Gerais, mas especificamente, a questão do abandono escolar no Ensino Médio. A análise das taxas de fluxo, distorção idade/série, de fatores que interferem no abandono e ações da Secretaria Estadual de Educação (SEE) para melhorar a qualidade da educação.

Consequentemente, a redução das taxas de abandono, reprovação e distorção idade/série.

A primeira análise a ser feita é com relação ao número de matrículas. De acordo com o Educacenso de 2015, a Rede Estadual de Minas Gerais também apresenta o maior quantitativo de matrículas no Ensino Médio, superando em muito a Rede Privada (ver tabela 5). Porém, a escola não se preparou para receber essa nova clientela. Assim, observa-se um grande número de reprovação e abandono escolar nos sistemas educacionais.

A tabela 5 apresenta o quantitativo de matrículas do estado de Minas Gerais das redes de ensino, Federal, Estadual, Municipal e Privada nos diversos níveis e modalidades de ensino da educação básica.

Tabela 5 - Números de Matrículas por Dependências Administrativas – MG/2015

Níveis e Modalidades	Estadual	Federal	Municipal	Privada	Total
Educação Infantil	495	150	506.378	213.398	720.421
Anos Iniciais	391.735	1.082	823.820	179.146	1.395.783
Anos Finais	798.539	1.730	348.774	126.839	1.275.882
Ensino Médio	681.738	17.864	6.234	81.523	787.359
Educ. de Jovens e Adultos	208.830	852	79.219	19.504	308.405
Educação a Distância	xxxx	xxxx	xxxx	72	72
Educação Profissional	6.515	33.654	1.962	94.618	136.749

Fonte: Educacenso 2015, (site da SEE/MG).

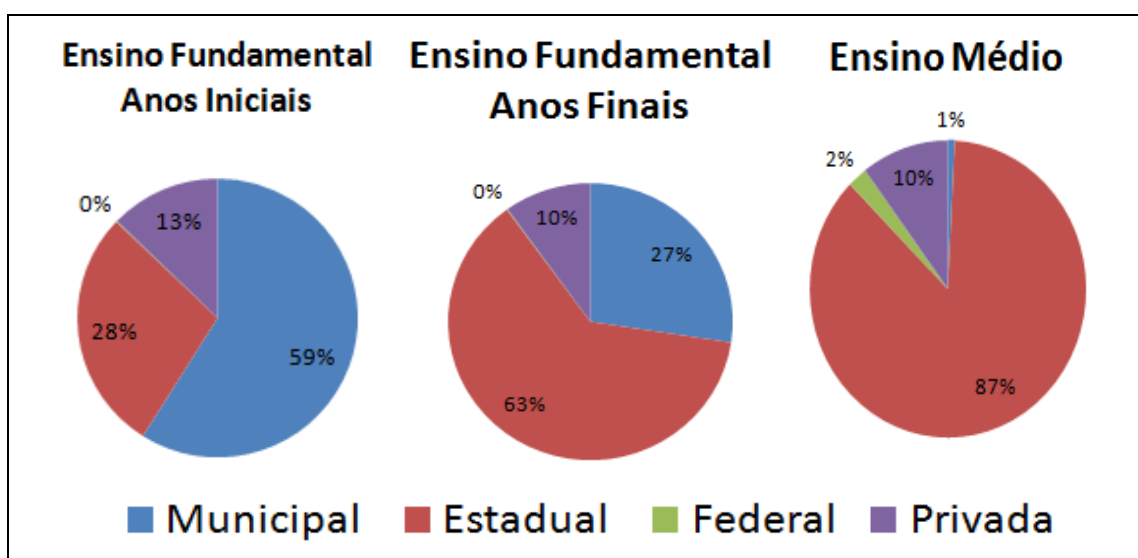
Em relação ao quantitativo de matrículas, observa-se que ocorreu um decréscimo conforme o aumento do nível de escolaridade. Nota-se uma diferença grande entre o número de matrículas dentro do próprio Ensino Fundamental quando da passagem dos anos iniciais para os anos finais. Essa diferença é muito maior na mudança de nível, ou seja, do fundamental para o médio. Mesmo com a EJA, ainda há uma defasagem no número de matrículas, o que pode estar relacionado com o abandono e as reprovações.

Vale lembrar que no Ensino Médio computam-se os alunos da '4ª série' do Ensino Regular e Não Seriada das Redes Federal e Privada; na EJA estão incluídos os alunos do Ensino Fundamental e Médio dos cursos presencial e semipresencial; a Educação a Distância está presente somente na Rede Privada no Ensino Médio; a Educação Profissional refere-se às matrículas concomitante e subsequente no Ensino Médio.

O Estado assume a responsabilidade maior que os outros entes federados devido à grande demanda de atendimento e há existência de um público bastante heterogêneo. Por essas razões, o desafio do Estado é muito maior.

O Gráfico 2 mostra que a rede Estadual de Minas Gerais é responsável pelo maior volume de matrículas nos dois níveis de ensino (Fundamental Anos Finais e Ensino Médio). Com relação ao Ensino Médio, esse está praticamente concentrado na Rede Estadual.

Gráfico 2 - Matrículas por Rede e Nível de Ensino – MG / 2015



Fonte: Educacenso 2015, (site da SEE/MG).

A razão pela qual o Estado apresenta a maior quantidade de matrículas, em especial no Ensino Médio, está ligada às legislações vigentes, como a LDBEN/96, que diz que o Estado deve assumir prioritariamente o Ensino Médio. Outro fator preponderante é o acesso das classes populares, que de acordo com Oliveira (2007,

p. 6), o sistema de ensino incorporou “a grande maioria da população, praticamente superando a causa histórica e mais significativa de exclusão: a falta de escolas”.

Passa-se agora a discutir as políticas implantadas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio pela SEE/MG.

Minas Gerais vem trabalhando para melhorar a qualidade da educação e no combate à reprovação, ao abandono escolar e implantando projetos para reduzir a distorção idade/série. Levando em consideração essas informações, é importante que o governo preocupe-se também com o Ensino Fundamental, pois não adiantará propor ações para o Ensino Médio se o Ensino Fundamental apresentar problemas.

Com o enfoque de resolver os problemas enfrentados pelo Ensino Fundamental e diminuir o impacto no Ensino Médio, a SEE/MG vem implementando políticas educacionais voltadas para a nova juventude. Nessa perspectiva, destacam-se algumas ações do Governo de Minas para o Ensino Fundamental.

A primeira ação da SEE/MG foi com relação à distorção idade/série. Em 2008 implantou o projeto de aceleração da aprendizagem “Acelerar para Vencer”, visando a atender os alunos com distorção idade/série, realizando a correção de fluxo e posicionando o aluno na série regular após essa correção. O projeto tem como base a Resolução nº. 1.033/08⁹ de 17 de janeiro de 2008.

Outra ação da SEE/MG a destacar é a adesão ao Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (instituído pela Portaria Nº. 867/12, de 4 de julho de 2012 do governo Federal) que é um compromisso formal, assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios, de assegurarem que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Os índices de reprovação nos Anos Iniciais caíram muito após a implementação dessa ação.

⁹ A Resolução SEE/MG Nº. 1.033/08 de 17/01/2008:

Art. 1º: Fica instituído, em caráter emergencial, nas escolas da rede estadual de Ensino Fundamental, o Projeto de Aceleração da Aprendizagem “Acelerar para Vencer”, destinado aos alunos que apresentam, pelo menos, 02 (dois) anos de distorção idade/ano de escolaridade. Art. 2º A aceleração de estudos no Ensino Fundamental terá a seguinte organização: I - Aceleração I - para os alunos dos Anos Iniciais. II - Aceleração II - para os alunos dos Anos Finais, considerando dois períodos letivos: a) 1º período de aceleração, para estudos correspondentes ao 6º e 7º anos do Ensino Fundamental de 9 anos; b) 2º período de aceleração, para estudos correspondentes ao 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Parágrafo único. Os alunos da aceleração I e II, ao superarem a distorção idade/ano de escolaridade, serão integrados às turmas regulares do Ensino Fundamental. (MINAS GERAIS, 2008).

Nesse mesmo ano, a SEE/MG publicou a Resolução nº. 2.197/12, de 26 de outubro de 2012, com objetivo principal de organizar a rede de ensino e promover melhorias na educação; preocupou-se com a correção de fluxo e com o atendimento na EJA. De acordo com o artigo 87 da referida resolução, as escolas poderão organizar turmas específicas de aceleração de aprendizagem para os alunos com distorção de idade/série (dois anos ou mais), ou até mesmo encaminhá-los para a EJA, desde que atendam as exigências de idade (15 anos completos ou mais).

Ainda considerando-se dados oficiais, tanto Nacionais como Estaduais, e os resultados de aprendizagem dos alunos, a SEE/MG adotou o Projeto de Elevação da Escolaridade tendo como base legal a Resolução SEE nº. 2.957, de 20 de abril de 2016: com uma política educacional voltada para o atendimento ao jovem.

O objetivo do projeto é atender estudantes com dificuldades de aprendizagem e em distorção idade/série dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Seu eixo principal é a formação, acompanhamento pedagógico dos professores e a oferta de metodologia diferenciada, buscando garantir a continuidade do percurso escolar dos jovens que ainda não concluíram o Ensino Fundamental.

Para superação das significativas taxas de repetência e abandono escolar entre os jovens, a SEE/MG, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, propôs uma alternativa de formação para os jovens que enfrentavam dificuldades em sua trajetória educacional de modo a impedi-los de concluírem seu fluxo escolar. Essa alternativa estrutura-se a partir de duas ações: a organização de turmas de Elevação da Escolaridade (Telessalas) e o desenvolvimento de Circuitos de Aprendizagem.

Os Circuitos de Aprendizagem eram previstos para o desenvolvimento no turno complementar, com a oferta de aprofundamento de estudos em Língua Portuguesa e Matemática. O que deve ocorrer de forma interdisciplinar e contextualizada, com os usos sociais das habilidades e competências desses componentes curriculares (Resolução SEE/MG nº. 2.957/2016).

Após conhecer algumas alternativas voltadas para o Ensino Fundamental e os reflexos que podem causar no Ensino Médio, passa-se a discutir algumas ações específicas para o Ensino Médio, foco da pesquisa.

1.2.1 Ações Desenvolvidas pelo Governo de Minas Gerais – Ensino Médio

Assim como o governo propôs algumas estratégias para reduzir os problemas do Ensino Fundamental, vem desenvolvendo políticas para melhoria do Ensino Médio, principalmente no que se refere ao abandono escolar. Um dos projetos desenvolvidos é o Professor da Família que prevê a realização de visitas domiciliares para mapear as demandas e dificuldades dos alunos do EM, incluindo suas respectivas famílias, contribuindo assim para a redução do abandono escolar e a melhoria do grau de escolaridade dessas famílias.

O projeto apresenta os seguintes objetivos: possibilitar aos alunos do Ensino Médio desenvolver os conteúdos trabalhados em sala de aula, fazendo uso social do conhecimento adquirido; aumentar o desempenho escolar desses alunos contribuindo para a redução dos índices de abandono; ampliar a participação da família na vida escolar dos alunos e incentivar o retorno dos pais/responsáveis aos estudos; propor atividades complementares formuladas pelos agentes educacionais a partir da realidade de cada localidade, tais como aulas de reforço, aprofundamento de estudos, monitoramento, etc.

O Projeto Professor da Família teve início em 2011 sob a coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) e, em 2012, a partir de um grupo de transição, coordenado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), passou a ser gerenciado pela SEE/MG.

Assim, em 2012, a SEE/MG atendeu 4.581 alunos (pais e filhos) em 12 municípios mineiros, ofertando o programa em sete escolas para atender as suas respectivas comunidades. Ao todo, 418 pais se beneficiaram com o projeto e mais de R\$ 2 milhões foram investidos na manutenção do Projeto Professor da Família.

O projeto contou com uma equipe de profissionais diferenciada para a promoção de atendimentos e acompanhamentos pedagógicos necessários. Essa equipe era composta por agente educacional, coordenador local, e contava com o apoio de especialistas e diretor escolar; recebia ainda suporte das analistas educacionais da SRE e Órgão Central.

Na parte prática, o 'Professor da Família' contava com a figura do Agente Educacional que era responsável pelas visitas domiciliares aos alunos e famílias; elaborava relatórios e orientava sobre o uso da biblioteca, motivando sobre a

importância dos hábitos de leitura e incentivando o início ou retorno da família aos estudos. O coordenador local tinha, entre suas atribuições, orientar os agentes educacionais em suas visitas domiciliares de acompanhamento, organizar métodos alternativos de estudos para os alunos e estabelecer relação com os diretores, a supervisão escolar, as Superintendências Regionais de Ensino e a Secretaria.

O projeto estava começando a caminhar junto com a escola, pois muitos alunos, pais ou responsáveis retornaram para a escola e foi possível manter as turmas de EJA. Entretanto, o projeto não teve continuidade a partir de 2015 com a nova gestão da SEE/MG.

Outro projeto que apostava na perspectiva de preparar os jovens para enfrentar o mercado de trabalho foi lançado em 2012 e recebeu a seguinte nomenclatura: Projeto Reinventando o Ensino Médio (REM). O projeto piloto do REM começou em 11 (onze) escolas da rede Estadual de ensino (Resoluções SEE nº. 2.017/11 de 29/12/11 e nº. 2.030/12 de 25/01/12).

Com a publicação da Resolução SEE nº. 2.197/12, de 26/01/2012, que (re) organiza o ensino público estadual e considerando o seu art. 3º, que aponta os princípios norteadores das ações pedagógicas e o compromisso com a permanente construção de um sistema de ensino atento às características da sociedade contemporânea, a SEE/MG dá continuidade às ações do REM. No ano de 2013 promoveu a expansão do projeto em mais 122 escolas da Rede Estadual de ensino, nos termos da Resolução SEE nº. 2.251/13 de 02/01/2013, Anexo II e nº. 2.252/13 de 03/01/2013.

Em 2014, o REM foi universalizado em todas as escolas públicas mineiras (Resolução SEE nº. 2.486/13 de 24/12/2013 e republicada em 28/12/2013), (Caderno de Orientações – REM – Site da SEE/MG/2016).

À luz desses preceitos legais, a equipe técnica repassava às escolas algumas orientações a serem observadas para assegurar os meios necessários à implementação e universalização, com sucesso, do REM. Extensivo a todo o Ensino Médio mineiro, o projeto ampliava a carga horária da formação, seja a diurna ou noturna, para 3.000 horas. Para cumprimento dessa carga horária, no turno diurno, usava-se o instrumento do 6º horário; no turno noturno, atividades extraclasse; em parte eram atividades decorrentes da área de empregabilidade e dos conteúdos interdisciplinares aplicados. O projeto ancorava-se em três princípios fundamentais,

os quais circunscrevem a sua natureza: significação/identidade, empregabilidade (não tinha o caráter de formação profissional) e qualificação acadêmica.

A proposta do projeto nos documentos orientadores era interessante, mas apesar de a implantação gradativa com relação à sua universalização, em 2014 começaram a aparecer alguns problemas, tais como a falta de recurso para merenda escolar para atender aos alunos da zona rural. Esses alunos chegariam mais tarde em casa devido ao 6º horário. Outro problema estava ligado ao transporte escolar. Com o 6º horário, o início ou o término das aulas da Rede Estadual não conciliava com o da Rede Municipal, o que acontecia nos Municípios que faziam uso desse transporte. Diante das dificuldades apresentadas, à própria SEE/MG, no ano de 2015 encerrou o projeto.

A SEE/MG, em parceria com o Governo Federal, aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador e ao Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

Dado o sucesso obtido em relação ao Ensino Fundamental nos anos 90, aumentando drasticamente as taxas de matrícula em comparação com o passado recente (apesar da necessária melhoria da qualidade no ensino), o Governo Federal voltou sua atenção para o Ensino Médio. Uma das primeiras ações nesse sentido foi o ProEMI, instituído pela Portaria nº. 971/09, de 09 de outubro de 2009, no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

De acordo com o Documento Orientador (2013, p. 10) do MEC, o programa foi criado para apoiar e fortalecer os sistemas de ensino estaduais e distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras e ampliação da carga horária do aluno nas escolas de EM. Para a execução das ações, o MEC disponibilizava apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atendesse às expectativas e necessidades dos estudantes e as demandas da sociedade atual.

Em outras palavras, o próprio MEC reconhecia a necessidade de uma mudança curricular no Ensino Médio visando a criar uma identidade que fosse além do ensino propedêutico, que o tem caracterizado desde muitos anos (DOCUMENTO ORIENTADOR/MEC, 2013).

Porém, vale destacar, que o PROEMI não atendia todas as escolas de Ensino Médio no Estado de Minas Gerais, pois a SEE/MG selecionava algumas escolas que

ofereciam esse nível de ensino para serem contempladas com recursos materiais e financeiros do projeto. A escola nunca recebeu nenhum recurso (material e financeiro) do projeto mesmo realizando o cadastro no site do MEC e atendendo todos os requisitos propostos pela SEE/MG.

Outra ação proposta pelo Governo Federal foi o lançamento do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio em 2013 por meio da Portaria nº. 1.140/2013 de 22 de novembro de 2013, cujo objetivo era a formação continuada de professores desse nível de ensino. O curso oferecido era estruturado em três etapas e devia pautar-se na discussão, reflexão e atualização sobre as mudanças e avanços que estavam em desenvolvimento no âmbito das políticas de educação para o Ensino Médio. Sendo assim, propunha que os professores de Ensino Médio tivessem garantido tempo e espaço para participarem dos processos formativos.

Assim, em sua estrutura, a primeira etapa do curso compreenderia os seguintes campos temáticos: sujeitos do Ensino Médio e formação humana integral; Ensino Médio e formação humana integral; o currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral; organização e gestão do trabalho pedagógico; avaliação no Ensino Médio; e áreas de conhecimento e integração curricular.

A segunda etapa o estudo aprofundaria nas áreas de conhecimento e suas articulações com os princípios e desenho curricular das DCNEM e dos Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento: Ciências Humanas (Sociologia, Filosofia, História e Geografia); Ciências da Natureza (Química, Física, Biologia); Linguagens (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira Moderna); e Matemática.

A terceira etapa, por fim, compreenderia a análise e a reescrita coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola e uma reflexão específica sobre a diversidade no sentido de garantir os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento para todos os educandos.

Na Formação na Escola, os participantes do previstos do processo são os professores do Ensino Médio e que teriam um coordenador do processo formativo. Esse coordenador é um professor escolhido no âmbito da escola, portanto, é participante dos encontros de formação. Com relação ao processo formativo, esse apresentava como eixo central a temática 'Sujeitos do Ensino Médio e Formação

Humana Integral' que seria o fio condutor para a discussão e o trabalho em todas as etapas do curso. O material didático utilizado na formação foi organizado pela Universidade Federal do Paraná.

O curso de formação iniciou-se no 1º semestre de 2014 com a capacitação dos coordenadores regionais e locais. No segundo semestre iniciou-se a formação dos professores que atuavam no Ensino Médio, dando continuidade no 1º semestre de 2015. Porém, no segundo semestre, sem justificativa formal, encerrou-se a capacitação sem a conclusão da segunda etapa; não houve o início da terceira etapa que estava prevista e que seria um momento importante, a reescrita do PPP da escola.

Ao retornar as ações da SEE/MG, a nova gestão (2015) lança a Virada da Educação de Minas Gerais (VEM) com base nos dados de **2014** (o abandono atingia 14% dos jovens de 15 a 17 anos – o que correspondia quase 160 mil jovens). Para o VEM foram estabelecidos os seguintes objetivos: trazer o jovem em situação de abandono de volta à escola e aproximar a escola do universo das juventudes, tornando-a mais atraente a esse público.

Em **2015**, várias ações foram realizadas no contexto da Virada: discussões nos dias 09 e 11 de julho nas escolas; análise dos resultados das avaliações com a comunidade escolar de maneira articulada aos aspectos do contexto local, levantando potencialidades e desafios; Rodas de Conversa nos 17 Territórios de Desenvolvimento¹⁰ com mais de 3 mil estudantes e educadores da rede, representando cerca de 1.500 escolas; o dia 19 de setembro (aniversário de Paulo Freire) foi considerado o dia da Virada, nesse dia as escolas eram abertas à comunidade com atividades diversificadas; no dia 21 de setembro ocorreu o lançamento da Campanha VEM, ou seja, chamamento aos jovens de 15 a 17 anos

¹⁰ 17 Territórios de Desenvolvimento: O Governo de Minas Gerais fez uma análise dos hábitos e comportamentos em todo o Estado e uniu áreas que possuem interesses socioeconômicos e geográficos em comum. Os 853 municípios mineiros foram divididos em 17 Territórios de Desenvolvimento. Em cada Território, já foi instalado o Fórum Regional de Governo, para que os mineiros participem diretamente nas decisões sobre o seu futuro. Territórios: Alto Jequitinhonha, Caparaó, Central, Mata, Médio e Baixo Jequitinhonha, Metropolitano, Mucuri, Noroeste, Norte, Oeste, Sudoeste, Sul, Triângulo Norte, Triângulo Sul, Vale do Aço, Vale do Rio Doce, Vertentes. Disponível em: <<http://www.forunsregionais.mg.gov.br/regioes>>.

em situação de abandono para retornarem à escola. Em **2016**, no mês de fevereiro, a primeira semana de aula foi dedicada à acolhida dos estudantes.

A partir do lançamento da campanha, a SEE/MG recebeu novas matrículas totalizando mais de 114 mil na EJA e 47 mil no Ensino Médio Regular. A maior parte das novas turmas foi aberta no turno noturno que está sendo reestruturado.

O Novo Ensino Médio Noturno conta com a reorganização do tempo e do currículo. Destaque para a criação da disciplina Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho (DIM) que é ofertada por meio da metodologia de projetos, sendo conduzida obrigatoriamente por três educadores. As mudanças também contemplam a EJA, com a diferença de que a organização é semestral; para a EJA Fundamental, a disciplina proposta é Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania. A carga horária atual incorpora 200 horas não presenciais monitoradas por meio de diário de classe e das atividades monitoradas e aplicadas fora da escola.

No dia 15 a 17 de julho (Belo Horizonte) aconteceu o 1º Encontro Estadual Educação e Juventude com o lançamento da Virada/2016 e contou com a participação de quase 300 jovens estudantes representados por toda diversidade presente na rede das 47 SREs. Os representantes discutiram e debateram as principais demandas, colhendo sugestões para o desenho de novas ações e análise de todos os registros das principais ações da VEM/2015.

Para o desenvolvimento das ações de 2016, a SEE/MG elaborou um documento orientador “Carta de Apresentação – Semana Escola em Movimento” (agosto, 2016) contendo um boletim que apresenta “Um olhar pedagógico sobre os resultados da avaliação externa do Simade” (1º Movimento) e 6 anexos sobre as ações a serem desenvolvidas no 2º semestre de 2016 (2º e 3º Movimento), dando continuidade às orientações repassadas no início do ano letivo.

O documento contempla três pontos levantados pelos jovens nas Rodas de Conversa como os mais relevantes sobre o que as escolas precisam melhorar. Esses pontos foram organizados em três categorias: 1. Participação e Gestão Democrática - atendendo à demanda por maior participação dos estudantes em todos os processos da escola; 2. Comunicação, Mídia, Novas Linguagens e Tecnologias - atendendo à demanda pela inovação das metodologias e didáticas de ensino; 3. Diversidade, Inclusão e Ações Afirmativas - atendendo à demanda pela

inserção de temas transversais nos currículos e por maior proximidade com as temáticas relativas às juventudes.

Com base nessas três categorias, a Virada para 2016 propunha garantir o direito à permanência e à aprendizagem do estudante. Uma vez que os jovens foram chamados a voltar à escola, deve-se repensar a participação, novas metodologias de ensino e a inclusão e redução das desigualdades. Por isso, para além das iniciativas que já vêm sendo propostas pela SEE/MG, torna-se necessário o envolvimento amplo de toda a comunidade escolar na construção de outras ações que também possam contribuir para operar as mudanças apontadas.

Nesse sentido a SEE/MG constituiu um Grupo de Trabalho com a participação Juvenil na escola. O objetivo do grupo é construir propostas de ações voltadas ao fomento e à garantia do direito à participação da juventude, atendendo às especificidades do campo, do Indígena e Quilombola.

De acordo com o Documento Orientador da Semana “Escola em Movimento” – Anexo I – (SEE/MG, 2016), determinou-se um dia dedicado à Virada da Educação (17 de setembro de 2016) em que as escolas, junto às Comunidades, irão promover várias atividades buscando abordar os eixos discutidos ao longo da Semana Escola em Movimento (22 a 27 de agosto): 1. direito à aprendizagem; 2. gestão democrática e participativa; 3. fortalecimento do trabalho coletivo e relação da escola com a comunidade.

Outro ponto de análise refere-se ao processo de avaliação, pois é preciso pensar a avaliação do ponto de vista dos sujeitos em seu território, com as aprendizagens relativas àquilo que faz sentido ser ensinado e aprendido no atual contexto escolar e social. Tendo como principal objetivo proporcionar um momento de diálogo, reflexão e planejamento coletivo das escolas, a partir da análise dos processos e resultados das avaliações internas e externas (Ideb, Prova Brasil e Proeb), e a relação entre ambas, a SEE/MG orienta as escolas nessa direção por meio do Documento “Um olhar pedagógico sobre os resultados da avaliação externa do Simade” (Documento Orientador da Semana “Escola em Movimento” – Anexo I – SEE/MG, 2016).

Na última atividade da Semana Escola em Movimento, a comunidade escolar deve construir sua proposta de ações coletivas com o objetivo de contribuir para a garantia do direito à aprendizagem dos alunos. Essa proposta deve ser apresentada

no dia da Virada, 17 de setembro (Orientações para o 3º Movimento e registro das ações – Anexo 5 e 6 – SEE/MG, 2016).

Realiza-se, aqui uma crítica com relação ao projeto de 2015: em 2014, foi enviado para as escolas um termo de compromisso com recursos financeiros de acordo com o número de alunos. No caso da Escola Estadual Constâncio Correia de Alvarenga de Nacip Raydan, selecionada para esta pesquisa, o valor foi de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e, de acordo com o diagnóstico feito durante os encontros em preparação para virada, foi elaborado um projeto de ação que recebeu o nome de 'Reinventando o cotidiano escolar' para ser vivenciado no final do ano letivo de 2015 e até outubro de 2016. O termo de compromisso foi assinado em 2015, porém a referida escola não recebeu o dinheiro previsto, não podendo realizar as ações propostas no projeto. Infelizmente, acontecimentos como esses são comuns quando se trata de políticas públicas: a escola cumpriu com a sua parte, mas os órgãos responsáveis não apresentaram sua contrapartida.

Assim, tendo como foco o Ensino médio, reporta-se ao estudo de Camargos e Rios (2012). Segundo esses autores, o Ensino Médio precisa provocar mudanças nos jovens preparando-os para serem cidadãos participativos, promovendo condições de conciliar com o mundo do trabalho e a perspectiva e o desejo de continuar estudando; que esse jovem tenha a possibilidade de obter êxito nos prosseguimentos dos estudos. Mas, deixam clara a necessidade que o Ensino Médio defina a sua concepção de currículo, valorizando os contextos locais e regionais dos jovens que freqüentam a escola atuando em prol do seu desenvolvimento humano.

1.3 O Município de Nacip Raydan no contexto regional e estadual

A partir da Lei nº. 2.764 de 30 de dezembro de 1962, foi criado o município de Nacip Raydan e sua emancipação política aconteceu em 1º de março de 1963. A cidade fica localizada no Vale do Rio Doce fazendo limite com os municípios de Marilac, São José da Safira, Santa Maria do Suaçui, Virgolândia e Coroaci. Ocupa uma área de 233,493 km². Na cidade predomina clima quente, com algumas variações amenas durante o inverno.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Município em 2010 era de 3.154 habitantes, com uma projeção estimada para 2016 de crescimento chegando a 3.270 habitantes. A densidade demográfica em 2010 = 13,51 hab/km² (Censo/2010).

A maior parte da população está na zona urbana correspondendo a 62,75 % (2010); a população idosa corresponde a 15,6 %; crianças e jovens, em comparação de 2000 para 2010, registrou-se uma redução de 26,4 %¹¹.

No que tange ao analfabetismo, ainda há 27,36 % da população considerada analfabetos. Essa Taxa de analfabetismo é alta entre os jovens devido às oportunidades educacionais oferecidas: 8 % dos jovens na faixa etária de 10 a 15 anos e com 15 anos ou mais – 28,7 %. Apesar de o IDHM¹² estar aumentado, como mostram os dados: IDHM (1991) = 0, 338; IDHM (2000) = 0, 466; IDHM (2010) = 0, 585.

As principais atividades econômicas do Município giram em torno da agropecuária de leite e corte; na agricultura, ainda em caráter predominantemente rural informal, cultiva-se milho, feijão, banana e cana de açúcar; o rebanho é composto pela criação de aves (caipira), suínos (atualmente muito pouco) e bovinos. Na zona urbana predominam os serviços públicos Municipais e Estaduais e um tímido comércio devido à proximidade com cidades mais desenvolvidas (PME / 2015).

Nos próximos parágrafos apresenta-se um pouco da história da criação das escolas do Município. Para tal, referencia-se ao PME/2015 e ao Regimento Interno de 2014 da E. E. Constâncio Correia de Alvarenga. Com base nesses documentos, a primeira escola criada no Município de Nacip Raydan/MG foi a Escola Municipal Juscelino Kubstichek de Oliveira, em 1945, ofertando os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No ano de 1951, a escola passou a ser estadual (E. E. Juscelino K. de Oliveira).

No ano de 1966, foi fundado o Grupo Escolar Constâncio Correia de Alvarenga que também atendia as turmas dos Anos Iniciais. Em 1976, esse grupo

¹¹ Informações baseadas no Plano Municipal de Educação (PME) / 2015.

¹² - Sobre Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): que é composto por indicadores de três dimensões: longevidade, educação e renda. Este índice varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano. O IDHM de Nacip Raydan/MG é 0.585.

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

iniciou o seu processo de extensão de séries dos Anos Finais do Ensino Fundamental começando com a 5ª série (6º ano) e expandindo, gradativamente, passando a chamar-se Escola Estadual Constâncio Correia de Alvarenga de 1º grau; em 2002, começou a oferta o Ensino Médio (E. E. Constâncio Correia de Alvarenga de Ensino Fundamental e Médio).

Além dessas duas escolas, o Município contava com várias escolas municipais localizadas na zona rural. Devido à política de incentivo do governo do Estado, em 1998, com o processo de municipalização, a Escola Juscelino volta a ser municipal (E. M. Juscelino K. de Oliveira). Nesse mesmo ano, foi criada a Escola Municipal Professora Maria José Vieira no distrito de São Pedro do Taperão, que antes era vinculada à Escola Constâncio. Com as garantias de suporte financeiro e pedagógico do governo e o oferecimento de transporte escolar; em 2001, todas as escolas da zona rural foram vinculadas à Escola Juscelino e o transporte dos alunos é feito em ônibus e micro-ônibus.

No cenário atual, com relação à educação, o Município conta com as seguintes instituições escolares: E. M. Maria José Vieira (distrito de São Pedro do Taperão) e E. M. Juscelino K. de Oliveira (na sede) que atendem a Educação Infantil (4 e 5 anos) e Anos Iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental; E. E. Constâncio Correia de Alvarenga que atende aos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), Ensino Médio (1º ao 3º ano), Educação de Jovens e Adultos – EJA (fundamental e médio) e Curso de Nível Médio (habilitação em Educação Infantil) e Educação Integral.

O Município ainda conta com os Conselhos Municipais: de Educação; de Acompanhamento do FUNDEB e de Alimentação Escolar. Além desses, há outros órgãos de apoio: Conselho Tutelar, Assistência Social e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Na sequência, uma correlação entre as três primeiras metas definidas no PNE Federal e Estadual (Meta 1: Educação Infantil, Meta 2: Ensino Fundamental e Meta 3: Ensino Médio) com o PME, por ser os níveis e modalidades de educação atendidas pelo município.

Quadro 2 - Correlação das Metas 1, 2 e 3 do PNE e PME

PNE	Brasil	Minas Gerais	Nacip Raydan	PME
META 1 Educação infantil	Taxa de atendimento (frequenta a escola)			META 1
4 e 5 anos = Até 2016 → 100%	81,4 %	80,9 %	52,5 %	Ate 2016 → 100 %
0 a 3 anos = Até o final do PNE → 50 %	23,2 %	21,2 %	05,9 %	Até o final do PME → 50%
META 2 Ensino Fundamental	Taxa de atendimento (frequenta a escola)			META 2
6 a 14 anos → 100 %	98,4 %	98,6 %	94,4 %	Universalizar
16 anos com EF concluído = Até o final do PNE - →95%	Pessoas com 16 anos com pelo menos o EF concluído			Universalizar
	66,7 %	72,3 %	23,9 %	

META 3 Ensino Médio	Taxa de atendimento (frequenta a escola)			META 3
15 a 17 anos = Até 2016 → 100%	84,3%	85,7%	72,8%	
15 a 17 anos = Até o final do PNE - elevar taxa líquida → 85 %	Taxa de escolarização líquida			Taxa líquida 85 %
	55,3%	61%	25,7%	

Fonte: Construída pelo Mestrando com base no PEM / 2015¹³

Pela análise dos dados do quadro 2, os três níveis de ensino precisam de grandes esforços por parte dos governos, dos profissionais da educação e da sociedade civil.

De acordo com o PME, desde 2009, ocorre o atendimento das crianças de 4 a 5 anos de idade, aumentado gradativamente. Nesse mesmo ano, nenhum atendimento foi oferecido nas creches, pois a mesma está em fase de construção. O início da oferta foi em 2010, mas apenas para as crianças de 3 anos na Escola Juscelino. Até o presente momento, a creche não foi inaugurada. Portanto, no Município o desafio maior está na Educação Infantil.

Outro dado interessante de se analisar é que apenas 85 % dos alunos ao final do 3º ano do Ensino Fundamental estão concluindo essa etapa de escolaridade (ciclo da alfabetização) alfabetizados. O prosseguimento nos estudos sem as

¹³ Fonte consultada na elaboração do PEM: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

competências adequadas irá contribuir para problemas futuros, como o abandono, a reprovação e a distorção idade/série.

Na comparação dos dados nos níveis Fundamental e Médio, as taxas Municipais não ficam muito distantes das taxas do Brasil e de Minas Gerais. Se não ocorre o atendimento de 100 % dos alunos, significa que existem crianças/adolescentes fora da escola; os planos de educação estabelecem estratégias para buscar esse contingente que não está na escola.

Nesse sentido, apresentamos a Tabela 6 que mostra a evolução das taxas de reprovação, abandono e aprovação, nos três níveis de ensino, do estado de Minas Gerais comparando os resultados de 2008 a 2015.

Tabela 6 - Taxa de Rendimento por Etapa Escolar / MG – 2008/2015

ANO	Reprovação			Abandono			Aprovação		
	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
2008	5,1%	16,0%	12,5%	1,0%	6,0%	12,6%	93,9%	78,0%	74,9%
2010	1,0%	14,2%	14,1%	0,6%	4,2%	10,0%	98,4%	81,6%	75,9%
2012	0,7%	11,5%	13,0%	0,6%	3,9%	10,1%	98,7%	84,6%	76,9%
2013	0,3%	7,1%	10,1%	0,4%	3,2%	09,5%	99,3%	89,7%	80,4%
2014	0,3%	8,8%	11,8%	0,3%	2,8%	08,5%	99,4%	88,4%	79,7%
2015	0,7%	17,7%	19,6%	0,7%	2,1%	08,8%	98,6%	80,2%	71,6%

Fonte: Inep, dados preliminares do SIMADE, (site da SEE/MG).

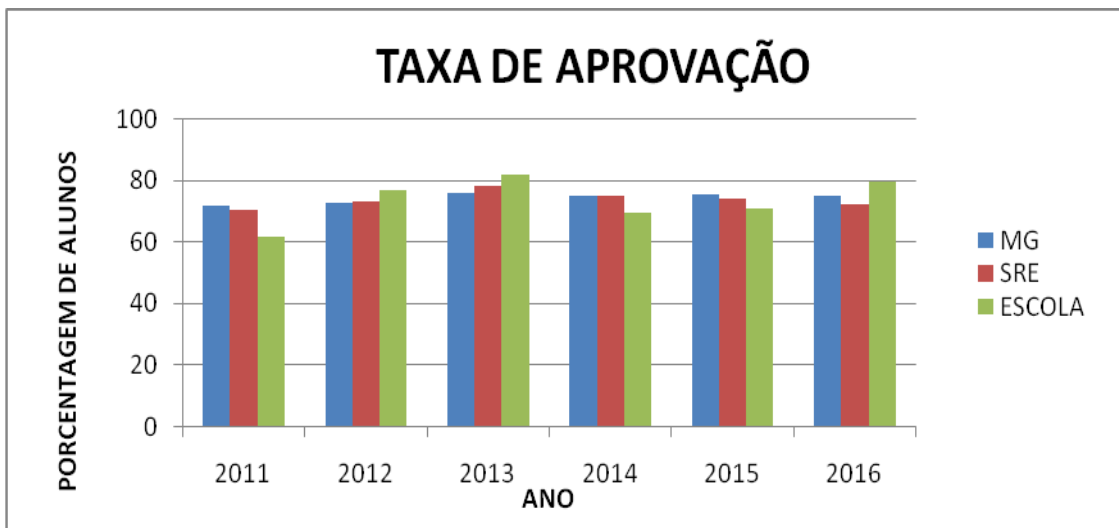
Os dados de rendimento escolar em todas as etapas a partir de 2008 apresentam índices de reprovação e abandono alto. Com relação à taxa de reprovação do Ensino Fundamental, é bem semelhante a do Ensino Médio. Enquanto que a taxa de abandono no Ensino Médio é superior as do fundamental. Como os anos finais estão mais conectados ao Ensino Médio, a reprovação e o abandono estavam em tendência de queda, até o ano de 2015, quando ocorre aumento das taxas de reprovação e abandono. O que significa que mais gente pode demandar o Ensino Médio. Uma população mais heterogênea, menos gente retida antes. Mas, até a presente data, os dados do EM estavam melhorando um pouco.

Se ocorrer uma taxa alta de reprovação no Ensino Fundamental, a tendência é que as taxas de distorção idade/série no Ensino Médio tendem a ser também. O problema do abandono escolar está presente em todas as etapas de escolaridade e vem se tornando foco de estudo e pesquisa, sendo que o mesmo está mais presente no Ensino Médio. Quando aumentam as taxas de reprovação e abandono, as taxas de aprovação tendem a diminuir.

Observa-se a evolução positiva das taxas de aprovação no período de 2008 a 2013, apesar de os índices de aprovação nos anos finais e do Ensino Médio não serem satisfatórios. A melhoria da taxa de aprovação significa que mais alunos estão alcançando as séries mais avançadas, diminuindo as taxas de distorção idade/série e ampliando o número daqueles que concluem cada etapa na idade certa. Mas, a partir de 2013, nota-se queda nas taxas de aprovação e ela se torna pior ainda no ano de 2015.

Na sequência, apresenta-se os gráficos com os resultados do Estado de Minas Gerais, da SRE de Governador Valadares e da escola Constâncio com relação ao fluxo e rendimento escolar no período de 2011 a 2016.

Gráfico 3 - Taxa de Aprovação do Ensino Médio no Estado, na SRE e da Escola no Período de 2011 a 2016



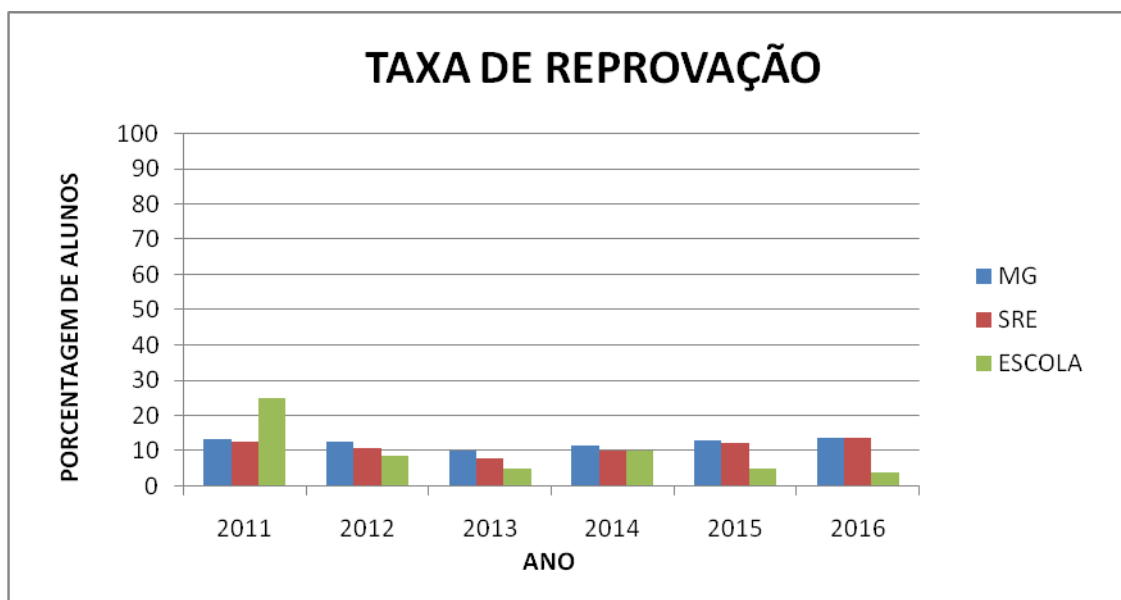
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIMAVE / MG – Sistema de Monitoramento - (Acesso restrito) / 2016.

Os dados em questão são muito semelhantes quando se compara o Estado, a Regional e a Escola. A taxa de aprovação está em torno de 80 % na Escola e 70 %

para o Estado e SRE. Apresentando oscilações durante o período observado e com uma pequena estabilidade no Estado e SRE e um leve crescimento na Escola (2016). Pelos dados apresentados, podemos concluir que boa parte dos alunos abandonou a escola ou foram reprovados, pois os 4 entes observados perderam em torno de 25 % dos seus alunos no percurso escolar.

A escola apresentava um índice baixo de aprovação em 2011 (61 %) e durante esse período de observação apresentou crescimento e queda acentuada de 2013 para 2014, recuperando o seu crescimento nos anos seguintes, atingindo em 2016, 79 % de aprovação, não sendo um índice bom.

Gráfico 4: Taxa de Reprovação do Ensino Médio no Estado, na SRE e da Escola no Período de 2011 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIMAVE / MG – Sistema de Monitoramento - (Acesso restrito) / 2016.

Nota 1: Fonte dos dados: SIMADE / 2015.

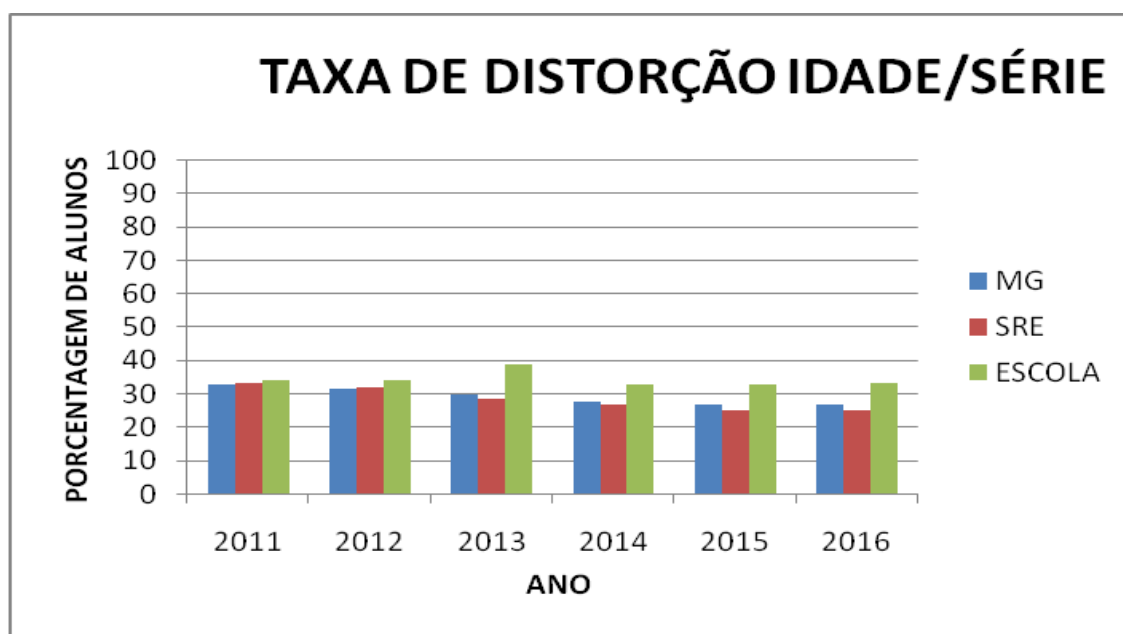
Nota 2: Taxa de Reprovação - a taxa de reprovação é dada pelo percentual de alunos reprovados nas etapas de escolaridade.

A taxa de reprovação na escola configura-se em torno de 4 %, bem menor que o Estado e a SRE (quase 15 %) em 2015 e 2016. A escola apresentou uma taxa muito alta em 2011 (25 %) e vem diminuindo com certa variação (queda e crescimento). Com relação ao Estado e a SRE, de 2011 a 2013 registrou-se queda (de 13 % para 8 %) e, a partir de 2013, essas taxas vem crescendo, retornando ao patamar de 2011/2012, pois o índice em 2016 corresponde a 14 %. Observa-se uma

semelhança nessas taxas quando se compara a Regional com o Estado, apesar das especificidades da Regional.

Aumentar as taxas de aprovação e reduzir as de reprovação significa também melhorar as taxas de distorção idade/série, principalmente entre os anos de escolaridade. Após a compreensão das taxas de aprovação e reprovação passamos para a análise taxas de distorção idade/série e abandono escolar.

Gráfico 5 - Taxa de Distorção Idade/série do Ensino Médio no Estado, na SRE e da Escola no Período de 2011 a 2016



Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do SIMAVE / MG – Sistema de Monitoramento (Acesso restrito) / 2016.

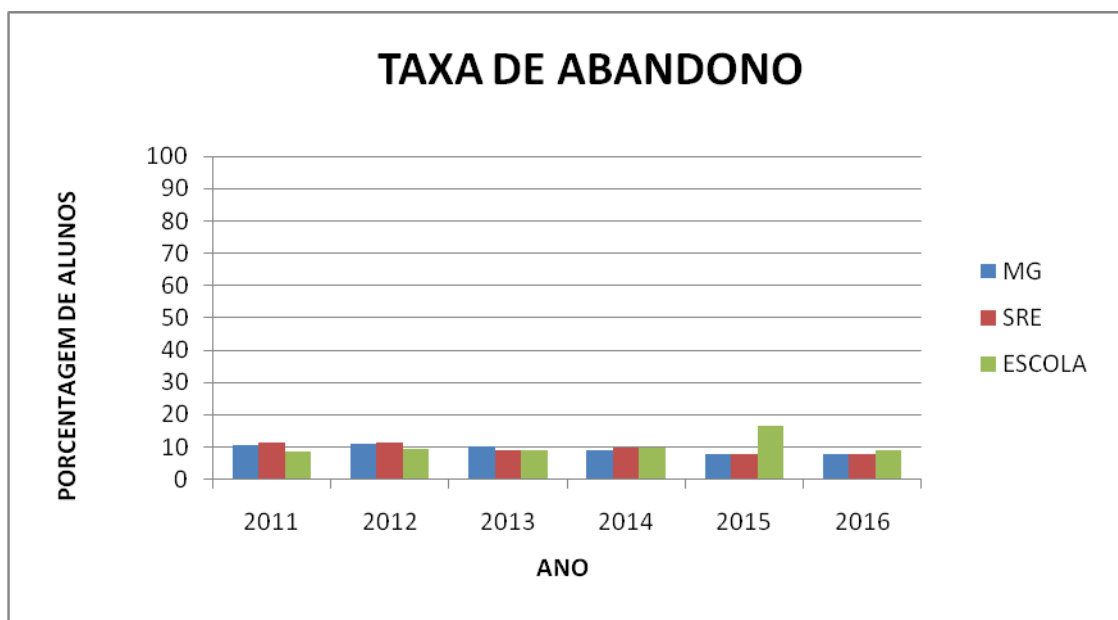
Nota 1: Fonte dos dados: SIMADE / 2015.

Nota 2: Taxa de distorção idade/série - O valor da distorção idade/série diz respeito à defasagem existente entre a idade do aluno e a idade recomendada para série cursada pro ele. Considera-se que o aluno está em situação de distorção idade/série quando a referida diferença é de dois ou mais.

A compreensão da taxa de distorção idade/série é importante, como já discutido anteriormente, pois essa taxa tem grande influência no abandono escolar, visto que os alunos com distorção são mais vulneráveis à reprovação e ao abandono, seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio. Essa taxa é bem alta, em torno de 26 % (Estado e SRE) e 34 % na Escola, o que deve levar os governantes a (re) pensarem as políticas de correção de fluxo. A taxa da escola, a partir de 2014, vem caindo timidamente e se mantendo num certo patamar.

A taxa de abandono varia em torno de 8 %, sendo um pouco maior na escola e demonstra uma queda acentuada de 2015 para 2016; no Estado e na SRE, essa taxa, no período de 2011 a 2016, mantém-se na faixa de 9 %, superando as taxas do Ensino Fundamental (menor que 10 %). Esse dado será visto com mais detalhes nos próximos gráficos. Conclui-se, assim, que as políticas públicas implementadas ainda não conseguiram resolver os sérios problemas do ensino, seja em nível nacional e/ou estadual.

Gráfico 6 - Taxa de Abandono do Ensino Médio no Estado, na SRE e na Escola no Período de 2011 / 2016



Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do SIMAVE / MG – Sistema de Monitoramento (Acesso restrito) / 2016.

Nota: Fonte dos dados: SIMADE / 2015.

Nota 2: Taxa de Abandono - a taxa de abandono representa o percentual de alunos que, matriculados em uma etapa de escolaridade em determinado ano, não se matriculam no ano seguinte.

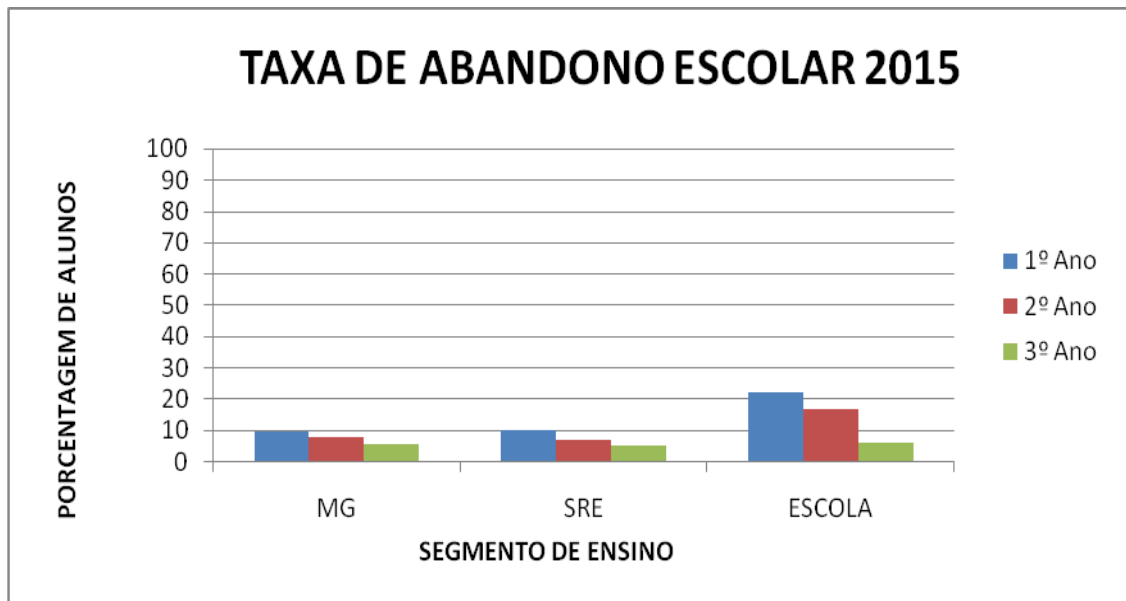
A maioria das situações de abandono ocorre no 1º ano, nesse sentido apresenta-se as taxas de abandono por turma (1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio) nos anos de 2015 e 2016 com a comparação dessas taxas no Estado (Minas Gerais), na SRE (Governador Valadares) e na Escola (Constância).

A partir da análise dos gráficos de abandono por ano de escolaridade nos anos de 2015 e 2016, fica evidente que a maior taxa de abandono acontece no 1º

ano do Ensino Médio, apresentando uma exceção na escola no ano de 2016, quando a taxa do 2º ano é maior.

Esses dados estão apresentados com mais detalhes no gráfico 7 e 8.

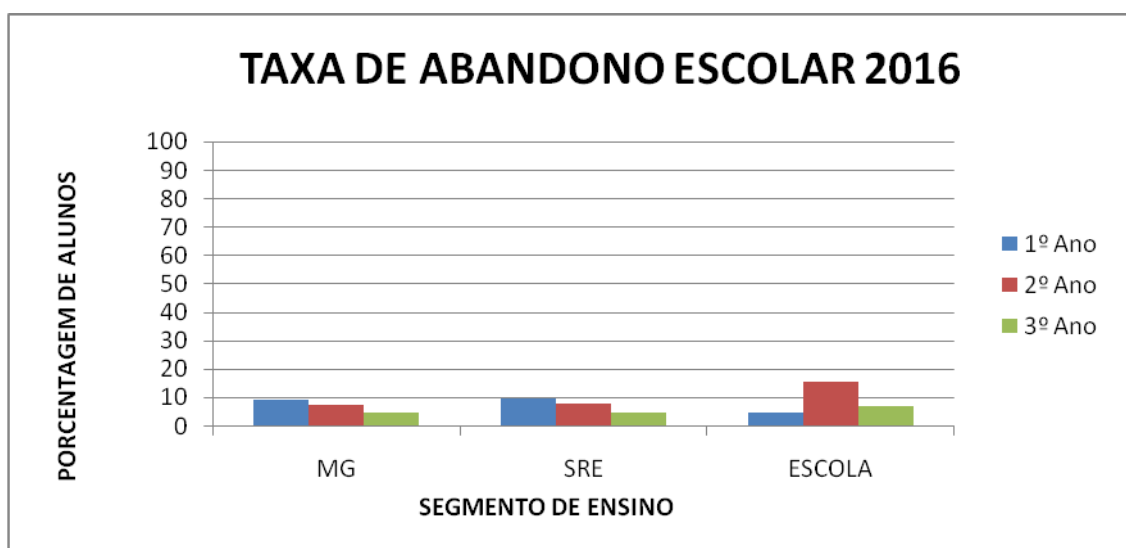
Gráfico 7 - Abandono Escolar por Turma (1º, 2º e 3º ano EM) – Estado, SRE e Escola/2015



Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do SIMAVE / MG – Sistema de Monitoramento - (Acesso restrito) / 2016.

Nota: Fonte dos dados: SIMADE / 2015.

Gráfico 8 - Abandono Escolar por Turma (1º, 2º e 3º ano EM) – Estado, SRE e Escola/2016



Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do SIMAVE / MG – Sistema de Monitoramento (Acesso restrito) / 2016.

Nota: Fonte dos dados: SIMADE / 2015.

Na comparação da taxa de abandono por série/ano, nota-se que tanto o Estado, a SRE como a escola tem a maior taxa concentrada no 1º ano seguido do 2º. Com relação ao Estado, nos dois anos em análise, praticamente não houve alteração nessas taxas (1º ano – 9 %, 2º ano – 7 % e 3º ano – 5 %). Essas porcentagens também se repetem na SRE; os dados mostram queda de 2015 para 2016. Na escola, uma alta taxa no 1º ano seguida do 2º ano (2015), havendo inversão essas taxas no ano de 2016 (essa inversão é resultado de vários alunos que foram considerados reprovados e não como abandono devido ao período que deixaram de frequentar a escola). Em 2016 a taxa de abandono do 2º e 3º ano é maior na escola, sobressaindo a do 2º ano com relação ao Estado e SRE. Portanto, cabe ao Estado, Superintendência Regional e Escola pensarem no que fazer para combater o abandono escolar.

É preciso analisar as especificidades das escolas, turmas, turnos e os alunos para que as políticas implementadas surtam efeitos positivos. Além disso, é necessário ter um olhar diferenciado para as turmas do noturno, o que se justifica pela diversidade desse público (FRITSCH, *et al.*, 2014).

Além da análise das taxas de aprovação, reprovação, abandono e distorção idade/série, outra preocupação dos gestores deve ser com os resultados das avaliações internas e externas e com o trabalho realizado pela equipe escolar. Conhecer e compreender os resultados das avaliações é fator primordial na busca de alternativas para combater os problemas apontados, no nosso caso o abandono no Ensino Médio.

Na próxima seção será conhecido um pouco mais do contexto escolar da Escola Estadual Constâncio Correia de Alvarenga. Sua história de fundação, o quadro de pessoal, o público-alvo e a comunidade escolar; também a análise e debate dos dados educacionais relacionados ao fluxo e rendimento escolar, além dos resultados das avaliações internas e externas.

1.4 Abandono escolar no contexto da escola Constâncio Correia de Alvarenga

A E. E. Constâncio Correia de Alvarenga foi escolhida para realizar este estudo, pois é a única do Município que oferece o Ensino Médio e também pela facilidade de acesso às informações.

A escola está vinculada à SEE/MG (órgão central) com sede na capital mineira e está localizada no Município de Nacip Raydan que fica à 235 km da capital (Belo Horizonte) e à uma distância de 100 km da SRE (Governador Valadares). Ela recebe suporte da SRE de Governador Valadares por meio de comunicação via telefone ou e-mail e também pela presença de funcionários, em especial, do inspetor escolar (visita mensal). Em alguns casos, a comunicação é feita por e-mail diretamente da SEE/MG.

Como já foi visto, a escola foi fundada em 1966 iniciando com as turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais (1ª a 4ª série → 1º ao 5º ano). Iniciou o encerramento das matrículas em 2009, sendo a última turma de 5º ano em 2013 devido à política de municipalização. No ano de 1978, a escola implantou as turmas de Anos Finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série → 6º ao 9º ano), iniciando com a 5ª série e expandindo gradativamente. Em 2002, foi criado o Ensino Médio. Em 2005 e 2009 a escola passou a oferecer a modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Médio, respectivamente. No ano de 2007, fez adesão ao Projeto de Educação de Tempo Integral da SEE e, no decorrer dos anos, fez adesão a outros projetos propostos pela SEE e/ou em parceria com o Governo Federal.

O público alvo atendido pela escola é formado por alunos da zona rural (15,3 %) e da zona urbana (82,9 %); sendo 1,8 % não informado. Dos alunos, 15,3 % utilizam transporte público. Com relação à cor declarada, os resultados são os seguintes: amarela: 1,13 %; branca: 15,09 %; preta: 7,21 %; parda: 72,52 %; não informado: 4,05 %; ainda, se tem 53 % dos alunos do sexo feminino e 47 % do sexo masculino (SIMADE, 2015).

A situação socioeconômica é considerada baixa. Com base nos dados escolares, 90 % das famílias recebem recurso do programa Bolsa Família. A cidade oferece pouca atração de lazer e quase nenhuma perspectiva de trabalho sendo

esse, às vezes, informal. O Índice Socioeconômico Escolar¹⁴ na qual a escola se encontra é Baixo (100 %); enquanto que a regional apresenta variação nesse índice de alto (15 %) para baixo (30 %), sendo a maior parcela de médio baixo (40 %). Uma das causas é a situação econômica dos municípios que a compõe.

Em vista do cenário exposto, ressalta-se que o gestor escolar deve conhecer os dados socioeconômicos da escola e de seus alunos para que possa estabelecer estratégias de combate ao abandono e reprovação, principalmente em turmas estratégicas, tais como as do 1º ano do Ensino Médio. Considera-se que o baixo índice socioeconômico apresentado pela escola é maior a responsabilidade da gestão no que se refere à qualidade do ensino e à procura de ações apropriadas para atender essa demanda.

Passa-se agora a conhecer os atendimentos feitos pela escola. A escola atende em média 380 alunos nos três turnos de funcionamento. Esses alunos são distribuídos nos níveis e modalidades oferecidas pela Escola: Ensino Fundamental Anos Finais: Regular → 08 turmas (matutino e vespertino) – EJA → 01 turma (noturno); Ensino Médio Regular → 04 turmas (matutino) e 01 turma (noturno) – EJA → 01 turma (noturno), 01 turma do Normal Nível Médio com habilitação em Educação Infantil (noturno), 02 turmas de Educação Integral (vespertino), atendimento aos alunos com necessidades especiais e alunos do Projeto Elevação da Escolaridade, (SECRETARIA ESCOLAR, 2015/2016).

O quadro de pessoal da escola é composto pelos seguintes servidores: Diretor (01), Vice-diretor (01), Secretária Escolar (01), Assistente Técnico de Educação Básica (ATB): - ATB / Auxiliar de Secretaria (03), ATB / Financeiro (01), Supervisor Pedagógico (02), Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASB) - (09), Professor para o Ensino do Uso da Biblioteca (PEUB) (03), Professor de Apoio (04), Professor Regente de Aula – Ensino Regular / Educação de Jovens e Adultos – EJA (29)*, Professor – Educação Integral (05), Professor – Curso Normal (04). * Os professores, com dois cargos na própria escola, foram contados apenas uma vez.

¹⁴ - Índice Socioeconômico Médio da Escola (ISE): o Índice Socioeconômico - ISE é uma importante ferramenta de controle, que nos ajuda a compreender e explicar os resultados obtidos pelas escolas nos testes de proficiência. O ISE reúne informações relacionadas à posse de bens, materiais e culturais, e à escolaridade dos pais dos alunos. Produzido a partir dos itens dos questionários dos alunos, o ISE é divulgado por escola. Foram criadas quatro categorias do índice: baixa, médio-baixa, médio-alta e alta. Cada categoria representa uma combinação de itens. Para mais informações, acesse a nota técnica.

(No anexo A é apresentado o quadro 8 com maiores detalhes dos servidores da escola no ano de 2016/2017).

O quadro de pessoal da escola é formado por servidores efetivos e designados. O servidor designado é aquele que é contratado por período determinado, a maioria por um ano (contrato temporário). Devido a esses contratos temporários, constantemente ocorre a rotatividade de funcionários, o que acarreta, entre outros problemas, em dificuldades no trabalho do gestor escolar. Nesses casos é comum a descontinuidade dos projetos da escola e, do mesmo modo, não é possível contar com o mesmo professor do ano anterior, ou seja, com aquele que estava desenvolvendo um bom trabalho na escola. Uma das causas da rotatividade é o longo tempo sem a realização de um concurso público. Durante a pesquisa documental o assunto será aprofundado verificando a relação entre o corpo docente e os resultados dos alunos.

Relata-se, agora, algumas atribuições dos profissionais que atuam na escola. O diretor (gestor), apesar de ser novo na direção, tem a experiência de Vice - diretor e exerce a função de professor há bastante tempo na educação. É responsável pela coordenação geral da escola e atua nas dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras, contando com a equipe de apoio para executar as tarefas delegadas. Está sempre presente nas reuniões pedagógicas, como nos conselhos de classe e outras. Como se pode perceber, o trabalho do gestor escolar é bastante árduo e complexo. Ferreira (2012, p. 4) afirma que, “o exercício eficaz do gestor representa um desafio, cuja superação depende da aquisição de competências adequadas”.

O Vice-diretor atua nas questões administrativas, financeiras e também pedagógicas, compartilhando experiências e apoiando os especialistas na área pedagógica e nos projetos desenvolvidos pela escola. Já a Secretária escolar e os Auxiliares de Secretaria são responsáveis pela parte administrativa no que se refere à vida escolar dos alunos e vida funcional dos servidores. Um dos Auxiliares trabalha na parte financeira (organizar os processos de dispensas e licitações e montar as prestações de conta). Já no setor pedagógico, há os supervisores pedagógicos que são os responsáveis pela coordenação pedagógica, orientando e acompanhando o trabalho docente e discente, apoiando a realização dos projetos, reuniões, conselho de classe, etc. De grande importância para o funcionamento da escola são também os Auxiliares de Serviços de Educação Básica, esses atuam na

manutenção e limpeza da escola, preparo da merenda escolar e almoço dos alunos da educação integral.

O quadro de professores da escola conta com o apoio dos Professores para o Ensino do Uso da Biblioteca que exercem sua função no atendimento na biblioteca e na sala de aula na ausência justificada de algum professor; conta também com 4 (quatro) Professores de Apoio para o atendimento aos alunos com Necessidades Especiais (com laudo médico), incluindo esses alunos nas turmas regulares apoiando os professores regentes em sala de aula; com a mesma importância, conta com os Professores Regentes de Aulas que atuam nas diversas turmas, turnos e modalidade de ensino; com os professores da Educação Integral atuando nessas turmas como Orientador de Estudo ou nas Oficinas escolhidas conforme orientação do projeto estabelecido pela SEE; ainda, com os professores que trabalham no Curso Normal de Nível Médio com matérias pedagógicas, pois o curso é de formação para atuar na Educação Infantil. Vale destacar que com a adesão ao Projeto Elevação da Escolaridade da SEE/MG, foi contratado um professor alfabetizador para atendimento aos alunos (matutino e vespertino) dos Anos Finais do Ensino Fundamental em distorção idade/série.

No que tange às taxas de abandono e de distorção idade/série, após o Conselho de Classe, no ano de 2015, quando foi verificada uma taxa muito grande de abandono escolar, principalmente no 1º ano, a equipe de gestão precisou refletir sobre essa situação. Assim, questões como “Por que um número tão grande de alunos abandonou a escola?”, “Quem são eles?” motivaram a realização desta pesquisa, pois, em anos anteriores, também foi visível uma situação crítica de abandono.

O enfoque da pesquisa é local, ou seja, conhecimento e análise dos dados escolares. Primeiramente, serão analisadas as informações contempladas na tabela 7, ou seja, a taxa de abandono de forma geral de todas as turmas do Ensino Médio da Escola Constâncio no período de 2012 a 2016. Na sequência, apresenta-se a tabela 8 que expõe as taxas de abandono da escola nas turmas do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio no mesmo período.

Tabela 7 - Taxa de Abandono nas Turmas do EM de 2012 a 2016 (Escola Constância)

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Nº. de alunos	122	138	136	133	159
Taxa de abandono %	9,83 %	10,14 %	11,02 %	18,79%.	8,18 %

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em dados da Secretaria escolar /2015.

De acordo com a tabela 7, há um crescente aumento na taxa de abandono no Ensino Médio regular na escola no período observado - 2012 a 2016 - porém com queda em 2016. Com base nos dados da Secretaria Escolar, em 2015, a alta taxa está sobre a influência principalmente do 1º ano do turno vespertino (41 %), em seguida pelo 2º ano (2º M = 14,81 % e 2º V = 19,23 %). Há melhores detalhes na tabela 8. Uma hipótese preliminar está na formação da turma, sendo essa formada pelos alunos repetentes e com distorção idade/série (ver tabela 9). Outro fator preponderante pode está ligado aos alunos serem oriundos de projetos de aceleração.

Após conhecer a taxa de abandono do Ensino Médio de maneira geral, a Escola passou a discutir essa taxa de modo mais específico, considerando cada ano de escolaridade.

Tabela 8 - Taxa de Abandono no 1º, 2º e 3º ano do EM no Período de 2012 a 2016 – Escola Constância

Ano	2012			2013			2014			2015			2016		
Ano / Escolaridade	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
Nº. de alunos	53	50	19	61	39	38	53	48	35	55	49	29	64	52	43
Taxa de abandono %	09	14	00	16	05	05	09	14	08	25	18	07	05	15	05

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em dados da Secretaria escolar / 2016.

A tabela 8 apresenta, detalhadamente, as taxas de abandono por ano de escolaridade. Nota-se que o problema concentra-se no 1º ano e, na sequência, no 2º

ano. Durante o período 2012 a 2016 ocorre um oscilamento nas taxas tanto do 1º ano como do 2º ano. Os possíveis fatores da alta dessas taxas já foram discutidos na análise da tabela 7, assim como já foi discutido as taxas de 2015 e 2016.

Após conhecimento dessas taxas, a escola adotou algumas medidas para evitar ou reduzir o abandono. As turmas do 1º ano foram divididas da seguinte maneira: uma com alunos que apresentavam melhores condições de aprendizagem e a outra turma formada com alunos de maiores dificuldades, cujo objetivo era facilitar o trabalho dos professores permitindo-os que fizessem um trabalho diferenciado. Mas, ao final do ano de 2016, foi observado que não houve um trabalho eficaz conforme os objetivos propostos. Com relação ao 2º ano, foi criada uma turma no turno noturno para atender melhor aos alunos, pois muitos alegavam que trabalhavam (trabalho informal). Mas, mesmo assim, houve abandono.

Conforme os autores Camargo e Rios (2012, p.11), a escola de Nível Médio “precisa ser um ambiente de competência, ou seja, que possua a habilidade de realizar diagnósticos de obstáculos, organizar e dirigir inovações, novas situações de aprendizagem, frente às condições presentes”. Assim, cabe à gestão escolar ter um olhar diferenciado das turmas do 1º ano e analisar a trajetória dos alunos no Ensino Fundamental para propor alternativas para sua permanência na escola.

Por isso, faz sentido outro tipo de análise, ou seja, conhecer também a taxa de distorção idade/série e sua relação como o abandono. Com relação à taxa de distorção idade/série, essa é alta nas duas primeiras séries do Ensino Médio. Essa taxa é oriunda do Ensino Fundamental e/ou causada pelo retorno dos alunos que abandonaram ou foram reprovados.

Fritsch et al. (2014, p. 221) apresenta o conceito de distorção idade/série: “é considerada quando o estudante está há pelo menos dois anos acima da idade para a série/ano – (ingresso tardio e/ou repetência)”, ou seja, a distorção idade/série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar.

No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental aos 6 anos de idade. Caso ela entre com 8 anos ou mais, significa que está com distorção idade/série. Deveria permanecer no Ensino Fundamental até o 9º ano com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Com relação ao Ensino Médio, deveria concluir até os 17 anos.

Após conhecer as taxas de distorção idade/série do Estado, SRE e Escola e fazer uma comparação dessas taxas, foca-se nos resultados específicos da escola com o intuito de se ter uma visão local desses dados.

É observável que as altas taxas de distorção idade/série se correlacionam com as taxas de abandono, pois a turma com maior distorção apresenta a maior taxa de abandono e assim segue na sequência das turmas.

A tabela 9 apresenta as taxas de distorção idade/série no ano de 2016 da Escola Constâncio das turmas (1º, 2º e 3º ano) do Ensino Médio regular.

Tabela 9 - Taxa de Distorção Idade/série no EM no ano de 2016 (1º, 2º e 3º anos) – Escola Constâncio

Ano/Escolaridade	1º ano	2º ano	3º ano
Nº. de alunos	59	51	42
Alunos distorção idade/série	21	21	09
Taxa	35,59 %,	41,17 %	21,42 %.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em dados da Secretaria escolar / 2016.

No decorrer da pesquisa será analisado, com mais detalhes, as taxas de aprovação e reprovação no referido período (2016) das mesmas turmas e, também, o levantamento das faltas dos alunos para verificar a sua interferência no abandono escolar.

A pesquisa realizada por Fritsch *et al.* (2014, p. 230) revela que “a escola com menor taxa de abandono é também aquela onde existe a menor taxa de distorção idade/série e o menor percentual de estudantes matriculados no noturno”. Ainda, com relação à distorção, a pesquisa feita pelos os autores apresenta a correlação entre distorção e abandono: “à medida que aumenta a taxa de distorção idade/série, aumenta também a taxa de abandono (Idem, p. 230)”. Por essa e outras razões, é preciso renovar e ressignificar o Ensino Médio, atraindo o jovem e garantindo a sua permanência, o que requer ações articuladas entre os entes federados.

É no município que o jovem se encontra, não podendo se limitar a tratá-lo como responsabilidade só do Município, mas do Estado ou União, pois ele é um só. Dessa forma, compreender e procurar entender as demandas dos jovens torna-se

fator crucial para que o investimento realizado não seja em vão. Vale destacar que quando há uma taxa grande de alunos na situação de distorção idade/série, os governos adotam políticas educacionais de correção de fluxo escolar no sentido de corrigir a taxa. Cita-se, por exemplo, o Programa de Aceleração da Aprendizagem e a EJA.

No contexto juvenil, são levantadas algumas hipóteses sobre as possíveis causas do abandono escolar, cita-se algumas dessas:

(1) As perspectivas do aluno com relação à importância dos estudos: nas conversas com esses alunos, observou-se que os mesmos não valorizam a importância que os estudos têm e as possibilidades que podem lhe propiciar. Uma das constatações é que quando a escola promove palestras com profissionais específicos, nota-se pouco interesse do aluno na participação do evento, questionando, perguntando ou interagindo com o(s) palestrante(s) ou a sua ausência nesse tipo de atividade.

(2) O aluno não vê possibilidade de melhorar as condições de vida por meio do estudo e não demonstra interesse no prosseguimento dos mesmos: o aluno com uma melhor condição financeira tem uma preocupação maior, pois quer continuar os estudos, principalmente na faculdade. A grande maioria não tem essa preocupação, pois poucos alunos fazem as inscrições para o ENEM, por exemplo. Outro fato é a perda da oportunidade de fazer uma faculdade ou curso técnico, já que o Município oferece transporte escolar para a cidade de Governador Valadares durante a semana e também aos sábados. A proporção de alunos que concluem o 3º ano médio e prosseguem seus estudos é muito baixa. Assim, a maioria dos alunos que fazem faculdade são os adultos e com experiência de vida.

(3) Um currículo voltado para a realidade e o cotidiano do aluno: a escola ainda tem dificuldades de ofertar um currículo que possa atender às necessidades do Ensino Médio definindo uma concepção de currículo que valorize os contextos dos quais os jovens são oriundos. Diversos são os fatores que contribuem para essa situação, pois a SEE define a grade curricular, os conteúdos e os livros didáticos que não atendem às especificidades regionais e locais e nem às condições dos alunos. Por mais que a escola procure realizar um trabalho mais coerente, ainda está longe de alcançar esses objetivos.

(4) Dificuldade de acompanhar o colega por não ter consolidado as habilidades necessárias dos anos anteriores: uma parcela dos alunos, principalmente aqueles vindos dos projetos de correção de fluxo, que estão indo para o Ensino Médio, ainda não consolidou as competências básicas do Ensino Fundamental. Como alguns alunos chegam no 6º ano com grandes dificuldades de aprendizagem, mesmo com a escola realizando um trabalho de intervenção, ainda assim não se consegue superar essas dificuldades, o que acaba se estendendo até o Ensino Médio. Já no Ensino Médio é mais difícil realizar qualquer intervenção, principalmente pelos desafios que a própria etapa de escolaridade enfrenta. É preciso buscar alternativas que sejam atrativas, entretanto, não temos uma política pública específica para atender esses jovens, além da falta de recursos financeiros.

(5) Falta de apoio da família na vida escolar dos filhos, principalmente no EM: muitos alunos devido à jornada de trabalho e à necessidade de trabalhar fora acabam abandonando a escola; ainda porque os próprios pais acham que os filhos já têm maturidade para decidir o que fazer com relação ao estudo.

(6) Professores novatos e um constante rodízio, dado que a maioria é designada, conforme o quadro de pessoal apresentado anteriormente: a escola convive com um grande rodízio de funcionários, pois muitos são designados. O que pode prejudicar o trabalho da gestão escolar, dada a falta de continuidade dos trabalhos iniciados. Ainda não há, por parte dos governos, a priorização da educação. Se essa fosse prioridade, uma das preocupações seria a valorização dos professores e da equipe de apoio;

(7) Falta de capacitação para atender essa nova demanda: aliado à nova geração de jovens que está chegando à escola, também estamos recebendo uma nova geração de professores. Pela experiência de gestor escolar por 11 anos, com o passar do tempo, foi possível perceber que muitos professores/funcionários estão chegando da faculdade às escolas sem a devida preparação, tanto nos aspectos de conteúdos como em lidar com essa nova geração. Além dessa formação inicial, é necessária a formação continuada. Vale ressaltar que essa formação continuada deve ser para todos (novatos e experientes), para que possam atender esse novo público escolar. Um dos programas de capacitação continuada foi a adesão da SEE/MG ao Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio do Governo Federal que iniciou em 2014 e não teve continuidade (como já relato nas seções anteriores).

Infelizmente, o que acontece é a falta de continuidade das políticas públicas, pois são políticas de governo e não de Estado.

(8) Processos de avaliações e metodologias aplicadas: o conhecimento deve propiciar a liberdade de escolha dos estudantes, por isso é importante o acesso ao conhecimento científico. A escola deve ficar atenta à nova clientela, sendo esse um grande desafio. Com a chegada da classe popular às escolas, percebe-se, ainda, a desigualdade de possibilidades no campo do conhecimento. Cabe ao professor reconhecer a metodologia adequada para cada turma e assim também se preocupar com o tipo de avaliação adotada. Ele pode optar por avaliações que levem à construção do conhecimento ou por aquelas que visem simplesmente punir o aluno. Se o professor adotar por uma avaliação punitiva, pode levar o aluno a abandonar a escola. O que pode demonstrar que o professor não está preocupado com o seu conhecimento, ou seja, o aluno sente-se desvalorizado. A escola tem procurado incentivar os professores a usarem as diversas formas de avaliação. Uma das estratégias para melhorar o processo de avaliação escolar é o acompanhamento pelas especialistas das avaliações aplicadas.

(9) Conhecimento dos documentos orientadores e das propostas da SEE/MG: o professor e a equipe de gestão precisam conhecer os documentos e legislações que regem a educação Brasileira. As DCNEMs (2012) estabeleceram um currículo mínimo considerado base em qualquer realidade brasileira. O intuito é garantir a equidade na aprendizagem, permitindo ao professor o acesso a conteúdos básicos que possam ser apresentados de acordo com as necessidades dos alunos.

Discutir os resultados das avaliações externas é de suma importância, pois, tratando-se de fluxo e rendimento escolar, também se faz necessário conhecer e analisar os resultados das avaliações externas e sua influência no cotidiano escolar. Uma das avaliações externas existentes é o PROEB que compõe o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) promovido pelo governo de Minas Gerais.

Na realização da análise, primeiro considerou-se o número de distribuição dos alunos por nível de desempenho¹⁵ (porcentagem) e a proficiência alcançada nos conteúdos de Matemática e Língua Portuguesa; comparou-se os resultados dos três segmentos (Estado de Minas Gerais, SRE de Governador Valadares e a Escola Constância).

Tabela 10 - PROEB/2015 – Participação e Nível de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática nas Turmas do 1º e 3º ano do EM (MG – SRE – Escola)

DISCIPLINA →		Participação		Nível de Desempenho				Nível de Desempenho			
				Língua Portuguesa				Matemática			
ANO		%		B	I	R	A	B	I	R	A
2015	MG	1º	77,9	46,6	34,2	17,2	2,0	62,9	33,8	2,3	1,0
		3º	82,9	31,1	36,6	27,2	5,1	54,6	37,4	4,8	3,1
	SRE										
		1º	75,6	46,4	35,0	16,6	2,0	64,7	32,5	2,1	0,7
	ESCOLA	3º	82,4	28,8	39,1	27,1	4,9	54,1	39,5	4,5	2,0
	ESCOLA	1º	68,5	37,8	48,6	13,5	0,0	59,5	37,8	2,7	0,0
		3º	96,4	40,7	33,3	22,2	3,7	48,1	48,1	3,7	0,0

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em dados do SIMAVE / MG – 2015.

Nota 1: B = BAIXO; I = INTERMEDIÁRIO; R = RECOMENDÁVEL; A = AVANÇADO.

Nota 2: Participação – é a porcentagem de alunos presentes no dia da aplicação da avaliação.

Quando da comparação dos resultados dos alunos por níveis de desempenho, percebe-se que nenhum aluno do 1º ano alcançou o nível avançado em Matemática e Língua Portuguesa; enquanto que no 3º ano esse nível não foi alcançado em Matemática. Observa-se, também, que em Língua Portuguesa como em Matemática a maior parte dos alunos ficou no nível baixo e intermediário, sendo

¹⁵ - Padrões (níveis) de Desempenho - Os padrões de desempenho referem-se às habilidades e competências adquiridas pelos alunos para a etapa de escolaridade e área do conhecimento, avaliadas. São quatro:

Baixo – nível de desempenho muito abaixo do mínimo esperado para a etapa de escolaridade e área do conhecimento, avaliadas. Os alunos que estão nesse nível devem ter uma atenção especial, exigindo uma ação pedagógica intensiva por parte da escola;

Intermediário – nível de desempenho básico, caracterizado por um processo inicial de desenvolvimento à etapa de escolaridade e área do conhecimento, avaliadas;

Recomendado - nível de desempenho adequado para a etapa de escolaridade e área do conhecimento, avaliadas. Os alunos demonstram ter desenvolvido as habilidades essenciais;

Avançado - nível de desempenho desejável para a etapa de escolaridade e área do conhecimento, avaliadas. Os alunos demonstram ter desenvolvido habilidades além do esperado.

o resultado de Matemática um pouco pior quando da análise da distribuição dos alunos por nível de desempenho.

A tabela 10 apresenta um grande número de alunos no baixo desempenho, por isso a escola precisa pensar em estratégias para melhor atender esses alunos. O aluno em baixo desempenho pode sentir-se desmotivado e acabar abandonando os estudos. Portanto, conhecer as causas do abandono é importante, porém compreender como o gestor e sua equipe relacionam-se com essa problemática possibilita traçar novas formas de atuação, formas mais eficazes no combate ao abandono escolar.

Sobre a participação dos alunos no dia da aplicação das provas, pela tabela observa-se que não é satisfatória nos três segmentos, em especial nas turmas do 1º ano, a menor participação na escola. A baixa participação se deu porque muitos alunos já tinham abandonado, pois as provas foram aplicadas no mês de novembro e geralmente o levantamento é feito no mês de setembro pela SEE. Além disso, os alunos não valorizam a importância dos resultados dessas avaliações, apesar do incentivo da escola. Já no 3º ano a participação dos alunos da escola foi muito boa, superando os demais segmentos.

Com base na tabela 11 e 12, nota-se uma proficiência baixa nas duas turmas (1º e 3º ano) nos dois conteúdos. Esses mesmos resultados são observados com relação ao Estado, SRE e Escola.

Tabela 11 - PROEB/2015 – Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática do 1º ano do EM (Minas Gerais – SRE – Escola)

PROFICIÊNCIA	ANO →	1º ANO	
	DISCIPLINA →	PORT.	MAT.
2015	MINAS GERAIS	253,4	259,9
	SRE	253,7	258,5
	ESCOLA	254,8	264,1

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em dados do SIMAVE / MG – 2015.

De acordo com a tabela 11, a escola alcançou melhores proficiências que o Estado e SRE. Nesse sentido, é primordial analisar e discutir os resultados e seus significados, pois é muito importante o investimento no Ensino Fundamental para que o Ensino Médio tenha sucesso.

No ano de 2015, pela primeira vez, o PROEB avaliou os alunos do 1º ano do Ensino Médio, pois como vimos na análise dos dados, principalmente sobre resultados nas avaliações externas (larga escala), essa etapa de escolaridade exige um olhar mais atento. Como os alunos ainda estão frequentando a escola, será possível pensar ações de intervenções que possam melhorar a aprendizagem, evitando assim que sejam reprovados ou abandonem a escola.

A tabela 12 traz os resultados do PROEB do Estado, da SRE e da Escola nas turmas de 3º ano do Ensino Médio de 2012 a 2015 nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática.

Tabela 12: PROEB/2015 – Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática do 3º ano do EM no Período 2012 a 2015 (MG – SRE – Escola)

Turma: 3º Ano		Nível de maior porcentagem (%) de alunos				Proficiência média	
Ano Avaliado / Segmento		Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa	Matemática
2012	MINAS GERAIS	BAI - 29,6	INT - 39,7	BAI - 41,5	INT - 47,6	273,8	285,3
	SRE	INT - 41,1	REC - 29,0	BAI - 38,5	INT - 51,2	277,2	288,2
	ESCOLA	INT - 64,7	REC - 17,6	BAI - 29,4	INT - 58,8	282,0	294,1
2013	MINAS GERAIS	INT - 39,0	REC - 31,1	BAI - 42,9	INT - 46,5	280,6	283,6
	SRE	INT - 40,7	REC - 32,3	BAI - 42,8	INT - 47,9	282,5	283,6
	ESCOLA	INT - 45,7	REC - 25,7	BAI - 51,4	INT - 40,0	274,6	271,2

Turma: 3º Ano		Nível de maior porcentagem (%) de alunos				Proficiência média	
Ano Avaliado / Segmento		Língua Portuguesa		Matemática		Língua Portuguesa	Matemática
2014	MINAS GERAIS	INT - 37,6	REC - 30,6	BAI - 44,3	INT - 44,4	281,4	283,4
	SRE	INT - 40,5	REC - 31,5	BAI - 44,8	INT - 45,7	284,3	282,8
	ESCOLA	BAI - 32,3	INT - 35,5	BAI - 27,6	INT - 62,1	278,2	293,7
2015	MINAS GERAIS	BAI - 31,1	INT - 36,6	BAI - 54,6	INT - 37,4	274,0	272,0
	SRE	BAI - 28,8	INT - 39,1	BAI - 54,1	INT - 39,5	275,2	271,8
	ESCOLA	BAI - 40,7	INT - 33,3	BAI - 48,1	INT - 48,1	267,0	277,4

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em dados do SIMAVE / MG – 2015.

Nota: B = BAIXO; I = INTERMEDIÁRIO; R = RECOMENDÁVEL; A = AVANÇADO.

A partir dos dados da tabela nota-se um oscilamento nos resultados das proficiências no período analisado. Essa oscilação também acontece no Estado e SRE em Língua Portuguesa, mas em Matemática a proficiência apresenta queda. Quando se observa o período retratado, os resultados são bastante semelhantes e praticamente com pouca alteração nas proficiências alcançadas. O que faz com que, não só a escola precise melhorar suas práticas, mas o Estado deverá propor políticas públicas voltadas para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

No período de 2012 a 2015 predomina a maior porcentagem de alunos nos níveis baixo e intermediário nos dois conteúdos e nos três segmentos. São poucas as exceções em Língua Portuguesa com alguns alunos no recomendável, mesmo assim até o ano de 2014. Conclui-se, assim, que o percentual de alunos nesses níveis é grande, ou seja, os alunos do 3º ano estão terminando essa etapa de escolarização sem consolidar as habilidades e competências necessárias.

Os resultados das avaliações, tanto internas como externas, devem servir de parâmetros para o gestor escolar propor junto a sua equipe de trabalho ações que melhorem o ensino e aprendizagem, que garantam a presença do aluno na escola. Espera-se que esse aluno conclua o Ensino Médio na idade certa e com qualidade educacional, pois “grande parte da população em idade escolar está fora do Ensino Médio e existe um grande número de abandono”, Fritsch *et al.* (2014, p. 232).

Destaca-se que este trabalho pretende contribuir justamente para que a gestão escolar possa pensar em ações práticas que visem à diminuição das taxas de abandono escolar no Ensino Médio. O que deve ocorrer juntamente com a comunidade escolar e de modo a se discutir as propostas e alternativas para reverter esse quadro de abandono.

O próximo capítulo apresenta o referencial teórico da temática estudada: o abandono escolar. Traz a metodologia utilizada na pesquisa e a análise dos dados levantados sobre o abandono escolar no Ensino Médio regular, mais especificamente, na E. E. Constâncio Correia de Alvarenga, selecionada para a pesquisa.

2 ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Este capítulo aborda as causas do abandono escolar, comparando os dados oficiais e os dados que coletados pela pesquisa, em diálogo com a fundamentação teórica para embasamento do estudo. É de suma importância compreender o significado dos índices de rendimento e de fluxo para a vida do aluno e também para a escola. Os índices de rendimento mensuram a frequência e o desempenho do aluno; já os de fluxo ou transição são os que caracterizam o caminho percorrido pelo aluno entre um ano e outro. Esses índices ajudarão na compreensão do caminho percorrido pelo aluno levando à reflexão sobre a educação, o que tende a proporcionar subsídios para a elaboração de novas políticas educacionais.

2.1 Referencial teórico

Entender o fluxo de movimentação do aluno auxilia no estabelecimento de políticas internas de combate ao abandono, ao mesmo tempo em que permite que a escola estabeleça metas de atuação condizentes com o problema que enfrenta (AQUINO, 2013).

Assim, são aqui debatidas questões relativas ao abandono escolar e outras relacionadas ao tema. São utilizados diversos autores e suas discussões, como Costa (2013) que aponta os desafios da matrícula e do trabalho docente no Ensino Médio no Brasil e Krawczyk (2009) que gera uma reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio Brasileiro.

Para compreender o problema da última etapa da Educação Básica, é necessário entender a questão da universalização do Ensino Fundamental. Assim, o artigo de Oliveira (2007) debate a questão da universalização do Ensino Fundamental e como consequência a qualidade da educação. Ao universalizar o Ensino Fundamental e implantar políticas de correção de fluxo, o problema recaiu sobre o Ensino Médio. O primeiro processo de exclusão ocorre pela falta de vaga nas escolas, resultado da omissão de políticas públicas em preparação para receber essa nova demanda. Aliado a esse cenário, há os processos de reprovações e abandonos escolares causados pelos mais diversos fatores que serão discutidos.

Queiroz (2012, p. 1) nos afirma que “As discussões acerca do abandono escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar da criança”. A questão familiar é considerada um dos fatores que podem levar ao abandono quando essa não participa da vida escolar do filho, que será discutido mais adiante. Como discussão inicial, Soares et al. (2015, p. 761) apresenta resultados encontrados, destacando alguns fatores expressivos na explicação do abandono, tais como, “a dificuldade nas disciplinas, ânsia por uma escola diferente, percepção de melhores oportunidades de trabalho com a continuidade dos estudos e a importância atribuída à escolha da escola”.

Deve-se entender que o problema do abandono escolar não pode ser encarado como exclusivo da escola, ou ainda que somente a instituição conseguirá resolvê-lo. É importante pensar e procurar saídas para o problema a partir dos diferentes olhares como da família, da comunidade, do aluno, da gestão e do professor. Sabe-se que o Ensino Médio apresenta diversos desafios e que merece uma reforma, tanto na sua organização como em uma reformulação curricular. Os dados nos apontam que no 1º ano do Ensino Médio acontecem os maiores índices de abandono. Camargo e Rios (2012), em seu trabalho de pesquisa sobre o abandono escolar no 1º ano do Ensino Médio em Santa Catarina, dizem que:

Os maiores desafios do Ensino Médio [...] com maior ênfase, o interesse do aluno, o acesso e a permanência deste na escola, o que nos remete a problematizar ao processo de redemocratização da escola pública, que requer a garantia de acesso, permanência e ensino de qualidade sociocultural, cientes de que esse processo requer a problematização do currículo escolar (CAMARGO E RIOS, 2012, p. 9).

As considerações dos autores direciona uma reflexão sobre a escola que temos e os alunos que fazem parte dessa escola. Hoje os alunos da classe popular compõem esse universo escolar aumentando o desafio das instituições públicas e a busca constante por políticas públicas que possam melhorar a educação.

Outro desafio que a escola enfrenta é de conciliar a influência das tecnologias no mundo juvenil. Considera-se a questão de como é possível aproveitar melhor as potencialidades dessas tecnologias na construção do conhecimento?

Apoiando-se nos estudos de Fritsch et al. (2014) entre outros, discute-se a relação do abandono escolar e a distorção idade/série. A pesquisa embasa-se em dados oficiais dos órgãos governamentais, Municipal, Estadual e Federal.

A pesquisa aborda também a questão da função do gestor escolar e seu papel frente aos desafios escolares. A atuação do gestor pode contribuir ou não para a resolução dos problemas, dependendo de suas habilidades de gestão. Para ajudar na discussão e aprofundar o debate, considera-se os trabalhos de Aquino (2013) e Ferreira (2016). Ferreira (2016, p. 1) nos afirma que “Todo líder deve ser um educador, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus liderados. Orientar a equipe sob sua supervisão é outra tarefa fundamental do líder”.

O gestor escolar é um líder, então, para discutir os problemas de abandono escolar não se deve deixar de conhecer o perfil e as atitudes de um bom gestor. O caso de gestão aqui em análise está relacionado com as ações do gestor e/ou equipe gestora da escola no sentido de reduzir o problema do abandono no Ensino Médio regular.

2.1.1 Fatores (internos e externos) que Influenciam no abandono escolar

O Ensino Médio, desde sua origem, apresenta uma divisão entre aquele destinado à preparação para o ingresso no Ensino Superior e aquele destinado ao mercado de trabalho, ou seja, o ensino constituía-se como um meio para alcançar uma dessas finalidades, não sendo visto como um fim, a formação básica, conforme já foi abordado no capítulo 1. Segundo Costa (2013, p. 191), o “Ensino Médio não profissionalizante deve ser uma modalidade disponível para os jovens brasileiros, sejam eles trabalhadores ou não”.

Por ser um nível de ensino de extrema importância na formação e desenvolvimento do conhecimento pessoal e profissional dos jovens, esse deve propiciar mudanças significativas em suas vidas e na comunidade em que residem. Para Krawczyk (2009), o Ensino Médio deve ter:

[...] um ponto de equilíbrio entre a formação geral e profissional, o jovem deve ser preparado na educação básica para assumir os múltiplos papéis que o esperam: um trabalhador e, ao mesmo tempo, cidadão, pai, filho, amigo, etc. (p. 760)

Enquanto que, para Fritsch (2014), o Ensino Médio etapa final da educação básica:

Tem sido um desafio equacionar a dualidade entre o seu caráter profissionalizante (técnico – preparar mão de obra) e/ou propedêutico (preparar para o curso superior); Contrapondo a essas versões surge à compreensão humanística e cidadã (envolvendo as três concepções). (p. 202)

Além dessa dualidade do Ensino Médio discutida, há dois desafios articulados para os próximos anos: retornar a expansão da oferta do Ensino Médio verificada na década de 1990 e buscar a universalização com qualidade social (COSTA, 2013).

Para direcionar seus objetivos e metas, as políticas públicas para o Ensino Médio necessitam, da mesma forma, compreender o fenômeno dos jovens na contemporaneidade, garantindo a todos os cidadãos o acesso e a permanência em uma escola que ofereça um Ensino Médio de qualidade sociocultural, além de definir a sua finalidade (CAMARGO e RIOS, 2012).

Por falta de finalidade, cabe então a escola ficar atenta à nova clientela que ela atende, sendo esse um enorme desafio. Com a chegada da classe popular às escolas, percebe-se ainda essa desigualdade de possibilidades no campo do conhecimento. A desigualdade dos conhecimentos científicos leva à reflexão sobre o abandono escolar, em especial no Ensino Médio, etapa na qual os jovens estão construindo as identidades. Para Tilly (2016, p. 57), “A desigualdade baseada no conhecimento prevalece no mundo contemporâneo”. Acrescenta, ainda que: “se considerarmos o acesso ao conhecimento científico benéfico uma forma de liberdade, então a reserva de conhecimento limita a liberdade no mundo”, (idem, p. 48).

Outras formas de exclusão acabam acontecendo no interior das escolas quando se amplia o acesso. Considera-se a passagem da exclusão da escola para a exclusão na escola. Os alunos que chegavam à escola, mesmo permanecendo por alguns anos, não concluíam qualquer etapa do seu processo de formação, o que ocasionado por várias reprovações seguidas de abandono (OLIVEIRA, 2007). Conforme Krawczyk (2009), o ensino brasileiro não tem propiciado aos jovens o verdadeiro acesso ao Ensino Médio, o que se observa é uma massificação do

ensino, ou seja, fora dos interesses dos estudantes, além de não se promover uma educação de qualidade.

Em decorrência das inúmeras transformações pelas quais o país vem atravessando, no cenário político, econômico e social, promovidas, dentre outros fatores, pelo processo de globalização, faz-se necessário também mudanças relacionadas à educação. Uma vez que, para a inserção no processo produtivo e para o alcance do desenvolvimento intelectual, na atualidade, é fundamental o conhecimento e utilização dos recursos tecnológicos, além da consciência crítica, a capacidade de criar, a curiosidade, o hábito da pesquisa, dentre outros. Torna-se, assim, inviável a manutenção do ensino tradicional que prioriza a memorização. Desse modo, estabelecem-se como finalidades do Ensino Médio no Brasil, de acordo com Artigo 35 da LDBEN:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando prosseguimento dos estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científicos, tecnológicos, dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina, (BRASIL, 1996).

A escola só terá sentido para o aluno se ela propiciar significado para ele, fornecendo habilidades múltiplas, tornando-o reflexivo e capaz de enfrentar o mundo contemporâneo. Assim, não se espera uma escola voltada somente para o mercado de trabalho. Por essa razão, é muito importante que a escola estabeleça e ensine aos seus alunos que as relações entre escola / professor / aluno devem ser harmônicas, tanto nas condições de trabalho como nas relações humanas.

Conforme Oliveira (2007, p. 6), “ao final dos anos de 1970, a reprovação, seguida do abandono, já era identificada como problema capital de nossa educação”. Os fatores que determinam se o estudante abandona ou consegue concluir o Ensino Médio, segundo Soares *et al.* (2015), esses estão relacionados às características individuais dos alunos e às características institucionais de suas

famílias, escolas e comunidades. Os fatores relacionados a essas características são:

Características individuais: o desempenho educacional (desempenho acadêmico e mobilidade no Ensino Fundamental, desempenho acadêmico ao longo do Ensino Médio e retenção no Ensino Fundamental); o comportamento e atitudes do aluno (tais como o envolvimento acadêmico no aspecto das atividades escolares e das atividades sociais, o absenteísmo e as expectativas educacionais); as características demográficas (cor/raça, gênero); e experiências prévias (como cursar a pré-escola);

Características institucionais: - **aspectos familiares:** 1) a estrutura (se tradicional ou monoparental) e mudanças nessa estrutura familiar (como a separação dos pais) ao longo do processo escolar; 2) a renda e outros recursos familiares; e 3) o capital social (como altas expectativas educacionais, acompanhamento do progresso escolar dos filhos e a participação na vida escolar dos filhos) - **características escolares:** 1) a composição dos estudantes da escola; 2) os recursos escolares; 3) as políticas e práticas da escola; e 4) outras características estruturais. Porém, especificamente, os autores afirmam que pouca evidência tem sido encontrada para a importância dos recursos escolares, mas forte evidência favorável quando existem pequenas classes (em torno de 15) de alunos. Por outro lado, o clima escolar e o clima acadêmico (refletido, por exemplo, no percentual de alunos fazendo o trabalho de casa) têm grande importância.

Características da comunidade no qual está inserido, como níveis de pobreza ou riqueza, para além das características familiares, parecem exercer um papel importante na decisão de abandono e sucesso escolar. (SOARES *et al.*, 2015, p. 759).

Ainda com base no artigo produzido por Soares *et al.* (2015), observa-se que os jovens em situação de risco pertencentes às classes econômicas mais baixas perdem duplamente: primeiro, a família não tem conhecimentos culturais que dê importância ao valor da educação e que, de fato, a relacione com o sucesso profissional e uma ascensão social. Para a família é mais importante a obtenção do diploma do que a qualidade da educação recebida por seus filhos. Por outro lado, dada a necessidade de aumentar a renda ou, pelo menos, diminuir as despesas, é difícil continuar incentivando o jovem que tenha sofrido sucessivos fracassos em sua vida escolar a continuar os estudos. Ocorre então, a necessidade do jovem entrar no mercado de trabalho, seja colaborando com o orçamento familiar, seja para ter o seu próprio dinheiro. Presumi-se que, a partir de certa idade, o jovem de famílias mais pobres se sente desconfortável em parecer improdutivo, ficando muitas horas na escola.

O estudo (Soares *et al.* 2015, p; 768) aponta que:

[...] o mercado de trabalho tem influência considerável sobre a decisão de abandono, principalmente para aqueles com maiores problemas financeiros na família; [...] os alunos dos turnos noturnos, também das camadas baixas, chegam às escolas exaustos da maratona diária de trabalho e, desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos desses adolescentes desistem dos estudos sem completar o Ensino Médio (p. 768)

Para Krawczyk (2009), a educação vive um novo dilema que passa por uma nova dimensão de discussão, atualmente sobre a relação entre educação e trabalho: condição de empregabilidade dos jovens e não mais preparação para o mercado de trabalho. O mesmo autor traz a tona essa discussão, como a escola pode ampliar os conhecimentos, capacidades e habilidades dos jovens por meio da educação, para prepará-los para estar “em condições de empregabilidade”? Para a autora (2009, p. 761), a educação estabelece outro papel, ou seja, “O papel central está no indivíduo, nas características do mercado e não mais no sistema de ensino”. Ela defende a ideia de que a organização escolar e o currículo do Ensino Médio não podem estar atrelados às demandas do mercado, sendo necessário um grande debate sobre o currículo do Ensino Médio, mas não por imposição.

Então, conhecer as causas e os fatores que podem ocasionar o abandono escolar torna-se de extrema importância para a gestão escolar possa (re) planejar suas ações pedagógicas visando à redução da taxa de abandono e ao mesmo tempo a permanência do aluno na escola. Vários autores nos ajudarão na compreensão dessas considerações.

Estudos que abordam o fracasso escolar tratam-no a partir de duas abordagens diferentes e a partir dos fatores externos e internos à escola:

Esses fatores podem variar de acordo com idade, sexo, série e grupo socioeconômico a que pertence o aluno. Entre os fatores externos, podem-se incluir: o trabalho, o desemprego, as desigualdades sociais e as desvantagens culturais, a gravidez, a necessidade de cuidar de familiares, as condições básicas para a aprendizagem pela criança, incluindo-se a desnutrição, e as condições da família destacando-se o nível de escolaridade dos pais e o não acompanhamento dos filhos em suas atividades escolares. Já no tocante aos fatores internos, características da direção, o programa pedagógico da escola, a não valorização pela escola do universo cultural da criança através do uso de uma linguagem diferenciada, as atitudes dos professores, as precárias condições de trabalho e os elementos afetivos na relação professor-aluno, a violência, as drogas, as amizades e a defasagem de aprendizagem trazida das séries anteriores (SOARES, 2015, p. 760; QUEIROZ, 2012, p. 10).

Diversas pesquisas no Brasil apontam outros fatores como responsáveis pelo abandono escolar no Ensino Médio, por exemplo, a falta de interesse na/pela escola (por que a escola pública não é atrativa para os jovens e esses buscam fora dela reconhecimento pelas suas conquistas); a participação e o apoio da família; a dificuldade de conciliar a escola com o trabalho (principal causa do abandono no 1º ano do Ensino Médio); a mudança de escola ou do espaço escolar, dificultando a adaptação com impacto na aprendizagem; as políticas públicas inexistentes ou ineficientes.

Alguns autores em suas obras discutem a culpabilização da criança ou não, pelo seu próprio fracasso escolar, seja pela pobreza, má-alimentação, falta de esforço ou desinteresse, mas deixam evidente que alguns fatores não dependem da criança, como por exemplo, os fatores sociais. De acordo com os autores outros fatores que podem influenciar no fracasso escolar das crianças, como, o próprio currículo escolar e o excesso de conteúdos; tamanho da escola ou falta dela; infraestrutura; escolas com pior qualidade; alunos com menor motivação e baixa expectativa de retorno de seus estudos no futuro (CAMARGO e RIOS, 2012; FRITSCH, 2014; QUEIROZ, 2012; SOARES *et al.*, 2015).

Sobre o Ensino Médio noturno, ampliam-se as causas como, cobrança do mercado de trabalho (condiciona o emprego à matrícula, sem considerar a frequência, ou ainda em função de um grande número de estudantes em distorção idade/série); os alunos apresentam um sentimento de inferioridade (é constante a comparação com o turno diurno); professores menos motivados; política pública equivocada ou ausente; crítica severa a não reprovação, alegando, entre outras razões, que faz parte dos objetivos implícitos do governo que eles concluam o curso sem o devido preparo e condições de passar pelo vestibular, (FRITSCH, 2014).

Além desses fatores, considera-se a importância da família na vida escolar dos filhos. Vários pesquisadores destacam a família como coparticipante do processo educativo. Com relação ao abandono do aluno, esse ocorre quando pais e familiares não demonstram qualquer cuidado com o futuro do filho, seja na escola ou na vida pessoal, estando ausente nas tomadas de decisões. Para Soares *et al.* (2015), o abandono escolar também está relacionado com as condições de vida que

a família oferece à criança e o nível da escolaridade da mãe; do tamanho e o tipo de família; da existência de abandonos anteriores e o seu nível socioeconômico.

É dever da família realizar o acompanhamento integral do aluno e participar ativamente dos encaminhamentos, no que se refere ao seu processo educativo. A não participação e a falta de apoio da família na escola e para o prosseguimento dos estudos, acaba desmotivando os alunos/jovens desencadeando o desinteresse pela escola nessa fase da vida. Para Soares *et al.* (2015), a influência da família e de seus amigos no apoio das atividades escolares pode levar o aluno a pensar nas possibilidades de cursar uma faculdade e perceber melhores oportunidades de trabalho ou emprego. Os autores (*id.*, 2005, p. 765) acrescentam que: “É possível que essas aspirações aumentem o engajamento escolar desse jovem, que para alcançá-las, desenvolve maiores objetivos educacionais do que os que não as possuem”.

Porém, de acordo com nossa realidade escolar percebida por meio das reuniões pedagógicas, a família está se esquivando de suas responsabilidades, uma vez que os pais afirmam que não têm mais tempo de ficar com seus filhos porque trabalham. Outros dizem que têm dificuldades de lidar com essa nova geração, ainda há aqueles que demonstram total desinteresse pela vida escolar dos filhos e até mesmo pela falta de acompanhamento das atividades escolares, principalmente os deveres de casa.

Outro fator de destaque com relação ao abandono está relacionado com a distorção idade/série, pois o abandono se mostra em maior proporção nos alunos nessa condição. Alunos com distorção idade/série possuem mais chances de não frequentar a escola. Soares *et al.* (2015, p. 767), afirma que “cada ano de distorção diminui o risco de permanência em cerca de 61%”. Fica evidente que é preciso conhecer melhor a taxa de distorção idade/série no Ensino Médio, em especial entre os alunos do noturno, pois ela se mostra mais representativa nesse turno.

Na pesquisa realizada por Fritsch (2014), o estudante no primeiro ano do Ensino Médio tem 148 % de chance a mais de ser aprovado do que um aluno que não esteja em distorção. Conforme dados já apresentados, a distorção começa muito alta no primeiro ano e vai caindo nos anos seguintes. A perda de estudantes acontece mais entre aqueles na condição de distorção idade/série do que entre os demais.

Para combater a distorção, os governos vêm implantando políticas educacionais de correção de fluxo escolar, como Programas de Aceleração da Aprendizagem e a Educação de Jovens e Adultos. Mas para Fritsch (2014), as classes de aceleração de aprendizagem não são a única, nem a principal, forma de corrigir o fluxo escolar, por que:

Grande parte da distorção idade/série decorre de reprovações sucessivas, são imprescindíveis mudanças na escola - colocar em prática uma educação inclusiva e um ensino de qualidade, assegurando a promoção com aprendizagem efetiva (FRITSCH, 2014, p. 233).

Para o MEC, a taxa ideal seria em torno de 3 % e 4 %, muito longe da situação atual. Apesar de estar sendo observada uma redução, o objetivo é zerar essa taxa.

Tal como foi exposto, a Escola Estadual Constâncio Correia de Alvarenga constatou altos índices de abandono no Ensino Médio regular em 2015. Os dados do Censo da Educação Básica/Inep (2015), com relação às taxas de distorção idade/série, Minas Gerais apresentou um resultado de 25 %, enquanto o Brasil foi de 27,4 %. A escola está, portanto, acima da média do Estado e do Brasil, sendo essa taxa de 30,8 %.

De acordo com os dados da Secretaria Escolar, em 2016 já constatamos uma taxa de 33,55 %. Nesse sentido a análise da taxa de distorção idade/série é um indicador importante no sentido de revelar o perfil de aluno que se encontra em condições de abandono ou reprovação.

A discussão dos problemas do Ensino Médio também está ligada a sua expansão, de acordo com Oliveira (2007), as diversas camadas da população tiveram oportunidades de acesso e permanência no sistema escolar fazendo com que o Ensino Fundamental obrigatório estivesse praticamente universalizado no que diz respeito ao acesso, mas não a permanência do aluno na escola.

Todos esses problemas e desafios têm levado aos jovens do Ensino Médio a perderem muito rapidamente o entusiasmo pelos estudos, de acordo com Krawczyk (2009). A autora afirma ainda que:

A questão está nos grupos sociais para os quais o Ensino Médio não faz parte de seu capital cultural, de sua experiência familiar; portanto, o jovem,

desses grupos, nem sempre é cobrado por não continuar estudando. Desafio de criar a motivação pela escola, (p. 756).

Enquanto isso, os filhos dos pais com melhores condições financeiras têm o tempo para estudar e dedicar-se a outras atividades como dança músicas, línguas estrangeiras e outras; os filhos da classe dominada mal têm acesso aos cursos noturnos e "sem possibilidade alguma de frequentar cursos complementares e de aperfeiçoamento (QUEIROZ, 2012, p. 4)".

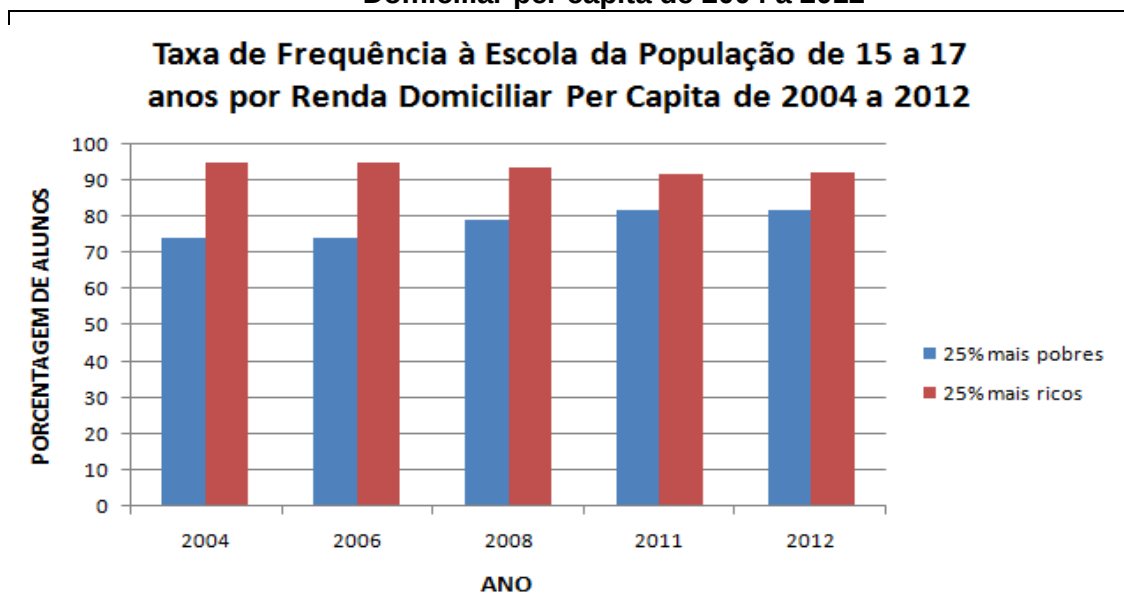
Para a autora, vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes do abandono escolar, dentre eles:

A desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional (QUEIROZ, 2012, p. 1 e 2).

Queiroz continua afirmando que "no que se refere ao abandono, o que tem sido feito são ações isoladas com crianças que frequentam a escola, e não às crianças que a abandonaram (QUEIROZ, 2012, p. 15)".

Para mostrar essa diferenciação de classe com relação ao estudo e sua permanência na escola analisa-se o gráfico 9.

Gráfico 9- Taxa de Frequência à Escola da População de 15 a 17 anos por Renda Domiciliar per capita de 2004 a 2012



Fonte: "Relatório Educação para Todos no Brasil" - 2000 a 2015 – Versão Preliminar – junho de 2014, Portal do MEC.

Fonte dos dados: IBGE – Pnad / 2004 a 2012. Elaborado por MEC / Inep / BEED.

Com base no gráfico 9, no período de 2004 a 2012, a frequência na escola dos alunos com melhores condições financeiras é superior aos mais pobres, praticamente todos estão na escola, o que não acontece com os alunos das camadas populares, muitos estão fora da escola. Observa-se que a taxa de frequência dos alunos mais pobres teve um leve crescimento e em seguida se estabilizou, enquanto que a taxa dos mais ricos diminuiu, mas mantendo certa estabilidade. A diferença entre as duas caiu de 21,1 % em 2004 para 10,4 % pontos percentuais em 2012. Mesmo assim, persiste a desigualdade na frequência entre ricos e pobres, apesar de ter diminuído.

A partir de dados de um levantamento feito pela Organização Internacional do Trabalho no Brasil em 2013 para avaliar as consequências da recente expansão educacional, estudo publicado em data recente, mostrou que ainda persistem as desvantagens educacionais associadas à origem social para entrar ou completar o Ensino Médio e para entrar na universidade, tanto em coortes mais velhas (25-29 anos) quanto mais jovens (21-24). Ao olhar para o período em que foram implementadas no Brasil políticas para aumentar a inclusão social, o estudo revela que os jovens com pais que têm um diploma de Ensino Médio ou grau de escolaridade menor estão se tornando mais semelhantes em relação às suas oportunidades educacionais, enquanto a diferenciação educacional entre jovens com pais com e sem diploma universitário está se fortalecendo. Não há diferenças raciais na probabilidade de entrar no Ensino Médio; em contraste, existe um padrão geral de aumento da desvantagem não branca na conclusão do Ensino Médio em todas as coortes (MARTELETO, MURILLO e FLÁVIO, 2016).

Para complementar a análise do gráfico 9, retoma-se a ideia de Camargo e Rios (2012, p. 4) que nos afirma que “[...] muitos jovens revelam que as escolas de Ensino Médio constituem um espaço, muitas vezes, distante das suas realidades e dos seus interesses, tornando-se um local de conflitos e realidade excludente”. Nesse sentido, é preciso pensar em estratégias que tornem o Ensino Médio mais atraente, reduzindo as taxas de abandono.

Além dos fatores descritos anteriormente, outros fatores são determinantes para a universalização do Ensino Médio com qualidade social. Costa (2013) amplia o

debate sobre os fatores humanos que podem favorecer uma educação de qualidade social. Para o autor, uma educação de qualidade está ligada ao trabalho docente, envolvendo: formação inicial e continuada, duração da jornada de trabalho, valorização e remuneração dos profissionais da educação, estrutura das carreiras e melhores condições de trabalho, físicos e pedagógicos. Todos esses itens devem ser pauta das políticas educacionais.

Ainda, na discussão sobre os fatores relacionados ao trabalho do professor e sua influência na qualidade da educação, Costa (2013) relata diversas outras situações relacionadas. Por exemplo, ainda é muito grande o número de professores que lecionam sem habilitação, ou ainda, mesmo com habilitação, não demonstram muito interesse em seguir carreira; também professores que possuem curso superior, mas não são habilitados para lecionar as disciplinas sob sua responsabilidade. Observa-se, ainda, um desinteresse pela docência no Ensino Médio, mesmo sem formação em nível superior. Tal consideração é comprovada pela falta de professores em disciplinas específicas e pela pouca procura pelos cursos de licenciatura, pois a carreira oferece pouca atratividade. Outra questão com relação aos professores do Ensino Médio, segundo Costa (2013):

É que têm mais aulas e turmas, mais turnos comparados com os professores das outras etapas da educação básica. Isso representa ampliação da jornada individual de trabalho do docente, sendo responsável, muitas vezes, pelo seu adoecimento, além da sua baixa produtividade após a segunda jornada de trabalho, o que pode interferir na qualidade do seu desempenho (COSTA, 2013, p.199).

Os professores do Ensino Médio possuem uma carga horária extensa no trabalho da docência, o que pode influenciar na qualidade do trabalho; além das cobranças relacionadas às tarefas e ao desempenho, sobretudo, da escola e dos estudantes (COSTA, 2013).

Corroborando ainda com a pesquisa de Costa (2013, p. 200) com relação ao trabalho docente e ao número de alunos, ele afirma que “o indicador educacional ‘média de alunos por turma’, constitui um elemento de intensificação do trabalho do professor”. Esse indicador, acrescentado as taxas de rendimento, reprovação, abandono e as taxas de distorção idade/série, tornam o trabalho do professor mais intenso.

Enquanto que Krawczyk (2009, p. 756) afirma que:

O sentido da escola para os estudantes está bastante vinculado à integração escolar do aluno e à sua identificação com os professores. O interesse pela disciplina está diretamente associado à atitude do docente: seu modo de ensinar; a paciência com os alunos; e a capacidade de estimulá-los e dialogar com eles.

Já Queiroz (2012) coloca que o fracasso escolar do aluno está na responsabilidade do professor que muitas das vezes apresenta expectativas negativas em relação aos alunos e considerando-os como “*deficientes*”. Esses, por sua vez, apresentam comportamentos que justificam o que o professor espera deles.

Estudos realizados com alunos (Aquino, 2013) comprovam que muitos educadores têm problemas didáticos e metodológicos para atrair a atenção e interesse dos mesmos. Os professores não desenvolvem práticas criativas que incentivem os alunos e desperte o interesse deles pelos estudos. Afirmam, ainda, que esses não correspondem as suas reais expectativas em aprender coisas novas e desafiadoras. Aquino (2013) destaca também a “dificuldade do professor em lidar com os novos desafios presentes na educação, tornando a escola pouco atraente ao aluno (AQUINO, 2013, p. 21)”.

Além das causas e fatores levantados anteriormente, alguns autores apontam a infraestrutura como fator responsável também pelo abandono escolar. Os aspectos relacionados à infraestrutura física e pedagógica das escolas de Ensino Médio são fundamentais ao trabalho do professor, como por exemplo, a ausência de quadra de esportes, de biblioteca, laboratório de informática, acesso à internet, laboratório de ciências e dependências e vias adequadas a todos os alunos, (COSTA, 2013). O autor afirma:

A inadequação da infraestrutura tem reflexos sobre o trabalho docente, que requer um ambiente escolar agradável capaz de oferecer aos alunos instrumentos que favoreçam a aprendizagem e seja estímulo para sua permanência na escola (COSTA, 2013, p.197).

É possível perceber que são vários os fatores que influenciam no abandono escolar, sendo eles externos e internos à escola. Universalizar o Ensino Médio é garantir a permanência do aluno na escola e deve-se pensar ainda em estratégias para que esse aluno conclua as etapas escolares na idade certa. É preciso também

pensar ações que possam reduzir as taxas de distorção idade/série, reprovação e abandono. Vale destacar que alguns fatores socioeconômicos não estão ao alcance das escolas e dependem de políticas públicas mais eficientes.

Na seção seguinte discute-se a relação do abandono escolar com o fluxo, rendimento escolar e distorção idade/série, além de uma análise dos resultados das avaliações externas. A reflexão baseia-se nas ideias dos autores já apresentados.

2.1.2 Abandono Escolar x Fluxo x Rendimento Escolar

Para falar do abandono escolar no Ensino Médio é necessário considerar muitas restrições. Restrições que, muitas das vezes, excluem as possibilidades dos alunos, tanto no aspecto qualitativo quanto nas oportunidades de igualdades. Pois, antes discutíamos a desigualdade no Brasil com relação a terra (problema ainda não resolvido) e hoje debatemos a desigualdade tanto financeira como do conhecimento técnico-científico (TILLY, 2016). Além dessa desigualdade, discutimos o estabelecimento de políticas públicas que garantam o acesso de todos os jovens e adultos à escola. Essas políticas deverão ir além, ou seja, devem propor também ações que permitam que todos possam permanecer na escola e concluir o Ensino Médio com domínio teórico-metodológico dos conhecimentos historicamente produzidos (COSTA, 2013).

Essas desigualdades estão mais presentes entre os jovens oriundos das classes populares, pois esses se sentem desmotivados e acabam abandonando a escola. Para melhorar o Ensino Médio são necessárias políticas públicas que contemplem suas especificidades, enriquecendo o ensino oferecido e dando significado a essa etapa escolar por meio de uma concepção de educação social sem a influência de Fundações e outras iniciativas promovidas por grandes grupos econômicos. Só assim poderemos ver crescer as matrículas nessa etapa da Educação Básica, (CAMARGOS e RIOS, 2012).

Ao garantir o acesso a todos os jovens, há de se pensar nos desafios da universalização do acesso, da igualdade de oportunidades educacionais; considerar os conteúdos a serem ensinados, a formação e a remuneração dos professores; as condições de infraestrutura e gestão escolar, além dos investimentos públicos realizados, entre outros (KRAWCZYK, 2009).

Hoje, já evoluímos na superação da exclusão por falta de escolas e na busca de alternativas para superar as múltiplas reprovações,. Entretanto, a exclusão mais gritante é aquela gerada pelo não aprendizado ou pelo aprendizado insuficiente, remetendo ao debate acerca da qualidade do ensino. Para amenizar esses desafios, há uma preocupação pela qualidade no Ensino Fundamental, principalmente pelos altos índices de reprovação e abandono. Nesse sentido, retoma-se a concepção de Fritsch (2014) sobre o fracasso escolar:

A concepção de fracasso escolar se refere aos estudantes que não conseguem ir adiante às séries seguintes, seja por reprovação ou por abandono do espaço escolar; Atualmente, essa concepção se dá a partir da noção de que os estudantes mais desfavorecidos socioculturalmente tendem a ter maiores dificuldades de aprendizado. Decorre daí a demanda por políticas de inclusão social (FRITSCH, 2014, p. 231).

Para Queiroz (2012, p. 7), “não existe o fracasso escolar, ou seja, não existe o objeto fracasso escolar, mas sim alunos em situações de fracasso, alunos que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam”. Então, será necessário que a equipe gestora possa avaliar e/ou reavaliar os seus resultados e repensar novas formas de atuação, pois a avaliação é pré-requisito básico para um planejamento eficaz e condizente com as necessidades e demandas da sociedade.

Quando a escola oferece uma instrução de qualidade e incentiva a participação ativa do aluno nas atividades escolares (sociais e acadêmicas) proporcionando oportunidades de demonstrar suas competências e habilidades, sejam elas coletivas e/ou individuais, está buscando meios de combater o fracasso escolar e proporcionando ao aluno grandes possibilidades de sucesso, pois ele se sente coparticipante da escola e acredita no seu crescimento pessoal (SOARES *et al.*, 2015).

Vale ressaltar também, que o sucesso escolar está ligado à participação familiar, pois os professores acreditam que se houvesse uma maior participação, o número de alunos em sucesso escolar seria maior e, conseqüentemente, reduziria-se o número de alunos que abandonam a escola. Então, Queiroz (2012, p. 3) afirma que: “O fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno”, sendo que, quanto mais elevado o nível da

escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é o seu rendimento.

Desse modo, conjectura-se que a escola precisa desenvolver políticas de interação com a família, já que responsabiliza a família e suas condições de vida pelo abandono escolar da criança e, internamente, atribui a culpa à criança e até mesmo ao professor, como se ambos fossem imbuídos de total autonomia frente às questões sociais e às políticas educacionais.

Os alunos com distorção idade/série devido às reprovações e consecutivos abandonos tem menos chance de serem aprovados que os demais. A reprovação não é maior entre os estudantes em distorção, pois eles abandonam a escola antes de serem reprovados e, por essa razão, às vezes há divergências entre os dados oficiais das taxas de abandono e reprovação. “Esses resultados são preocupantes na medida em que os processos de ensino e aprendizagem são geralmente homogêneos, não levando em consideração especificidades desses públicos (Fritsch, 2014, p. 226).”

Em 2010, as taxas de reprovação e abandono das escolas estaduais brasileiras somadas chegaram ao patamar de 25,1 %, o que indica que a cada quatro alunos matriculados um é retido; com relação à distorção idade/série são 2,9 milhões de alunos com 18 anos ou mais que estão ainda matriculados na escola média brasileira, sendo 2,7 milhões pertencentes à dependência administrativa estadual. Como pode se perceber, as taxas de rendimento se articulam a elevadas taxas de distorção idade/série. Mais uma vez as escolas públicas apresentam as maiores taxas (COSTA, 2013).

Para Oliveira (2007), se realmente houvesse uma política educacional (investimento no pedagógico e no ser humano) que enfrentasse esses desafios, principalmente a relação idade/série, a princípio não haveria necessidade de ampliar a rede física. Esse é um elemento importante para se pensar a futura expansão do atendimento, tanto do Ensino Médio quanto do infantil e profissional.

Concluindo, a discussão sobre a relação do rendimento escolar e abandono, os dados apresentados por Soares *et al.* (2015) mostram que problema do abandono escolar em Minas Gerais é histórico. O mais grave é que entre aqueles que não concluíram o Ensino Fundamental, poucos estão cursando a escola. Essa situação ainda não se resolveu, pois ainda temos alunos na situação de abandono,

apesar de haver redução nessas taxas. Para Soares *et. ai.* (2015, p. 770), “uma das medidas que a escola deve propiciar é um currículo mais inovador, autêntico e intelectualmente estimulante para os alunos em situação de risco de abandono.”

Para contrapor a lógica da escola e aumentar os seus desafios, surgem os problemas com o uso das tecnologias, assim, para Camargos e Rios:

O jovem moderno pertence a uma sociedade que se caracteriza pelo imediatismo e tem acesso às informações por meio do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, o que implica fator também para distanciá-lo do currículo escolar, que por vezes é tratado distante da sua realidade (2012, p. 9).

Ao discutir o problema do abandono escolar faz-se necessário debater o uso das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação (TICs), pois as escolas apresentam ainda dificuldades de trabalhar com as ferramentas existentes. Para Krawczyk (2009, p. 761), a escola deve propiciar aos alunos: “aprender a ler os textos midiáticos, pois é condição necessária para a incorporação das novas gerações a um intercâmbio cultural mais amplo e que permita a constituição ativa da cidadania”.

Por essa razão, a escola deve fazer uso das TICs como sua aliada e não como mais um problema a ser enfrentado, pois os alunos têm acesso a uma infinidade de recursos midiáticos e, muitas das vezes, a escola não é tão atraente já que não proporciona para eles a mesma dinâmica do seu cotidiano. O aluno que “vive em um mundo conectado, um mundo que sofre mudanças constantes nas formas de comunicação, chega à escola e encontra o modelo tradicional” (AQUINO, 2013, p. 21) em que cabe ao professor ensinar e ao aluno aprender e reproduzir o que o professor ensinou. Pensando nisso, a escola deve usar as TICs como estratégia de incentivo aos alunos, reduzindo assim o abandono escolar. Aproveitar que os jovens apresentam grande interesse ao trabalhar com as novas tecnologias. Se a escola conseguir superar as barreiras no uso das TICs, certamente o rendimento escolar do aluno será melhor.

Apesar de que nem todo aluno tem acesso facilitado ao mundo tecnológico, é imprescindível que todos se conscientizem e se sensibilizem de que são responsáveis por oferecer uma educação de qualidade para todos, principalmente

para aqueles que são discriminados pela própria sociedade. Conforme Oliveira (2007, p. 13), “os discriminados de ontem continuam a ser os discriminados de hoje”.

Após debatermos os fatores externos e internos e a relação do fluxo e rendimento escolar com relação ao abandono, na sequência discute a função do gestor (líder) escolar.

2.1.3 Ações dos gestores escolares no combate ao abandono escolar

Um bom gestor precisa procurar exercer sua liderança com competência, conquistando a confiança de seus liderados. Entender os desafios que envolvem uma liderança requer a aquisição de competências e habilidades do que seja liderar. Segundo Ferreira (2016, p. 1), “a liderança seria a arte de educar, orientar e estimular pessoas a persistirem na busca de melhores resultados num ambiente de desafios, riscos e incertezas”. Para o autor, todo líder deve procurar ser um educador que tem a função de incentivar os seus liderados a buscar seu crescimento pessoal e profissional, pois nenhum líder pode querer encontrar um ambiente seguro, estável e previsível, pois esse não existe e as incertezas acontecem diariamente.

Se a liderança é, por si só, complexa, a liderança escolar é ainda mais desafiadora. Preparar-se adequadamente para exercê-la é, assim, uma necessidade. Ao assumir um cargo de liderança, o profissional precisa desenvolver novas habilidades, adquirir outros conhecimentos e assumir atitudes adequadas.

O que não pode é a pessoa acreditar que é incapaz de mudar seu comportamento e de rever suas atitudes. Todos podem mudar e são capazes de melhorar seu desempenho, desde que queiram de fato fazê-lo e estejam dispostos a rever seus conceitos e atitudes. O gestor deve procurar adquirir as competências necessárias inerentes ao seu trabalho. Destaca-se que definimos aqui a palavra líder como gestor devido às circunstâncias da pesquisa realizada.

Ainda segundo Ferreira (2016), o gestor precisa de competências que envolvam o conhecimento (como o “saber”); as habilidades (como o “saber fazer”) e as atitudes (o “querer fazer”), competências essas que uma pessoa pode desenvolver e que se reflete em seu trabalho, gerando resultados. Além dessas

competências, é preciso que o gestor desenvolva habilidades que ultrapassem a aplicação de modelos teóricos.

Nota-se, portanto, que o exercício eficaz da gestão representa um desafio, cuja superação depende da aquisição de competências adequadas. Algumas dessas competências são destacadas a seguir: a) capacidade de atuar como um educador de sua equipe; b) habilidade para consolidar os poderes individuais em um poder da equipe; c) disposição para valorizar a opinião dos liderados; d) capacidade de gerar entusiasmo e comprometimento; e) foco na busca do aprendizado contínuo; f) capacidade de conviver com a incerteza; g) habilidade de exercer a “liderança invisível”; h) compromisso com a qualidade de vida; i) comprometer-se com os resultados; j) habilidade em favorecer a autoestima (Ferreira, 2016).

Discutir as habilidades da gestão significa também discutir as competências da escola de Ensino Médio. O maior desafio para a verdadeira efetivação da qualidade desse nível de ensino está no combate ao abandono escolar. Só assim será possível garantir resultados satisfatórios no rendimento escolar e na qualidade da educação oferecida em nosso país. Segundo Fritsch *et al.* (2014, p. 218) “as políticas educacionais são insuficientes ou ineficazes”, principalmente por não considerarem as diferenças existentes entre as realidades de seus estudantes. Existem também diferenças significativas entre as escolas, o que faz com que surjam também diferenças entre os turnos e condições do alunado.

Nesse sentido, o gestor escolar não pode ficar alheio ao que acontece no mundo sobre a educação para que o mesmo exerça a sua função pautada nas discussões e acontecimentos nacionais e mundiais. Por isso vale ressaltar que em 1990 aconteceu, em Jomtien, a Conferência Mundial sobre Educação, lembrando que a educação é um direito fundamental, já descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos do pós-guerra. No entanto, muitos esforços ainda precisam ser realizados para que se consolide uma educação de qualidade para todos. O gestor que está preocupado com a transformação social deve possuir clareza da sua contribuição para a busca de um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro. Ao mesmo tempo deve buscar um mundo que favoreça o progresso social, econômico e cultural.

O gestor escolar, ao discutir e definir junto com os professores o planejamento escolar e os componentes curriculares do Ensino Médio, deve levar em conta que

essa etapa do ensino trabalha com uma juventude que está em construção de sua identidade e, dada as necessidades do mundo atual, essa formação deve propiciar um jovem polivalente.

Para Almeida (2010), a escola também é responsável pelo abandono quando em seu planejamento pedagógico distancia-se da realidade do aluno, principalmente quando despreza as competências já desenvolvidas por eles. Ainda para a autora, os pais/professores/escola devem caminhar juntos, pois ambos têm o mesmo objetivo, ou seja, preparar o jovem para vida.

Aquino (2013) afirma que a escola precisa avaliar e replanejar suas ações, reavaliar os resultados e repensar novas formas de atuação, articular parcerias para que possa encontrar alternativas eficazes para combater ou reduzir o problema do abandono. Acrescenta ainda que:

A escola deve se organizar de forma que suas ações práticas não sejam desgastantes, que seja cada vez mais atraente, para que o alunado tenha interesse em estar nela. Senão, corremos o risco de continuar com o cenário dividido entre alunos desmotivados de um lado e do outro um currículo e uma escola que ainda priorizam conteúdo e um currículo pesado e desvinculado da realidade do aluno (AQUINO, 2013, p. 23).

A nova clientela escolar apresenta diversas personalidades que provocam conflitos o tempo todo, que se comunicam e interagem das mais variadas formas exigindo da equipe gestora sabedoria e ações eficazes. Nesse aspecto, se a escola não souber lidar com esses perfis diferenciados, levará o aluno ao desinteresse, o que se inicia com a infrequência e, como consequência, acarreta o abandono escolar.

O gestor deverá reconhecer a importância da equipe que atua ao seu lado e ser capaz de fazer com que todos se empenhem na busca dos objetivos propostos, pois um bom gestor compartilha as suas ações e não as assume sozinho. Afinal, o trabalho escolar é, e sempre será, uma construção coletiva, não cabendo apenas ao gestor orientar e coordenar todos os processos de gestão, mobilização e articulação. Espera-se que com ações coletivas seja proporcionado o pleno desenvolvimento da instituição. Então, o gestor escolar e sua equipe devem ser capazes de articular e intermediar ações com o poder público que garantam a permanência do aluno na escola (AQUINO, 2013).

Outro desafio para a gestão escolar está relacionado com o corpo docente da escola, pois as políticas públicas não têm valorizado os profissionais da educação. Para Krawczyk,

[...] busca-se estratégia para a fixação dos alunos na escola, mas não se consegue avançar nas estratégias de fixação dos professores (trabalhar em uma só instituição e de remuneração diferenciada nas regiões de maior dificuldade de acesso) (2009, p. 765).

Para Camargo e Rios (2012), é indiscutível não pensar na formação permanente dos professores, o que destaca a relevância da formação em serviço que não se limite ao oferecimento exclusivamente de cursos, seminários, entre outros, mas envolva todo o processo, o que implica na criação e recriação de conhecimento.

Em geral, os aspectos administrativos que tomam muito tempo dos gestores no dia a dia, fazendo com que sobre pouco tempo para as questões pedagógicas, tais como conversar com os professores, visitar as salas de aula, conhecer o rendimento dos alunos e buscar melhoria para o ensino, que deve ser a ação primordial da escola (Almeida, 2010). Dentro da questão pedagógica, o rendimento escolar dos alunos (aprovações/reprovações) deve ter um olhar diferenciado para a reprovação, porque de acordo com estudos realizados, o aluno que é reprovado tende a abandonar a escola.

Para Soares *et al.* (2015), há necessidade de políticas e ações que visem a redução da reprovação, não só no Ensino Médio, mas também no Ensino Fundamental. Dessa forma será possível melhorar as taxas de fluxo escolar. Para os autores:

Essas políticas devem ser baseadas não na menor exigência para a promoção escolar, mas na recuperação contínua e eficaz dos níveis de habilidades cognitivas dos alunos nas diversas disciplinas e no aumento da motivação para a conclusão das etapas escolares. O aluno precisa sentir que está aprendendo e que esse aprendizado lhe trará algum benefício em sua vida. A reprovação deve ser tratada como exceção e última opção no processo escolar e, quando adotada, que o seja por critérios muito bem explicitados e padronizados. De qualquer forma, em nossa opinião, não deve acontecer nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e deve ser evitada ao máximo nos demais (SOARES *et al.*, 2015, p. 770).

A escola deve preocupar-se com estratégias de recuperação contínua, não apenas no final do ano, momento em que as possibilidades são menores de aprovação e o aluno já se sente desmotivado para recuperar o tempo perdido. Tal como afirma os autores, a reprovação deve ser exceção. É de conhecimento geral que grande parte da distorção idade/série decorre de reprovações sucessivas.

Para que a gestão escolar possa definir suas metas e objetivos, é preciso reconhecer o perfil do aluno com tendência ao abandono escolar. Destaca-se, assim, alguns perfis dos jovens mais vulneráveis ao abandono do Ensino Médio: os que apresentam desinteresse, os de menores condições econômicas, os do sexo masculino, os que apresentam histórico de reprovação, abandono e baixo desempenho escolar; também falta de motivação e participação nas atividades escolares e aqueles que apresentam situações especiais, como gravidez precoce e meninas que cuidam da casa e dos irmãos. É preciso atenção ainda ao novo perfil familiar, o qual envolve filhos que moram apenas com pai, com a mãe ou com parentes; pais analfabetos ou com baixa escolaridade; falta de acompanhamento familiar e até mesmo de motivação e, inclusive, não cobrança dos pais em relação à frequência dos filhos na escola. Aparentemente, a escola pouco pode fazer quanto à condição socioeconômica dos alunos, mas deve estar atenta aos grupos mais vulneráveis (SOARES et al., 2015; AQUINO, 2013).

Conforme pesquisa realizada por Aquino (2013, p. 30), “Muitos jovens entrevistados demonstram reconhecer a importância da educação para melhorar sua vida e voltariam à escola se essa oferecesse assistência diferenciada que atendesse às suas necessidades”. Percebe-se, então, que o abandono resulta em dano para a família, para a escola e para a sociedade.

Que alternativas o gestor tem para resolver ou diminuir o problema do abandono escolar nas turmas do Ensino Médio regular? Apontamos algumas ideias e, após o desenvolvimento da pesquisa e análise dos dados, será possível conciliar as ideias viáveis.

Além de buscar amparo nas diretrizes e legislações educacionais vigentes em nosso País e Estado, a gestão escolar deve procurar aderir aos programas e projetos desenvolvidos pelos entes federados e desenvolver outras ações.

Nesse sentido, algumas ações que a escola pode propor são: promover o ensino técnico e profissional concomitante com nível médio, como por exemplo, o

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC); a implantação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), mas vale ressaltar que nem todas as escolas que oferecem esse nível de ensino foram contempladas com esse programa; adesão ao programa do Estado de Minas – VEM; adequação às normas para formação das turmas de EJA e Ensino Médio noturno; programa de educação integral para melhorar a aprendizagem no Ensino Fundamental.

Ações que estão relacionadas com o cotidiano escolar: utilizar metodologias diferenciadas; promover diálogo e negociação entre as partes envolvidas – equipe gestora, professores e alunos; promover um ambiente harmonioso e com boas relações interpessoais; desenvolver projetos de ensino envolvendo teoria e prática; cumprir a legislação; traçar metas para combater os pontos fracos da escola e apresentá-los à comunidade no início do ano letivo (por meio de folder distribuído aos pais, por exemplo, a questão do combate ao abandono escolar, o aumento da aprovação e, conseqüentemente, a redução da reprovação); fortalecer a parceria entre escola e família; analisar os resultados das avaliações; propor programas de intervenção, dentre outras ações definidas pelo coletivo escolar, (CAMARGO e RIOS, 2012). Os desafios do gestor escolar são enormes, pois muitas ações não são de sua autonomia dependendo de órgãos superiores.

2.2 Metodologia

Por se tratar de um Estudo de Caso, a metodologia a ser utilizada nesta pesquisa será qualitativa e quantitativa, para isso serão utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevista com roteiro semiestruturado com a equipe gestora (diretor e supervisor pedagógico) com os alunos que abandonaram a escola; aplicação de questionário aos professores e alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio regular. Os instrumentos utilizados encontram-se nos apêndices desta dissertação.

A primeira etapa da coleta de dados contou com a entrevista da equipe gestora. Foi entrevistado o diretor escolar (1) e os supervisores pedagógicos (supervisor 1 e 2). O objetivo foi perceber a visão dessa equipe sobre o problema em questão e conhecer as ações implementadas pela escola.

A segunda etapa da coleta de dados contemplou a aplicação de questionário aos alunos do Ensino Médio regular: a) foi aplicado um questionário para 45 alunos do 1º ano (matutino e vespertino), sendo 23 alunos do sexo masculino e 22 do sexo feminino; b) também para 34 alunos do 2º ano, sendo que um aluno não quis responder, portanto, um total de 33 alunos. Sendo, 13 do sexo masculino e 20 do sexo feminino - a escolha dessa turma é por que os dados apontam grande número de abandono.

A aplicação do questionário buscou conhecer as perspectivas dos alunos com relação ao Ensino Médio; quais os fatores que contribuem para o abandono? Quais ações serão imprescindíveis para se pensar na permanência do aluno na escola?

Foi entregue um questionário com 18 perguntas abertas e fechadas para 22 professores (06 professores e 16 professoras) objetivando conhecer o entendimento do professor em relação ao abandono e como esse se vê diante do problema. Dois professores (um de cada sexo) não devolveram o questionário.

A terceira etapa da coleta de dados contou com a entrevista dos alunos que abandonaram a escola e residem no Município. Foram entrevistados 16 ex-alunos (12 do sexo masculino e 4 do feminino). A realização dessas entrevistas foi possível porque a cidade é pequena, sendo fácil saber onde os ex-alunos residem e visitá-los em suas casas.

Após explanação sobre a parte metodológica da pesquisa, segue-se a análise dos dados colhidos no trabalho de campo e a elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE) para que a gestão da escola possa colocar em prática. O objetivo do plano é acabar e/ou reduzir o número de abandonos no Ensino Médio regular da E. E. Constância.

Vale ressaltar que as questões aqui discutidas e debatidas servem para a reflexão da escola que essa possa pensar sobre a necessidade de por mudanças, tanto em seu aspecto pedagógico quanto gerencial. O que tende a gerar uma adaptação aos novos tempos, sem, contudo perder sua função fundamental: ensinar.

2.3 Os resultados da pesquisa

2.3.1 Análise das Entrevistas – Diretor e Supervisoras

O diretor escolar é formado em Física (Licenciatura) e atua há 13 anos no magistério, sendo esse o mesmo tempo de exercício na escola em questão. Conforme quadro de pessoal (Anexo A) ele tem 1 ano e 8 meses na direção da escola, além de 4 anos como vice-diretor. Com relação às supervisoras, ambas são formadas em Pedagogia. Há, entretanto, diferenças significativas com relação ao tempo de atuação. A Supervisora 2 tem 28 anos de magistério, - 8 anos atuando nessa função - porém, na escola Constâncio, apenas 6 meses, ou seja, é o seu primeiro ano de trabalho. A Supervisora 1 tem 4 anos de magistério - 2 anos de atuação na função - sendo esse tempo correspondente ao trabalho realizado nesta escola.

No que concerne à visão que os entrevistados têm do Ensino Médio, todos concordam que é uma importante etapa de escolarização. Para o Diretor o Ensino Médio “aprimora o aluno para o mercado de trabalho, fornecendo meios para progredir nos estudos posteriores e desenvolvimento para a cidadania” (Entrevista realizada dia 04/09/2017). Para a Supervisora 1 “deveria ser uma base, uma orientação para que os alunos pudessem seguir tanto para um curso superior quanto para o mercado de trabalho” (Entrevista realizada dia 30/08/2017). Enquanto que para a Supervisora 2 é “um período muito importante, uma preparação para o Ensino Superior e facilitador para o mercado de trabalho” (Entrevista realizada dia 31/08/2017). Os entrevistados identificam o Ensino Médio como uma preparação para o mercado de trabalho e para o prosseguimento dos estudos, ou seja, preparar o aluno mais para o curso superior do que para um curso técnico, no qual o aluno teria maiores possibilidades e condições de realização. Reportando-se à Krawczyk (2009), o Ensino Médio deve ter um ponto de equilíbrio entre a formação geral (o jovem deve assumir diversos papéis) e o profissional. Para Fritsch (2014) a essa dualidade do Ensino Médio, de ter um caráter profissionalizante (preparar para o mercado de trabalho) e/ou propedêutico (preparar para o curso superior), soma-se a formação para a cidadania, ou seja, deve-se atender a três vertentes: trabalho, curso superior e cidadania.

Dado que o Ensino Médio é uma etapa importante na vida escolar dos alunos e, tendo esta pesquisa o foco no abandono escolar, faz-se necessário conhecer o pensamento da equipe gestora a respeito do assunto.

Para o diretor esse é um problema que acompanha a escola há muito tempo e vem aumentando. Já a Supervisora 1 afirma que a escola não está preparada para o tipo de aluno atual e a mesma não oferece o que buscam, pois os alunos são jovens e precisam de atrativos. Para a supervisora 2 existem vários motivos que estão associados ao desinteresse do aluno e a necessidade de trabalhá-los. Muitos jovens e adolescentes entram muito cedo no mercado de trabalho. Nesse sentido, a escola hoje apresenta enormes dificuldades para oferecer melhores condições de modo a atender aos anseios e necessidades dos alunos.

Conforme a fala do Diretor tem outros fatores que contribuem para o abandono no Ensino Médio, tais como:

Falta de estrutura física da escola; de sala de informática completa; de quadra poliesportiva; os recursos financeiros são insuficientes para aquisição de material adequado para trabalhar a proposta do Ensino Médio e para manutenção do prédio, até mesmo para fornecer uma merenda de qualidade; faltam recursos para trabalhar com projetos tornando o Ensino Médio mais atrativo; os professores não estão preparados para lidar com as características dos alunos de hoje que possuem um perfil bem diferente de alguns anos atrás; isso não os deixa realizar um trabalho mais atrativo a fim de prender a atenção dos mesmos; problemas de estrutura socioeconômica; a desestrutura familiar; a desmotivação dos alunos que têm baixas perspectivas de retorno de seus estudos para o futuro (DIRETOR ESCOLAR, entrevista realizada dia 04/09/2017).

Assim, é tarefa da escola incentivar os alunos a estudarem, sendo essa uma das suas missões, pois a família participa pouco da vida escolar dos filhos. Essa não participação e a falta de apoio familiar desmotiva os alunos e eles acabam perdendo o interesse pela escola. Atualmente, a família não está tendo autoridade sobre seus filhos e não consegue assegurar a permanência deles nas escolas. Além disso, a maioria dos jovens enquadra-se no grupo de renda baixa, muitos precisam trabalhar, mudar de cidade ou até ir para outro país para ajudar a família e terem melhores condições de vida, visto que a comunidade local oferece poucos recursos. Soares *et al.* (2015) e Queiroz (2012) afirmam que o abandono escolar está ligado às características individuais dos alunos, das instituições, das suas famílias e da comunidade na qual residem. Soares *et al.* (2015) afirma que os jovens de baixa

renda perdem mais do que os de renda mais alta, pois a família não vê valorização na educação e na possibilidade de sucesso profissional e ascensão social.

Sobre a relação à atuação da equipe de supervisão junto aos professores a respeito do abandono, geralmente nas reuniões de módulo II o assunto é debatido. A Supervisora 1 solicita aos professores para darem oportunidades aos alunos para que eles não fiquem desmotivados a virem à escola. Para ela, se somarmos uma prática de ensino que não agrada os nossos jovens à uma nota muito baixa, o resultado certamente será o abandono. Já a Supervisora 2 pede que os professores façam de tudo para resgatar aquele estudante com muitas ausências, procurando assim evitar o abandono. A escola deve pensar e repensar suas ações, replanejar e avaliar os seus resultados para que possa buscar alternativas eficazes no combate ao abandono escolar (AQUINO, 2013).

O diretor da escola relata que desde 2015 o governo tem diminuído o repasse de verbas, por essa razão não está tendo condições de fornecer material adequado e suficiente para os professores trabalharem conteúdo diferenciado e contextualizado, além de outras atividades que eram realizadas pela escola, como por exemplo, viagens e excursões. Essas atividades trariam mais atratividade para o Ensino Médio, contribuindo assim para a redução do abandono.

Outro fator relacionado ao abandono é a infrequência dos alunos. Geralmente os alunos infrequentes tendem a abandonar a escola. Nesse sentido, a escola adota algumas medidas:

[...] assim que é detectada a infrequência do aluno, ou seja, quando há um aumento nas faltas, a escola procura a família conscientizando-a sobre as consequências dessas faltas. Envia um comunicado e orienta sobre a importância da frequência escolar de seus filhos, pois conforme as legislações vigentes, eles são os primeiros responsáveis em manter os filhos estudando (DIRETOR ESCOLAR).

As supervisoras confirmaram as medidas relatadas, porém além do comunicado, conforme a necessidade, a família é convocada por elas a comparecer à escola juntamente com seu filho. Quando a família comparece à escola: “orientamos sobre a importância da frequência escolar dos filhos e as consequências causadas pelas faltas (SUPERVISORA 1 - entrevista realizada em

30/08/17)”; “A família é conscientizada sobre as consequências dessas faltas (SUPERVISORA 2 - entrevista realizada em 31/08/17)”.

Conforme pesquisa documental, todos os comunicados são emitidos em duas vias, sendo que uma via fica nos arquivos da escola com a assinatura do pai ou responsável que recebeu o comunicado; há também um livro de registro das orientações repassadas aos pais e a justificativa deles da infrequência do filho (Arquivo Escolar – sala da Supervisão).

O Diretor acrescenta que a escola tem procurado desenvolver projetos voltados para a importância do estudo na vida dos alunos e também reuniões pedagógicas. Essas ações têm diminuído a taxa de abandono, mas não chegando a um valor considerável. A Supervisora 1 destaca que nem sempre essas ações têm dado resultados, em alguns casos o aluno retorna aos estudos e em outros não, sendo preciso acionar o Conselho Tutelar. Essa ação às vezes também não resolve. Para a Supervisora 2 as ações adotadas pela escola têm resolvido a maioria dos casos.

A tabela seguinte mostra o quantitativo de faltas dos alunos que abandonaram a escola. Dado o grande número de alunos, foi feito um recorte com cinco alunos nos anos de 2015 a 2017 das turmas do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio regular dos turnos matutino, vespertino e noturno.

Tabela 13 - Relação de Faltas dos Alunos x Abandono Escolar – 2015/2017

Nome	Ano	Turma	Total de faltas (aula) até a data do abandono	Data do abandono
Aluno A	2015	1º V	208	02/06
Aluno B	2015	1º V	275	16/11
Aluno C	2015	1º V	387	05/12
Aluno D	2015	2º M	188	29/06
Aluno E	2015	2º M	142	25/03
Aluno A	2016	1º M	332	04/10
Aluno B	2016	1º M	194	04/10
Aluno C	2016	2º M	250	05/09
Aluno D	2016	2º N	433	02/05
Aluno E	2016	2º N	165	01/11
Aluno A	2017	1º V	357	24/05
Aluno B	2017	2º M	291	29/09

Aluno C	2017	2º M	349	20/08
Aluno D	2017	2º M	234	29/09
Aluno E	2017	3º M	119	29/09

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do Simade - MG / 2017 (via Secretaria Escolar).

Nota 1: Para preservar a identidade dos alunos reais, os mesmos foram chamados de A, B, C, D e E;

Nota 2: M → Turno Matutino; V → Vespertino e N → Noturno.

Pela tabela apresentada é possível comprovar que a infrequência influencia na decisão do aluno em abandonar a escola. O total de presença é de 1.000 aulas/anuais e, de acordo com a legislação vigente (LDB/96), o aluno pode faltar até 25 % dessas aulas. Entretanto, de acordo com a tabela 13, alguns alunos já ultrapassaram esse quantitativo num pequeno período de frequência à escola.

Além da infrequência dos alunos, outro fator que pode influenciar no abandono refere-se à distorção idade/série. Segundo Fritsch (2014), o abandono acontece com maior frequência entre esses alunos. Sobre essa colocação, há uma concordância geral, pois os alunos mais velhos sentem-se constrangidos e envergonhados de estudar com alunos mais novos. No entanto, vale registrar que na escola investigada essa situação não foi apontada como um fator determinante para o abandono. Mesmo não sendo um problema determinante para o abandono, a escola adotou o projeto de elevação de escolaridade que, apesar de ser para o Ensino Fundamental, tende a ter efeito no Ensino Médio quando os alunos atendidos estiverem frequentando essa etapa escolar. Especificamente com relação ao Ensino Médio, ocorre a oferta da EJA no noturno e, no ano de 2016, foi criada uma turma do 2º ano regular para atender os alunos com distorção idade/série; também para atender àqueles que trabalham. Essa turma (3º ano/2017) teve continuidade em 2017 no noturno, mesmo sendo uma turma específica, registrou-se o abandono de alunos.

Na sequência, destaca-se na análise em desenvolvimento, outro problema do Ensino Médio: a reprovação. Os entrevistados concordam que os alunos com histórico de reprovação têm influência na hora de decidir em abandonar. Segundo o diretor, quando o aluno não alcança um resultado satisfatório, fica mais difícil recuperar e, sabendo que serão reprovados, muitos preferem desistir antes.

Com relação às ações desenvolvidas pela escola, além das diversas oportunidades para que o aluno tenha um rendimento satisfatório durante todo ano

letivo, os três entrevistados apontaram como medidas para reduzir ou evitar as reprovações, as recuperações, sejam elas contínuas (durante o bimestre), bimestrais (ao final do bimestre) ou finais (após o encerramento do ano letivo). Além das recuperações, os entrevistados acrescentaram que o aluno reprovado em até três conteúdos ainda se beneficia da progressão parcial no ano seguinte. Nesse sentido, o índice de reprovação é pequeno. Eles não apresentaram outras medidas mais concretas que possam ajudar a evitar ou reduzir a reprovação.

Após conhecer as ações para diminuir a reprovação na escola, passa-se às ações desenvolvidas pela instituição para garantir a permanência dos alunos. As ações relatadas são: “reuniões pedagógicas bimestrais com pais e alunos enfatizando a importância da escola no futuro dos filhos (palestras) e distribuição de brindes; envio de comunicado à família no caso de infrequência e dificuldade de aprendizagem - em alguns casos são realizadas reuniões específicas por turmas ou grupos de alunos; projetos que tragam a família para escola – como, O Dia da Família” (DIRETOR); projetos incentivadores, festa junina, dia da família, campeonato intermunicipal, baile Dia do Estudante e conversa individualizada com os alunos (SUPERVISORA 2); a supervisora 1 destaca as seguintes ações:

“Oferta de atividades para integrar cada vez mais família e escola (festa junina, dia da família, Semana de Educação para Vida, dia da consciência Negra, passeatas com temas diversos, por exemplo, exploração sexual); colocar sempre o aluno como protagonista desses projetos e dá voz ativa para que eles possam expor suas opiniões (Feira de Ciências, organização do baile do estudante); Sarau de Poesia; Dia da Matemática com diversas apresentações e jogos; oferecimento de diversas oportunidades de recuperação para que o aluno não seja reprovado. Os projetos acontecem em datas específicas de acordo com o tema a ser trabalhado”, (SUPERVISORA 1, Entrevista realizada em 30/08/2017).

Com relação ao resultado das ações, há uma pequena divergência de opinião: um dos entrevistados aponta que essas têm apresentado um grande resultado; enquanto que os outros afirmam que houve uma pequena melhora no que diz respeito à taxa de abandono.

Sobre os critérios de enturmação, turmas heterogêneas, a resposta é unânime de que têm ajudado na redução do abandono. Nesse sentido, no início do ano letivo, a escola fez a enturmação das turmas do Ensino Médio de maneira mais heterogênea e o objetivo foi colocar os alunos com dificuldades, repetentes e com

distorção série/idade, junto com outros colegas para evitar que se sintam desestimulados; o que poderia ocorrer em turmas consideradas mais “fracas”. Entretanto, o diretor afirma que muitos professores, por falta de preparo, não usam metodologia diferenciada para os alunos com dificuldades de aprendizagem. Para a Supervisora 2, a criatividade do professor pode ajudar muito quando ele trabalha com aulas diversificadas. Segundo Costa (2013), um professor bem preparado e com condições dignas de trabalho consegue realizar seu trabalho pensando na qualidade da educação, o que terá influência no trabalho da escola.

Assim, acerca da relação do trabalho do professor com o abandono escolar, os entrevistados disseram que há sim essa relação, pois se não tiver um trabalho de incentivo por parte do professor, há um desestímulo em alguns alunos que acabam abandonando. Para a Supervisora 1, alguns professores demonstram mais interesse do que os outros, visto que boa parte apresenta muita dificuldade em lidar com o perfil desse “novo” público jovem. No entanto, no geral eles tentam realizar as práticas pedagógicas com o foco na aprendizagem dos alunos e buscam estar atentos às propostas pedagógicas. Porém, às vezes é muito difícil encontrar alguma coisa que agrade a todos, que os façam ter vontade de sair de casa com intuito de vir estudar. Ela acrescenta:

[...] o que mais escuto é que eles vêm à escola porque são obrigados, ou seja, porque alguns pais ainda têm autoridade sobre os seus filhos, mostrando que o próprio jovem não valoriza muito a educação. Muitos professores se dedicam ao que faz, e isso é refletido nas atitudes dos alunos. Quando gostam do professor, às vezes participam da aula, ou no mínimo respeitam; quando não gostam, alguns nem abrem o caderno, (SUPERVISORA 1, entrevista realizada em 30/08/2017).

Segundo o Diretor, com relação à prática pedagógica, poucos desenvolvem um trabalho para garantir a permanência do aluno na escola. O que é resultado do despreparo e da falta de adaptação dos planos de aula ao nível de aprendizagem. Já para a Supervisora 2, a maioria dos professores procura incentivá-los a permanecerem na escola, mas alguns apresentam dificuldades de domínio da classe e adaptação de planos de aula ao nível de aprendizagem. Ela afirma que com relação ao foco na aprendizagem, os professores são conscientes de sua responsabilidade na formação dos alunos.

Apesar dessas colocações, algumas estratégias são desenvolvidas pelos professores e de conhecimento da equipe gestora, como projetos de valorização dos alunos; apresentações e atividades que analisam o dia a dia do aluno (cotidiano); uso do data show e outras tecnologias (sala de informática e utilização da plataforma Moodle). Os professores procuram avaliar tudo o que o aluno faz, considerando avaliações contínuas e bimestrais, trabalhos, conceito, caderno, aulas extraclasse, pesquisas entre outros. Muitos conversam com os alunos dando conselhos e tentando mostrar o quanto o estudo influenciará na vida deles. Para desenvolver tais estratégias os professores contam com laboratório de Informática, biblioteca, recursos de apoio às aulas - no caso as tecnologias audiovisuais (data show, DVD,...), e os livros didáticos. Os professores utilizam de maneira regular esses equipamentos e recursos. Segundo as duas supervisoras, esses recursos não são suficientes para todos. O que para a Supervisora 2 compromete um pouco o andamento dos trabalhos. Já para a Supervisora 1, mesmo usando esses recursos não se tem o resultado almejado: além de uma educação eficaz que atinja a todos os alunos de forma igualitária, a permanência de 100 % dos alunos.

Assim, na opinião dos entrevistados, tais estratégias têm facilitado a permanência de alguns alunos, mas “faltam recursos para um trabalho mais eficiente” (Diretor) e gostaríamos de um resultado ainda melhor (Supervisora 1) para os alunos ficarem mais motivados (Supervisora 2).

O trabalho do professor é fator determinante para a permanência dos alunos na escola, sendo um desses trabalhos o processo de avaliação. Será que o processo de avaliação dos professores pode interferir na decisão do aluno em abandonar a escola? Nesse aspecto, verificaram-se divergências de opiniões. O diretor acredita que tem influência. Para ele os alunos com tendência a abandonar são aqueles com dificuldades de aprendizagem e sem apoio familiar. Ele acrescenta que se o professor não desenvolve avaliação diferenciada para esses alunos, a tendência é de que devido às dificuldades e ao fracasso escolar, eles acabem desistindo e abandonando. Além disso, os professores não fazem avaliações diagnósticas e as avaliações aplicadas são do mesmo tipo para todos os alunos.

A Supervisora 2 acredita que o processo avaliativo que influencia. Afirma que há outros motivos, tais como: emprego (abandona na busca de trabalho), baixa renda da família, idade elevada. A outra Supervisora disse que nem sempre tem

influência, porque atualmente os alunos não estão muito preocupados com notas (aprendizagem). Mas é claro que se ele não estiver consolidando os conteúdos (habilidades), mesmo após as recuperações realizadas, alguns que já não tem “paixão” pela escola acabam abandonando.

Ressalta-se que anteriormente discutiu-se neste trabalho a relação da avaliação com o abandono escolar. Passa-se agora a discussão sobre o processo de avaliação na interferência dos resultados dos alunos.

Segundo a Supervisora 1, há interferência nos resultados sim. Ela justificou essa interferência pelo fato de que, para ela, após várias oportunidades os alunos acabam obtendo a média exigida para que prossigam os estudos nos anos seguintes. No entanto, ela destaca que, às vezes, tantas oportunidades acabam criando um excesso de confiança nos alunos, o que faz com que eles não se dediquem o suficiente para consolidar as disciplinas logo na primeira oportunidade. Dessa forma, “eles não levam os estudos muito a sério, pois pensam que no final sempre vão conseguir”, (SUPERVISORA 1, entrevista realizada em 30/08/2017).

Quando as supervisoras foram questionadas sobre como elas realizam a supervisão desses resultados, as respostas foram: ambas afirmaram que acontece nos conselhos classe com a análise dos dados e conversa com os professores. Para a Supervisora 1, ainda no conselho de classe ocorre o debate sobre a vida escolar de cada aluno, dando especial atenção aos que apresentam defasagens. Além disso, se necessário, ocorre a conversa com a família. Com relação ao apoio aos professores, ela afirma que:

Geralmente os professores me procuram para apresentar algum projeto que querem desenvolver e pedem algumas sugestões, mas no geral eles são bem individualistas ao planejarem suas aulas. Vejo que eles trocam mais informações entre si (SUPERVISORA 1, entrevista realizada dia 30/08/2017).

A Supervisora 2 (entrevista realizada dia 31/08/2017) declara: “olho todas as avaliações e parabenizo os alunos com bons resultados e converso com os outros incentivando a melhorar, pois todos são capazes”. O apoio que oferece acontece somente quando é necessário e quando os professores a procuram principalmente para realizar projetos.

Segundo Almeida (2010), a escola realiza um processo democrático de avaliação da aprendizagem, tendo ele o objetivo de constatar as deficiências do aluno para decidir se ele será aprovado ou não, mas tanto o professor quanto a escola devem preocupar-se com uma avaliação diagnóstica, interessada em saber o que o aluno não aprendeu e porque não aprendeu. O objetivo é que sejam tomadas decisões que permitam ao aluno apropriar-se do conhecimento. No sentido do autor, a avaliação deixaria de ter influência na decisão do aluno em abandonar a escola, pois o professor iria se preocupar com um processo de avaliação mais criterioso, com o objetivo de atender a todos os alunos com base nas suas capacidades.

Talvez por todas essas questões, observa-se hoje um desinteresse pela docência no Ensino Médio, mesmo entre aqueles professores habilitados, o que ocorre devido à desvalorização, tanto do profissional quanto remuneratória (COSTA, 2013). Almeida (2010) afirma ainda que a carga horária do professor do Ensino Médio é extensa, não tendo condições de se dedicar um tempo maior na preparação das aulas e atendimentos aos alunos.

Para o Diretor, poucos alunos alcançarão um nível de ensino mais elevado (ensino superior) porque a cultura da comunidade não é de prosseguir nos estudos. A maioria dos alunos sonha, após o Ensino Médio, em ir para os EUA para ganhar dinheiro mais rápido. Para o Diretor, a escola pode contribuir para reverter essa situação, ou seja, a escola pode conscientizar os alunos sobre a importância de fazer um curso superior (projetos de conscientização), preparar os alunos para o vestibular por meio de um plano de intervenção pedagógica e amostra de profissões; também exemplos de alunos que tem curso superior e/ou técnico e estão bem sucedidos.

Mas, contraponto a essas colocações, há os fatores externos que terão que ser superados. Ainda de acordo com a fala do diretor, a cidade vive em torno da prefeitura e pequenos fazendeiros, não oferecendo oportunidade de emprego e não despertando no aluno o interesse de estudar; destaca-se que essa realidade tem mudado. Um dos fatores que está contribuindo para essa mudança está relacionado com a atuação da prefeitura, pois ela fornece transporte escolar durante a semana e no sábado para a cidade de Governador Valadares. Uma cidade com melhor infraestrutura na área educacional para que os alunos possam fazer faculdade ou

curso técnico. Essa ação pode elevar o aumento de alunos que prosseguirão nos estudos.

Para Soares *et al.* (2015), quando o aluno recebe apoio da família e dos amigos, principalmente nas atividades escolares, essa influência pode criar expectativas nele de prosseguir seus estudos, ou seja, cursar um curso superior e/ou acreditar que é possível conseguir melhores condições de trabalho e de vida.

Ainda de acordo com Soares *et al.* (2015), o abandono escolar está relacionado com as condições das famílias e sua responsabilidade de acompanhar a vida escolar dos filhos. Os três entrevistados concordam que a participação da família é muito pouca. O Diretor relata que os pais só procuram a escola quando são convocados para entrega de boletins e não demonstram paciência para ficar até o final da reunião. Essa falta de paciência e interesse dos pais dificulta o trabalho com os alunos que precisam de atenção especial. As supervisoras destacam que a escola vem desenvolvendo atividades para que essa participação seja efetiva e, conseqüentemente, traga bons resultados para os alunos. Porém, ressaltam que apesar de realizarem eventos atrativos para incentivar aos pais, mesmo assim a participação não é satisfatória.

Além dessas ações, a escola entra em contato com a família do aluno que abandona enviando-lhe um bilhete expondo a situação e convidando para comparecerem à escola e justificar a ausência dos filhos; também solicita o retorno imediato do mesmo. Caso a ausência persista, a escola comunica ao Conselho Tutelar que faz a intervenção. Mas, com base na fala dos entrevistados, a família não tem dado retorno. Segundo o Diretor, a maioria manda os filhos para a escola e não tem a preocupação no acompanhamento do seu processo escolar. Acontece que às vezes o retorno é muito tardio, nesse caso caracteriza-se o abandono, sendo muito difícil o retorno e a permanência do aluno na escola. A Supervisora 1 (entrevista realizada em 30/08/2017) afirma que “geralmente a família diz que não pode fazer nada, que mandam os filhos virem para escola e quando eles querem, eles vem, quando não querem simplesmente não vem”. Alegam ainda que os filhos já estão grandes e que é difícil obrigá-los a fazerem o que eles pedem. Já Supervisora 2 disse que não está dando muito resultado, pois a família não está a

par da necessidade do filho. Que quando o filho vem para escola é para o futuro dele, pois o estudo é importante. A família não procura conversar com os filhos¹⁶.

Para combater as causas do abandono é importante conhecer o perfil dos alunos que deixam à escola. As Supervisoras afirmaram que a maioria é adolescente de baixa renda (condições socioeconômicas) e que abandonam a escola dizendo que vão procurar um trabalho. Mas essa atitude é em vão, pois é grande a porcentagem deles continuam sem emprego (SUPERVISORA 1). São alunos sem estrutura familiar (SUPERVISORA 2). Para Oliveira (2007) e Krawczyk (2009), os alunos das camadas populares tiveram acesso ao ensino, mas não foram estabelecidas políticas que garantisse a sua permanência, pois a educação não atende a esses alunos e, quando esses abandonam a escola, não são cobrados por não continuarem estudando.

Como base nos estudos dos autores citados, não há cobrança mais rígida dos órgãos competentes quando esses alunos abandonam a escola. Dado esse fato e conhecendo o perfil dos alunos da escola, qual a atuação da equipe de supervisão com o aluno que abandonou a escola? De acordo com as supervisoras elas atuam da seguinte forma:

Conversamos com os alunos tentando mostrar a competitividade do mercado de trabalho e alertando-os que com estudo já está difícil e que sem ele é praticamente impossível chegar a algum lugar; se sobressair num mercado cada vez mais competitivo e que prioriza sempre quem tem um belo currículo, (Supervisora 1, entrevista realizada em 30/08/2017).

Enquanto que a Supervisora 2 (entrevista realizada dia 31/08/2017) afirma que “são convocados a procurar a escola ou procuram a família conscientizando-a sobre a importância do estudo para o mercado de trabalho”. Então, elas foram questionadas sobre as estratégias que a escola utiliza para garantir a permanência do aluno que abandonou e retornou aos estudos. Ambas responderam que a escola procura desenvolver projetos atrativos e oportunidades de recuperarem os conteúdos perdidos por meio de trabalhos. A Supervisora 1 (entrevista realizada dia 30/08/2017) conclui que “sempre mostra aos alunos que dá tempo de retornarem a escola e que serão dadas oportunidades para que eles não fiquem prejudicados.

¹⁶ A resposta da entrevistada ficou um pouco deslocada da pergunta.

Acrescenta a Supervisora 2 (entrevista realizada dia 31/08/2017): “nunca é tarde para recomeçar a estudar”. Observa-se, pela fala das supervisoras, que não foram apresentadas ações mais concretas que possam garantir a permanência do aluno que retornou a escola para que o mesmo tenha reais condições de recuperar o conteúdo perdido com aprendizagem.

Concluindo a análise das entrevistas com a gestão da escola, buscou-se descobrir as possibilidades de atuação da equipe gestora para enfrentar o problema. Lembrando da existência de vários fatores internos e externos à escola que podem influenciar no abandono escolar e buscando saber o que pode ser feito para diminuí-lo. Para o Diretor, uma das possibilidades é a partir de projetos que possam atrair os jovens para escola. No entanto, o gestor destaca que esses projetos esbarram na escassez de recursos, já que esses têm sido limitados. Destacou que a falta de recursos básicos para escola (em especial financeiro) até mesmo para desenvolver as ações cotidianas. Além disso, acrescenta que uma há uma concorrência desleal, que é a influência da internet, uma vez que essa é mais atrativa e oferece muitas oportunidades para os alunos. Acrescenta que está difícil manter o aluno na escola. Ainda desabafa “Enquanto a educação não for prioridade, ficamos limitados às ações pedagógicas da escola” (Diretor Escolar, Entrevista realizada dia 04/09/2017). Para tentar diminuir o problema do abandono, disse:

Quero fornecer uma escola de qualidade para os alunos. Uma escola que propiciasse o prazer de ficar nela, porque quadro e giz não atrai os alunos. Melhor infraestrutura como quadra poliesportiva. Apesar de tudo, ainda acredito num futuro melhor e uma educação de qualidade, (DIRETOR ESCOLAR, entrevista realizada dia 04/09/2017).

Já a Supervisora 1 destaca que ela procura conversar com os alunos, mostrar que o mercado de trabalho é competitivo e que o mundo não se restringe na cidade onde moram. Um dia precisarão sair e ter um lugar no mercado de trabalho. Eles precisam da escola, de um currículo, sem ele é impossível se inserir no mundo do trabalho. A supervisora 2 respondeu dizendo que tem muitos fatores, mas ela procura conversar muito com a família, realizar reuniões, eventos, projetos atrativos com a participação da comunidade. E para tentar diminuir o problema, busca de toda

forma resgatar a família (os alunos) para a escola visando que essa possa estar em parceria com a escola.

A escola precisa pensar suas ações para enfrentar os obstáculos do dia a dia. Segundo Almeida (2010), o gestor deve efetivamente oferecer um ensino adequado às necessidades dos alunos, envolvendo toda equipe e a comunidade na definição de metas. Deve ainda construir uma proposta pedagógica concreta e um bom planejamento baseado na clientela. Aliado a essas ações, é preciso repensar o currículo para que o mesmo não seja desvinculado da realidade do aluno. Para a autora (2010, p. 37) a função social da escola é “garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários á socialização do indivíduo”.

Para que a escola possa definir ações para reduzir ou diminuir o problema do abandono escolar, é preciso reconhecer o perfil dos alunos que estarão mais sujeitos ao abandono. Por exemplo, alunos com distorção idade/série, reprovações contínuas, falta de apoio familiar, dentre outros, (SOARES *et al.*, 2015; AQUINO, 2013).

Pela fala dos entrevistados, mais uma vez não ficou claro quais as possibilidades que a escola apresenta para uma melhor atuação da equipe gestora na resolução do problema. Não foram apresentadas ações concretas e o que pode ser feito para dirimir o problema do abandono, deixando vagas as ações da escola. Assim, faz-se relevante um plano de ação educacional, tal como será proposto nesta dissertação.

2.3.2 Análise dos Questionários com Professores e Alunos e das Entrevistas Realizadas com os Ex-alunos que Residem no Município

O abandono escolar é um dos problemas que atravessam a história da educação. Por isso, governo e sociedade precisam atuar de forma articulada para a superação desse cenário que reflete uma lógica excludente (CAMARGOS e RIOS, 2012). Para combater essa exclusão, o abandono, faz-se necessário a escola analisar e conhecer as suas causas e que a mesma possa propor ações de combate, ou pelos menos de amenização do problema. Analisa-se, assim, a partir deste ponto, as respostas apresentadas pelos professores e alunos quando da

aplicação dos questionários; também das entrevistas realizadas com os alunos que já abandonaram e residem no Município.

A análise é apresentada em três etapas, sendo que a primeira corresponde à análise dos questionários aplicados aos alunos matriculados e frequentes. Com objetivo de compreender melhor os dados da pesquisa, a tabela 14 traz o quantitativo de alunos matriculados e frequentes na escola no ano de 2017 das turmas do 1º e 2º ano do Ensino Médio regular que responderam ao questionário.

Tabela 14 - Turmas do Ensino Médio Regular e Número de Alunos que Responderam ao Questionário/2017

TURMAS:	Matrícula	Transferido	Remanejado	Outros	Abandono	Matrícula Real	Não respondeu	Total
1º M	27	04	00	00	00	23	00	23
1º V	27	03	01	00	01	22	00	22
2º M *	53	10	00	01	08	34	01	33
TOTAL	107	17	01	01	09	79	01	78

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos alunos – Agosto/2017.

Nota: M - significa turno Matutino e V - Vespertino.

Com base na tabela 14, até a presente data (agosto/2017), a escola apresenta uma taxa de abandono de 8,4 %, ultrapassando a taxa de 2016, de 8,18 % (lembrando que essa taxa de 8,18 % refere-se a todas as turmas do Ensino Médio regular - 1º ao 3º ano). A taxa da escola de 2016 e 2017 ainda continua alta com relação ao Brasil e Minas Gerais. Com relação à taxa de abandono, ela acontece com maior frequência entre os meninos, 4,7 % deles já abandonaram a escola, contra 3,7 % das meninas, como mostra a pesquisa realizada.

Outra observação é com relação ao abandono na turma do 2º ano, com uma taxa de 15 %, contra 2,0 % nas turmas do 1º ano. Fato que está acontecendo desde 2016, divergindo um pouco dos estudos, pois esses apontam a maior taxa de abandono nas turmas de 1º ano. A escola tinha duas turmas de 2º ano*, mas devido à redução no quantitativo de alunos, a partir do dia 07/08/17 as turmas foram unificadas.

Dos 78 alunos que responderam ao questionário, apenas 3 (três) alunas já tinham abandonado a escola em anos anteriores. Os motivos foram: dificuldade de se adaptar ao ritmo dos colegas; falta de apoio dos professores, não especificando que tipo de apoio; não havia ninguém para cuidar do filho por ser casada.

Quando questionados sobre a sua preparação no Ensino Médio, os alunos concordam que ao concluir essa etapa sentem-se preparados para o mercado de trabalho, para cursar uma faculdade, prosseguir seus estudos e ser cidadão consciente na sociedade em que vive (pequena taxa de discordância). O que acontece também com relação ao “aluno que se dedica mais aos estudos e que possa ter melhores condições de vida”. A visão dos professores coincidiu praticamente com todas as respostas dos alunos. A maioria dos alunos, ao concluírem o Ensino Médio, pretende continuar estudando e ao mesmo tempo trabalhar.

Como visto, o apoio familiar é essencial na vida escolar dos filhos, faz-se, portanto, necessário conhecer também um pouco o perfil das famílias dos alunos. Os dados demonstram que 57,7 % dos alunos moram com os pais e 28,2 % moram somente com a mãe. 70,5 % dos alunos afirmaram que a família participa “sempre” das reuniões escolares e 14,1 % de “quase todas”; apenas 1,3 % disseram que os pais “nunca” participam das reuniões ou procuram a escola para conhecer o seu desempenho escolar.

Com relação à participação dos pais na vida estudantil dos filhos, nota-se que os pais incentivam os filhos a estudar, porém quando decidem abandonar, é pelo seu próprio desinteresse nos estudos. Com relação ao dever de casa o incentivo é menor, mostrando que os alunos que fazem “dever sempre” correspondem a uma taxa que é de 62,8 % e aqueles que “fazem de vez em quando” a 33,3 %; quando se trata da ajuda dos pais nos deveres de casa, 56,4 % responderam que não recebem nenhuma ajuda, que fazem o dever sozinho. Talvez essa falta de ajuda esteja relacionada com a formação dos pais, como mostra o gráfico 10 (após a tabela 15) a maioria deles não concluiu o Ensino Médio.

A tabela 15 apresenta em síntese a relação dos pais com a vida estudantil dos filhos no que diz respeito ao incentivo ao estudo.

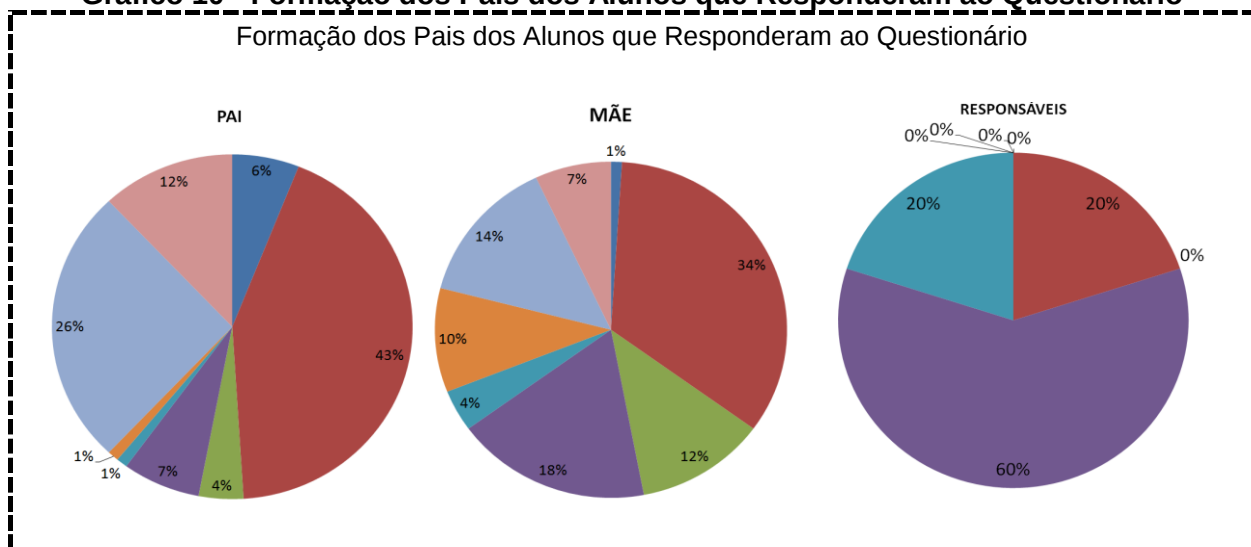
Tabela 15 – Participação da Família na Vida Estudantil dos Filhos

Participação da família na vida estudantil dos filhos.	Sim	Não	Às vezes	Não respondeu
Seus pais ou responsáveis incentivam você a estudar?	94,8 %	2,6 %	1,3 %	1,3 %
Seus pais ou responsáveis incentivam você a fazer o dever de casa?	76,9 %	6,4 %	16,7 %	0,0 %
Seus pais ou responsáveis incentivam você a fazer os trabalhos escolares?	87,2 %	3,8 %	7,7 %	1,3 %
Seus pais ou responsáveis incentivam você a ler?	48,7 %	20,5 %	28,2 %	2,6 %
Seus pais ou responsáveis ajudam você nos deveres de casa?	21,8 %	56,4 %	20,5 %	1,3 %

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos alunos - Agosto/2017.

Outro fator importante de análise é com relação à leitura que também apresenta um índice intermediário em torno de 50 %, justamente pela não formação dos pais. As meninas mostraram-se mais responsável com relação ao dever de casa, 68,9 % contra 54,5 % no caso dos meninos.

O gráfico 10 apresenta a formação dos pais dos alunos pesquisados que responderam ao questionário.

Gráfico 10 - Formação dos Pais dos Alunos que Responderam ao Questionário

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos alunos - Agosto/2017.

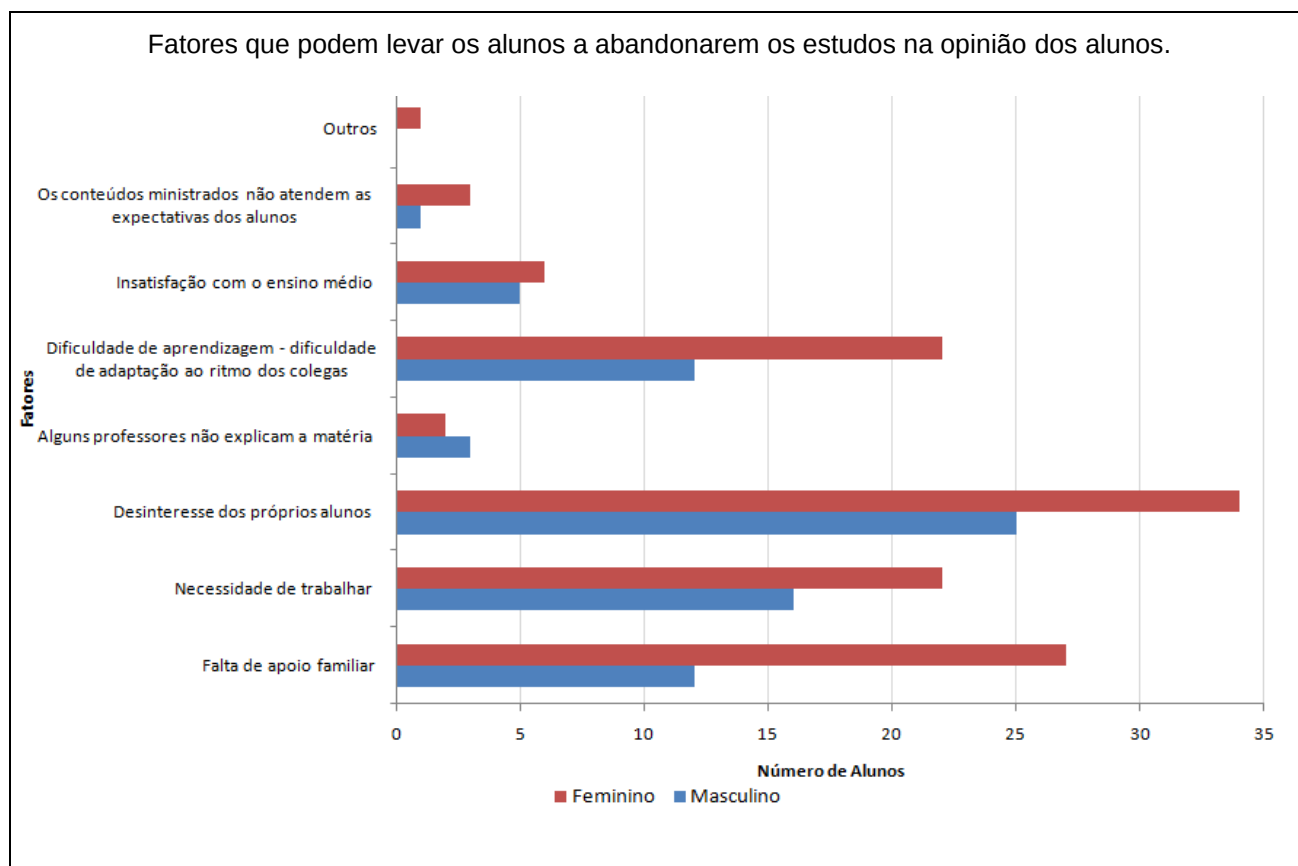
Pelo gráfico, 43 % dos pais têm apenas os anos iniciais, sendo que alguns concluíram a antiga 4ª série e outros não; 26 % dos alunos nem se quer sabem a formação do pai. Com relação às mães, a situação difere um pouco, sendo 34 % com formação dos anos iniciais. Talvez porque muitos alunos morem somente com

a mãe, a taxa dos que não sabem responder foi menor (14 %). Percebe-se que as mães têm uma formação bem maior que os pais. Enquanto 1 % dos pais tem pós-graduação, esse percentual é de 10 % para as mães. Ainda há aqueles alunos que moram com responsáveis, como avôs, tios, irmãos, etc. e cuja formação é maior, com 60 % com Ensino Médio concluído.

Relacionado a essa formação dos pais ou responsáveis, analisa-se a renda dessas famílias. Nesse quesito, 31 alunos afirmaram que os pais recebem menos de um salário mínimo; 27 acima de um até um salário e meio; 5 afirmaram que os pais recebem de um salário e meio a dois salários mínimos; 10 responderam que os pais recebem mais de dois salários mínimos. Nesse sentido, 61,5% dos alunos afirmaram que os pais recebem bolsa família, o que não acontece para a maioria dos alunos que foram entrevistados. Mas ocorrem divergências nas respostas, pois alunos que afirmaram que seus pais recebem menos de um salário mínimo, a família não recebe bolsa família, ocorrendo o contrário com alguns alunos que a família tem uma renda com mais de dois salários mínimos e que recebem bolsa família. Essas inconsistências costumam ocorrer por ser uma escola e uma cidade pequena e, conhecendo a vida escolar desses alunos, é possível comparar essas observações. Vale ressaltar que 6,4 % não responderam ao dado sobre renda familiar por não saber ou não querer manifestar os valores que a família recebe. Para ajudar na renda familiar, 18 % dos alunos trabalham após as aulas, mesmo sendo um serviço informal; essa porcentagem está mais presente entre os homens.

O abandono sofre influência de fatores internos e externos à escola. Na sequência, a análise de quais os fatores podem contribuir para o abandono escolar na visão dos alunos, conforme apresentado no gráfico 11.

Gráfico 11- Fatores que Podem Levar os Alunos a Abandonarem os Estudos na Opinião dos Alunos



Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos alunos - Agosto/2017.

Com base no gráfico 11, o fator que mais contribui para o abandono foi o “desinteresse dos próprios alunos”; talvez esse seja o fator mais difícil de resolver, pois segundo Ferreira (2016, p. 2), “Nem o melhor professor do mundo será capaz de garantir que um aluno desinteressado aprenda de modo adequado”. Mas, o autor afirma também que um “bom professor” favorece o interesse e a facilidade de aprender do aluno, enquanto que o “mau professor” induz o ao desinteresse pelo aprendizado.

Entre as causas do abandono, a “necessidade de trabalhar” configura-se como a 2ª causa de abandono para os meninos e 3º para as meninas. Enquanto que “a falta de apoio familiar” para as meninas é o 2º fator e o 3º para os meninos. Como já visto anteriormente, o mercado de trabalho tem enorme influência sobre o abandono escolar, principalmente com os alunos das camadas populares, pois muitos alunos não conseguem conciliar estudo e trabalho. Com relação à falta de

apoio familiar, esse é outro fator difícil de resolver, pois como podemos esperar uma “família ajustada em uma sociedade desajustada” (ALMEIDA, 2010, p. 19).

Evidentemente que há de se buscar caminhos, porém é sabido que tais caminhos não são fáceis, considerando a desvalorização familiar presente na sociedade. Empatado em 4º lugar, tanto para os meninos como para as meninas, aparece a “dificuldade de aprendizagem”. No que diz respeito à dificuldade de aprendizagem, o próprio professor reconhece que o aluno não consegue acompanhar as atividades propostas e às vezes é difícil o atendimento individualizado ao aluno, principalmente pelo número de alunos que comportam as salas de aula e o curto tempo que tem para aplicar o seu conteúdo.

Ao retomar os fatores que podem contribuir para o abandono discute-se a questão do ensino e aprendizagem destacando o problema da reprovação. A reprovação apresenta uma taxa de 23 % entre os alunos pesquisados, sendo que a maioria foi reprovada apenas “uma vez”, com destaque para os alunos do sexo masculino, com uma taxa bem maior, em torno de 30 %. Os principais motivos apontados pelos alunos pesquisados é o próprio interesse do aluno em estudar e a dificuldade de aprendizagem.

Mesmo com os problemas e desafios do Ensino Médio, tanto os alunos quanto os professores têm uma visão otimista dessa etapa da Educação Básica. Segundo a pesquisa realizada, todos concordam totalmente que o estudo pode propiciar melhores condições de vida e de trabalho para as famílias. Mas ao mesmo tempo, os resultados apontam que os alunos não valorizam como deviam o estudo, chegando ao índice de 55%.

A segunda etapa de análise é concentrada na entrevista realizada com os ex-alunos. O quantitativo de alunos que foram entrevistados - alunos que abandonaram a escola e residem no município - corresponde ao total de 16, sendo 12 alunos do sexo masculino e 04 do sexo feminino. Esse quantitativo está relacionado com a própria quantidade de abandono na qual predomina entre os alunos do sexo masculino; outro fator foi a facilidade de encontrá-los em casa ou trabalho.

No grupo de alunos entrevistados, 56 % abandonaram no 1º ano e 44 % no 2º ano do Ensino Médio. Na listagem inicial havia alunos do 3º ano, mas não foi possível visitá-los para realizar a entrevista, devido a diversos fatores. O tempo de abandono é bastante heterogêneo entre os entrevistados, pois há alunos com

apenas 4 meses de abandono, assim como tem alunos com mais de 10 anos de abandono. Com base nos dados da pesquisa, a escola deve ter uma atenção especial com as turmas do 1º e 2º ano.

Com relação a renda familiar desses ex-alunos, 1 aluno afirmou que os pais recebem menos de um salário mínimo e 8 confirmaram que varia de um salário a um salário e meio. Registra-se que 7 alunos entrevistados parecem ter ficado com vergonha de responder esse item, principalmente os casados; alguns afirmaram que realmente não sabem a renda da família. De maneira geral, a maioria recebe até um salário e meio.

Foram entrevistados 16 ex-alunos com idade entre 18 a 45 anos, sendo que a maior parte tem até 28 anos de idade, apenas um aluno entrevistado é menor de idade. Segundo a resposta dos alunos, 56 % já tinha abandonado a escola “uma vez” e 19 % “duas vezes”. Porém, apenas 69 % dos alunos disseram que tentaram retornar aos estudos. Alguns começaram e abandonaram de novo, praticamente os mesmos motivos: a maioria não quer estudar durante o dia devido à idade, por isso fica aguardando a formação de turmas de EJA que, às vezes, não acontece pela falta de demanda.

Dos ex-alunos entrevistados, 75 % pretendem retornar aos estudos, principalmente entre os homens (83 %) e entre as mulheres a taxa é de 50 %. Mesmo reconhecendo a importância do estudo, alguns reafirmaram que não pretendem retornar de jeito nenhum. Para aqueles que querem voltar a estudar, estão vendo na educação a possibilidade de melhores condições de vida, de modo a concluir essa etapa e até prosseguir os estudos. Um aluno disse: “hoje me arrependo de não ter estudado” (ALUNO X, entrevistado em 12/09/2017).

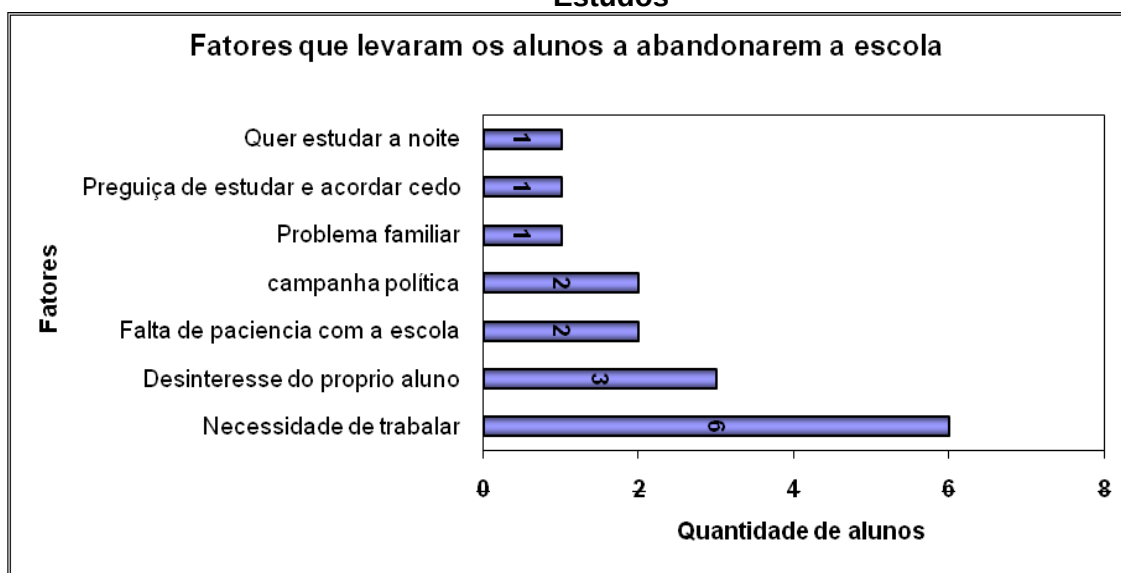
Os dados comprovam que 30 % dos alunos moram com os pais e 13 % somente com a mãe. Essa mesma taxa representa os alunos que moram com responsáveis, porém é acrescentado outro dado: 44 % dos alunos hoje já são casados e moram com sua nova família constituída. Apesar da idade, a maioria dos alunos ainda mora com sua família. Sobre as reuniões escolares, 88 % dos alunos afirmaram que a família participava “sempre ou quase sempre” e o restante, 12 %, de “vez em quando”. Apesar da participação da família em sua vida escolar, mesmo assim decidiram abandonar os estudos, contra a vontade dos pais. Todos afirmaram categoricamente que em momento nenhum receberam apoio da família quando

abandonaram, até hoje os pais reclamam e sentem o desejo de vê-los estudando, fala dos próprios entrevistados. Com relação aos alunos casados, 70 % são do sexo masculino e desse total 80 % pretendem retornar aos estudos; com relação às mulheres, 50 % não pretendem retornar à escola. Por serem casados, a decisão de retornar ou não aos estudos é deles não tendo influência da família.

Comparando esses dados com as respostas do questionário, a realidade não é diferente: 6 alunos não sabiam a formação do Pai, 3 afirmaram que o pai nunca estudou e 3 que nem chegaram a concluir a antiga 4ª série (5º ano). Sobre a formação da mãe, 5 não sabem, 4 não concluíram a antiga 4ª série (5º ano) e 4 não concluíram a antiga 8ª série (9º ano). O restante está nos demais intervalos, sendo a formação maior o Ensino Médio. A família do aluno é a variável para compreender o seu rendimento escolar, sendo que “quanto mais elevado o nível da escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é o seu rendimento” (QUEIROZ, 2012, p.3).

Os resultados das entrevistas estão consolidados no gráfico 12 com os motivos que levaram os alunos a abandonar a escola.

Gráfico 12 - Fatores que Levaram os Alunos Entrevistados a Abandonarem os Estudos



Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados das entrevistas com os alunos que abandonaram a escola - Setembro / 2017.

Analisando o gráfico 12, as respostas dos alunos que abandonaram a escola apontam praticamente para os mesmos fatores dos alunos que estão estudando,

com uma alternância do 1º lugar (necessidade de trabalhar) e 2º lugar (desinteresse do próprio aluno) e, a partir do 3º lugar, ocorrem algumas diferenças. Mesmo alguns alunos que abandonaram a escola por causa do trabalho, não têm um serviço fixo, ou seja, trabalham de vez em quando; somente 8 afirmaram que tem um trabalho contínuo. Os dados mostram uma geração de jovens de baixa renda, mais escolarizada que seus pais, mas com muitas dificuldades para encontrar sentido na vida escolar, para pensar no mundo do trabalho a partir da escola e para conseguir trabalho (KRAWCZYK, 2009).

Para os alunos entrevistados, a escola não pode fazer muita coisa, pois as principais causas, segundo eles, não é da competência da escola. Por exemplo, o desinteresse é de total responsabilidade do aluno. De acordo com o aluno X: “a decisão de abandonar foi por minha conta, desinteresse em estudar”; para o aluno Y: “preguiça de estudar e até mesmo de acordar cedo, eu não fazia um dever”; o aluno W respondeu: “eu não fazia nada na sala de aula, apesar dos professores me incentivarem”. E, com relação à necessidade de trabalhar, está vinculada a questões sociais e econômicas do país. Seguem-se algumas citações dos alunos com relação ao trabalho:

”eu prefiro trabalhar a estudar (ALUNO A)”;
 “como minha família não pode me dar as coisas que eu quero, então prefiro fazer algum tipo de trabalho (ALUNO B)”;
 “devido às condições financeiras da família foi preciso arranjar algum trabalho para ajudar (ALUNO C)”

Como o gráfico 12 registrou, outros motivos foram citados pelos alunos, como problemas familiares, envolvimento com a campanha política da família e outros. Todos reconhecem que a escola tem feito muito para incentivá-los a continuar estudando ou desistir de abandonar. Receberam vários conselhos dos servidores da escola, mesmo assim pelas circunstâncias apresentadas, preferiram abandonar. Dentro das poucas sugestões para a escola, disseram: o professor atender melhor ao aluno (ter mais atenção e respeito); continuar a desenvolver projetos diversificados; continuar solicitando turmas para o noturno; visitar as casas dos alunos que abandonam assim que o aluno começar a faltar, antes que ocorra o abandono.

Na terceira etapa de análise os dados do questionário dos professores são consolidados e apresentados na tabela 16.

Tabela 16 - Números de Professores Respondentes/2017

PROFESSORES RESPONDENTES				
Sexo	Nº de professores	Efetivos	Recém nomeados	Designados
Masculino	05	0	2	3
Feminino	15	4	4	7
Total	20	4	6	10

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do questionário dos professores – Agosto/2017.

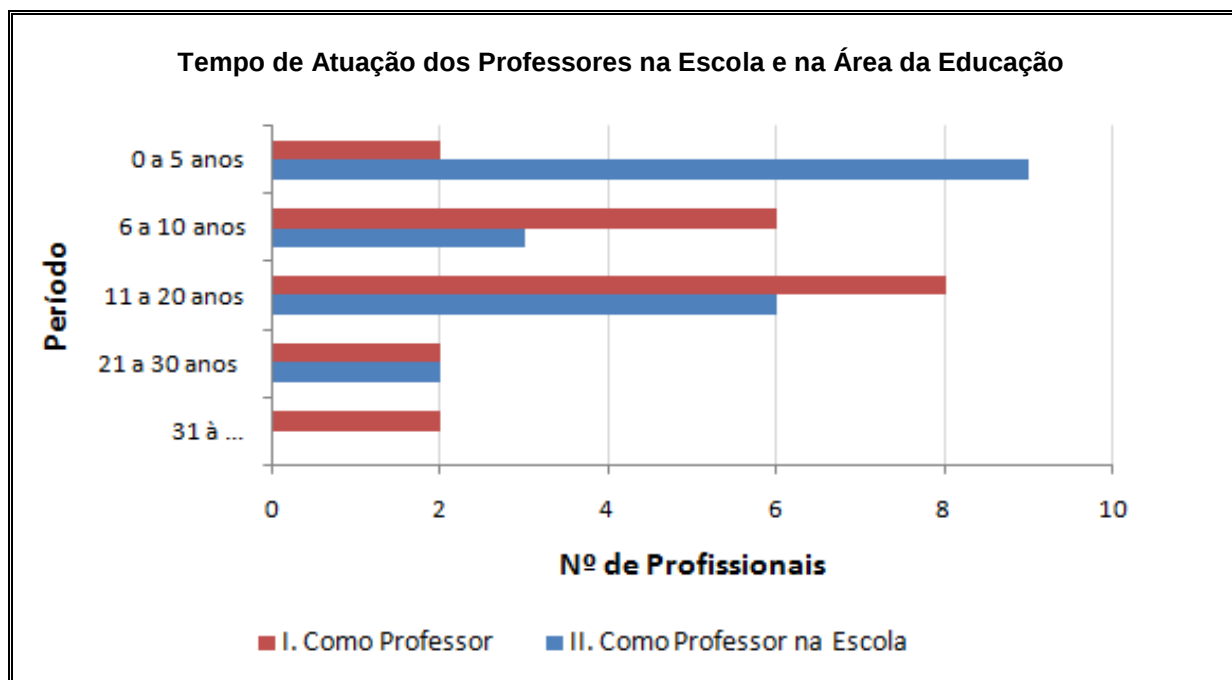
Importante destacar que a diferença entre o número de professores apresentado no início da pesquisa e os entrevistados justifica-se pelo encerramento de alguns projetos. Professores com 2 cargos na própria escola e os professores efetivos que estão trabalhando com extensão¹⁷ de carga horária. Do total de 22 professores que trabalham atualmente na escola, 2 professores não devolveram o questionário.

A escola apresenta um quadro de professores com 50 % de designados, o que caracteriza um rodízio constante entre eles, ou seja, é provável que professor que trabalhou no ano passado não esteja trabalhando nesse ano e vice-versa, o que pode dificultar a continuidade dos projetos desenvolvidos pela escola. Segundo Aquino (2013), o professor não tem condições de conhecer a realidade da sua escola e cada vez que ele é trocado representa um recomeço do zero para a escola.

Nesse sentido, analisa-se também o tempo de atuação dos professores no magistério, os dados estão representados no gráfico 13.

¹⁷ Extensão de carga horária - o professor efetivo trabalha com 16 aulas (16 horas aulas) e ele pode ampliar para até 16 aulas, que nesse caso caracteriza a extensão de c.h. que tem o mesmo significado de trabalhar com 2 cargos.

Gráfico 13 - Tempo de Atuação dos Professores na Escola e na Área da Educação

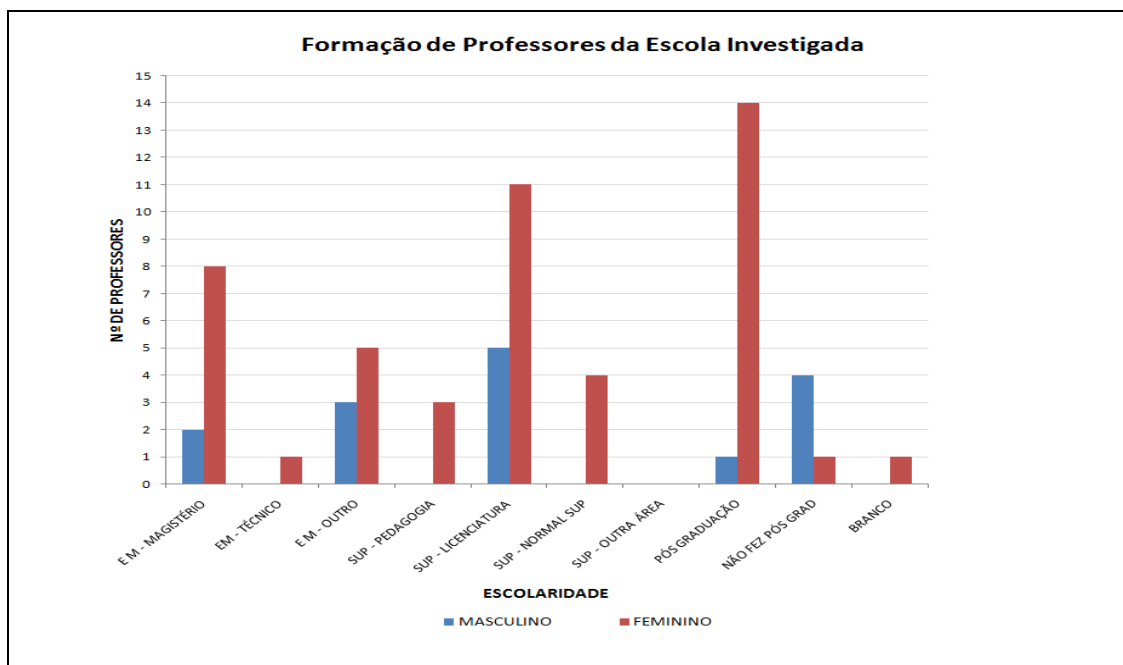


Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos professores – Agosto / 2017.

Os dados da pesquisa mostram que a maioria tem mais de 5 anos de atuação na educação, apenas dois professores tem 1 ano de prestação de serviço na área educacional. A maioria tem experiência como professor da educação básica. Existe um quantitativo considerável de professores com até 5 anos de exercício na escola, justamente devido ao processo contínuo de designação, enquanto que os professores com mais tempo são os efetivos, com rara exceção de professores designados. Todos os professores apresentam uma experiência de vida, com a média de idade superior a 35 anos, sendo o mais novo com 25 anos de idade.

Acerca da formação dos docentes, esses apresentam habilitação na área de atuação (Licenciatura Plena, Pedagogia ou Normal Superior), sendo alguns com até dois cursos superiores. Outra informação importante é que 8 professoras iniciaram a sua formação no Curso de Magistério (nível médio), dando continuidade na sua formação acadêmica. Pelo convívio diário, observa-se que essas professoras apresentam um perfil maior de alfabetizador e que são capazes de compreenderem melhor as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Gráfico 14 - Formação dos Professores da Escola Investigada



Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos professores – Agosto/2017.

Ao compararmos a formação dos professores do sexo masculino com feminino, 93 % das mulheres possuem curso de pós-graduação e entre os homens,

20 %, tal como mostra o gráfico 14. Conclui-se que na escola a falta de habilitação dos professores não é problema, talvez seja necessário um melhor acompanhamento da metodologia aplicada pelos professores a ser realizado pelas especialistas.

Os dados de formação da escola comparados com o do Brasil, a escola está em vantagem, pois um dos desafios do Ensino Médio está relacionado com a docência no que diz respeito à formação superior. Em algumas regiões há *déficit* de profissionais para atuarem em determinadas disciplinas. Segundo dados da UNICEF (2014), para o país oferecer um ensino de qualidade terá que fazer um enorme investimento, pois quase a metade dos professores brasileiros ainda não tem a titulação necessária para atuar em sala de aula.

Outro fator de análise com relação ao trabalho docente é a carga horária exercida por eles. A tabela 17 apresenta a carga horária dos professores que atuam na escola.

Tabela 17 - Carga horária Semanal dos Professores (horas-aula mais horas para atividades. Sem considerar as aulas particulares)

Carga horária dos professores com um (1) cargo					
	Quantidade	01 a 12 h	12: 30 a 24 h	24: 30 a 36 h	36: 30 a... h
Masculino	05	20 %	40 %	20 %	20 %
Feminino	15	13 %	07 %	40 %	40 %

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do questionário dos professores – Agosto/2017.

Pelos dados da tabela, verifica-se que grande parte dos professores trabalha com um cargo completo (24 horas semanais), ou seja, 16 aulas por semana. Além dessa carga horária, muitos ultrapassam devido a ampliação com aulas de extensão ou exigência curricular. Segundo Costa (2013), o trabalho do professor do Ensino Médio perde em qualidade pelo fato de possuírem uma jornada de trabalho extensa em termos de horas dedicadas à docência, além das atividades extraclasse.

Tabela 18 - Carga horária Semanal dos Professores em Todas as Escolas em que Trabalha Atualmente (horas-aula mais horas para atividades. Sem considerar as aulas particulares)

Carga horária dos professores com 2 cargos					
	Quantidade	37: 00 a 39: 00 h	48: 00 a 49: 00 h	56: 30 h	67: 00 a 69: 00 h
Masculino	3	xxx	67 %	xxx	33 %
Feminino	7	29 %	14 %	43 %	14 %

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos professores – Agosto/2017.

Nota: Existem duas professoras com dois cargos, porém uma é aposentada em um dos cargos, por isso não aparece na tabela.

Percebe-se que a maioria dos professores trabalha com dois cargos ou com extensão de aula. Essa jornada dupla pode prejudicar muito a produtividade do professor, que após a segunda jornada pode interferir na qualidade do seu desempenho; para as mulheres às vezes se torna uma jornada tripla, dado os afazeres de casa (COSTA, 2013).

Quais os fatores que podem contribuir para o abandono escolar na visão dos professores? Essa é a próxima análise do questionário. O quadro 3 apresenta os fatores de maior influência que podem levar o aluno ao abandono na visão dos professores.

Quadro 3 - Fatores que Podem Levar os Alunos a Abandonarem na Visão dos Professores

Fatores	Quantidades
Trabalho / ajudar os pais na renda familiar / o aluno não consegue conciliar trabalho e estudo	10
Falta de perspectivas de futuro / desvalorização dos estudos / não acredita nos estudos (o estudo não trás retorno financeiro)	7
Desinteresse do aluno / falta de vontade	5
Falta de acompanhamento e incentivo da família	4
Falta de estruturar familiar	4
Fatores	Quantidades
Fator socioeconômico / meio social (falta de recurso financeiro) / ambiente em que vive	4
Dificuldade de aprendizagem	3
Falta de incentivo dos amigos / professores	2
Oportunidade de crescimento – melhoria de vida	2

Total	41
-------	----

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos professores – Agosto / 2017.

Nota: O total de professores que responderam o questionário foram 20, mas o total de resposta ultrapassa esse valor por que os professores apontaram mais de um fator.

Além dos fatores relacionados no quadro, para os professores ainda existem outros fatores que podem levar ao abandono, como: gravidez precoce, drogas, distorção idade/série, ir para outro país quando adulto, escola pouco atrativa (infra-estrutura inadequada, falta de laboratório, salas de jogos, biblioteca atualizada e tecnologia), falta de capacitação dos professores, número de faltas – alunos infrequentes, desmotivação dos professores, práticas avaliativas excludentes e ensino enciclopedista.

Ainda de acordo com os professores, alguns fatores contribuem mais, outros não contribuem para o abandono. A tabela 19 apresenta alguns desses fatores.

Tabela 19 - Fatores que Podem Contribuir ou não para o Abandono Escolar nesta Escola na Visão dos Professores

Fatores que podem contribuir ou não para o abandono escolar nesta escola.	Contribui muito	Contribui	Não contribui
Carência de infraestrutura física.	2	4	14
Carência ou ineficiência da supervisão, coordenação e orientação pedagógica.	0	4	16
Conteúdos curriculares inadequados às necessidades dos alunos	3	3	14
Não cumprimento dos conteúdos curriculares ao longo da trajetória escolar do aluno.	2	6	12
Sobrecarga de trabalho dos professores, dificultando o planejamento e o preparo das aulas.	2	1	17
Fatores que podem contribuir ou não para o abandono escolar nesta escola.	Contribui muito	Contribui	Não contribui
Insatisfação e desestímulo do professor com a carreira docente.	5	2	13
Falta de capacitação dos professores/funcionários.	3	3	14
Meio social em que o aluno vive.	7	13	0
Nível cultural/econômico dos pais dos alunos.	6	9	5
Falta de assistência e acompanhamento dos pais na vida escolar do aluno.	16	4	0
Baixa autoestima dos alunos.	8	12	0

Desinteresse e falta de esforço do aluno.	18	2	0
Indisciplina dos alunos em sala de aula.	9	8	3
Alto índice de faltas por parte dos alunos	11	8	1

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos professores – Agosto / 2017.

Dentre os fatores que podem contribuir para o abandono na visão dos professores, percebe-se que foram apontados fatores relacionados com os alunos e com a família, poucos reconheceram a influência do trabalho do professor e da equipe gestora com o abandono. Por esse motivo, é preciso fazer uma reflexão sobre o trabalho do professor, tão importante no processo ensino aprendizagem com qualidade. Nessa reflexão, reporta-se a Almeida (2010):

Os professores devem trabalhar com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a formar hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões, suas divergências e dúvidas, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seus pontos de vistas, (ALMEIDA, 2010, p. 38).

Será que o trabalho do professor tem ou não tem influência na decisão do aluno a abandonar? Fica evidente que o trabalho docente é primordial na qualidade da educação dos alunos. A autora reforça sobre o trabalho do gestor “o bom gestor indica caminhos, é sensível às necessidades da comunidade, desenvolve talentos, facilita o trabalho da equipe e, é claro, resolve problemas”, (ALMEIDA, 2010, p. 27).

Cabe comentar brevemente alguns desses fatores. De acordo com Camargos e Rios (2012, p. 10), “a condição sociocultural constitui fator preponderante para a conclusão dos estudos ou não, no Ensino Médio”. A fala dos autores está de acordo com o pensamento dos professores quando se refere ao meio social dos alunos e ao nível cultural dos pais. Portanto, a educação é precondição essencial para o combate às desigualdades e às injustiças sociais (CARNEIRO, 2012). Já a infrequência, essa sim pode ser determinante para o abandono escolar, pois o aluno que não frequenta as aulas não terá condições de acompanhar os seus colegas nas atividades propostas, que pode levar o aluno a se tornar indisciplinado, como aponta os professores. A baixa frequência na escola ocasiona altos índices de faltas

resultando em baixo rendimento escolar que é expresso nas notas baixas, consequentemente, há o desestímulo e o abandono (CAMARGO e RIOS, 2012).

As ações principais defendidas pelos professores estão justamente na recuperação contínua dos alunos, além das outras formas de recuperações (bimestral final e progressão parcial no ano seguinte). Outras ações foram citadas, tais como trabalhar mais em grupo ou dupla; manter um diálogo constante com os alunos; aulas atraentes; uso das tecnologias e outras situações que já foram apresentadas na seção sobre quais fatores contribuem para o abandono escolar.

No aspecto sobre a influência da reprovação no abandono escolar, há divergências de opinião. Alguns acreditam que a influência ocorra, portanto, realizam algumas das ações citadas; outros acham que não, pois o abandono depende de fatores externos à escola e também dos próprios alunos, como já mencionado. Fica claro que a escola não apresenta ações específicas com relação à reprovação, na verdade são ações comuns. Segundo Soares *et al.* (2015), o aluno precisa sentir que está aprendendo e que esse aprendizado lhe trará algum benefício em sua vida. A reprovação deve ser tratada como exceção e última opção no processo escolar; quando adotada, que seja por critérios bem explicitados e padronizados. De acordo com Aquino (2013), a reprovação traz desmotivação para o aluno e, quando reprovado, perde-se o interesse em repetir os mesmos conteúdos dos anos anteriores. No entanto, alguns professores afirmam que alguns alunos demonstram mais interesses no ano seguinte quando reprovados.

Outro fator discutido sobre a causa do abandono escolar é o problema da distorção idade/série. Conforme levantamento feito na secretaria escolar no ano de 2017, até o momento da pesquisa, essa taxa correspondia a 15,4 %, sendo maior nas turmas de 1º ano (17,7 %) contra 12,1 % no 2º ano. Na opinião dos professores também há discordância, a maioria acredita que a distorção não interfere na decisão do aluno, o que contraria as ideias dos pesquisadores Fritsch *et al.* (2014). Dentre as justificativas apresentadas pelos professores, está que a escola tem uma taxa pequena de distorção, pois a mesma tem procurado usar diversas ações para correção do fluxo e oferece diversas oportunidades de recuperação, evitando assim a reprovação que pode provocar a distorção. Além disso, destacam que a escola tem adotado sempre os projetos da SEE/MG que tratam do assunto ou encaminhado os alunos com idade definida pela legislação para as turmas de EJA.

Para alguns professores os alunos sentem-se envergonhados ao estudar com alunos na faixa correta e podem abandonar, mas outros acreditam na interação dos alunos e crescimento de todos, como se pode observar, ainda não há um consenso entre os professores.

Mas, diante dos fatos e dos dados, pergunta-se: o que os professores e a escola têm feito para melhorar a aprendizagem dos alunos e como consequência a redução da distorção idade/série, reprovação e abandono escolar? Além das ações adotadas pelos professores, não podemos esquecer-nos da necessidade de um currículo mais inovador, autêntico e intelectualmente estimulante para os jovens em situação de abandono (SOARES et al., 2015). Assim, é importante conhecer as ações desenvolvidas para que no PAE a ser proposto possamos melhorá-las ou acrescentar outras.

A tabela 20 apresenta as ações executadas pelos professores, pois a escola tem apresentado alta taxa de abandono no Ensino Médio. Por exemplo, em 2016, essa taxa foi de 8,18 %. Na sequência, será conhecida a frequência de utilização das ações realizadas em 2016 até a aplicação do questionário, o qual objetiva garantir a permanência do aluno na escola, ou seja, reduzir a taxa de abandono.

Tabela 20 - Ações Realizadas pelos Professores na Redução do Abandono Escolar

Ações Realizadas	Realizo com frequência	Realizo às vezes	Nunca realizo	Não respondeu
Uso do data-show ou vídeo.	2	14	3	1
Realizar projeto interdisciplinar.	5	13	1	1
Incentivar aos alunos a participarem dos projetos da escola.	16	3	0	1
Enviar comunicados aos familiares dos alunos.	7	11	1	1
Relacionar os conteúdos trabalhados com a realidade dos alunos.	16	3	0	1
Desenvolver atividades em grupo, em sala de aula, para que os alunos busquem soluções de problemas.	14	5	0	1
Desenvolver projetos temáticos com o objetivo de aprimorar as habilidades de trabalho em equipe.	8	11	0	1
Estimular os alunos a expressarem suas opiniões e a desenvolverem argumentos a partir de temas diversos.	17	2	0	1
Propor situações de aprendizagem que sejam familiares ou de interesse dos alunos.	9	10	0	1
Realizar apresentações (júri simulado, dança, música, etc.)	5	10	2	1
Usar as novas TICs (pesquisa na Internet / programas / aplicativos, ...)	3	15	1	1
Levar os alunos no laboratório de informática.	1	13	5	1
Usar filmes, desenhos animados ou documentários.	3	14	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do questionário dos professores – Agosto/2017.

Pela análise da tabela 20, praticamente todas as ações são realizadas pelo menos de vez em quando por todos os professores. Destaque para as ações de “Estimular os alunos a expressarem suas opiniões e a desenvolverem argumentos a partir de temas diversos”; de “Incentivar aos alunos a participarem dos projetos” e “Relacionar os conteúdos trabalhados com a realidade dos alunos” que foram as mais utilizadas pelos professores, ou seja, é uma preocupação dos professores que os alunos participem dos projetos da escola, além disso, que os conteúdos trabalhados estejam mais relacionados com sua realidade. O objetivo é preparar o aluno para ser agente de transformação da sociedade. Quando o aluno participa mais da escola acaba tendo um interesse maior pelos estudos. A postura do professor é fator determinante para o desejo dos alunos aprenderem cada vez mais,

sendo que um professor pode assassinar sonhos, fantasias e o desejo de buscar conhecimento (AQUINO, 2013).

Ao mesmo tempo, verifica-se na tabela ações que nunca foram realizadas pelos professores. Como já discutido, muitos professores não estão preparados para exercer com qualidade o seu papel como educador, o que acaba contribuindo para o fracasso escolar (AQUINO, 2013). Ações que merecem destaque são aquelas relacionadas ao uso das tecnologias, considerando o laboratório de informática, data show e vídeos. Ações que foram assinaladas como nunca utilizadas por alguns professores. Como não inserir os alunos de hoje no mundo das tecnologias? De acordo com Krawczyk (2009, p. 761), o desafio da escola “não é proteger os jovens dos recursos tecnológicos, mas sim prepará-los para a interação com eles”.

Além das ações apresentadas no questionário, outras foram citadas pelos professores, sendo elas: aulas voltadas para a realidade do aluno, ou seja, trabalhar de maneira diferenciada para atender aos alunos com dificuldades de aprendizagem; análise e estudo do conteúdo antes das aulas; planejamento e preparo para administrar o conteúdo a ser trabalhado; atividades atraentes e desafiadoras; atividades diferenciadas de acordo com o nível do aluno, principalmente nas avaliações.

Nesse sentido, a escola precisa adaptar-se e adotar as novas tendências do mundo atual para que possa garantir a permanência dos alunos e não podemos fugir dessa responsabilidade; Tal como Tilly (2016), caso contrário, a escola continuará favorecendo a desigualdade baseada no conhecimento, assim como está acontecendo no mundo contemporâneo.

Além de responderem sobre suas ações, os professores também foram questionados sobre as ações da escola: as já trabalhadas e as possíveis ações de serem desenvolvidas. Ressalta-se que a escola precisa conhecer o que acontece no seu entorno para compreender melhor o(s) motivo(s) que levam os alunos a decidirem ou não pelo abandono. E, partindo dessa compreensão, buscar cada vez mais estratégias diferenciadas para o enfrentamento do problema.

A tabela 21 apresenta uma visão geral das ações e suas influências na visão dos professores com relação ao abandono. A pergunta realizada foi: em sua opinião, que tipo de ação da escola ajudaria a amenizar ou reduzir o abandono escolar?

Tabela 21 - Ações da Escola que Ajudariam a Amenizar ou Reduzir o Abandono Escolar na Visão dos Professores

Ações	Sim	Não	Em parte
Desenvolver projetos interdisciplinares	13	1	6
Realizar palestras de incentivo e importância do estudo	18	0	2
Realizar projetos/eventos para as famílias aproximando-as da escola	17	0	3
Discutir e aperfeiçoar as estratégias de recuperação para os alunos	13	0	7
Enturmar os alunos de forma heterogênea	9	4	7
Comunicar aos órgãos competentes as ausências dos alunos e cobrar providências.	19	0	1
Aderir aos projetos da SEE para melhorar a aprendizagem e reduzir a distorção idade/série	13	0	7
Apoio da equipe gestora aos professores no preparo das aulas / planejamentos	15	2	3

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados do questionário dos professores – Agosto/2017.

A maioria dos professores acredita que as ações constante da tabela ajudariam a escola a reduzir, ou pelo menos amenizar, o problema do abandono escolar. Algumas ações são do conhecimento dos professores e, na visão deles, apesar de elas ajudarem no combate ao abandono, elas precisam melhorar em alguns aspectos. Outras ações relacionadas pelos professores e que a escola não pode deixar de realizar: participação direta dos pais na escola; não abrir mão das reuniões; visitar periodicamente as famílias; acompanhamento da frequência semanal e valorização da educação. Há uma divergência maior entre os professores com relação à enturmação dos alunos de forma heterogênea. Professores que se colocam na defesa de que concordam “em parte” é porque acreditam que o aluno pode se sentir bem e ter um bom relacionamento com os colegas e, desse modo, sentir-se motivado. Por outro lado, os professores que defendem a não realização de turmas heterogêneas justificam que não é possível respeitar a particularidade de cada um e devido a faixa etária diferente, o aluno pode sentir-se inferior. E, além disso, não há a realização de trabalhos individualizados e diferentes pelo professor. Além das ações citadas, existem outras, por exemplo: a correção de fluxos por meio dos projetos da SEE/MG, a formação de turmas de Aceleração de Aprendizagem e a Educação de Jovens e Adultos (EJA); ações essas ligadas à distorção idade/série. Vale ressaltar que, mesmo em turmas consideradas homogêneas, temos

especificidades entre os alunos. De maneira geral, com relação aos demais itens “em parte” várias situações já foram colocadas: o desinteresse do aluno, o apoio da família e a própria política educacional que precisa melhorar no que se refere à qualidade do ensino.

Corrobora-se, aqui, com a ideia de Krawczyk (2009, p. 765), de que “o trabalho e a construção do saber na escola têm que reconhecer a existência desse sujeito, para o qual a relação entre passado, presente e futuro é bastante diferente do que a escola sempre se propôs a articular”. Por isso, muitas das vezes, o trabalho de aprendizagem, reprovação, distorção idade/série não dependem somente da escola, de seus professores e sim dos órgãos competentes e suas políticas educacionais. Cabe à população realizar as cobranças necessárias para que de fatos todos possam oferecer uma educação de qualidade humana.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

O PAE apresentado neste capítulo foi elaborado com foco na necessidade de estabelecer ações para reduzir ou amenizar os índices de abandono escolar no Ensino Médio regular da Escola Estadual Constâncio Correia de Alvarenga. O objetivo do PAE é ajudar a equipe gestora da escola na resolução do problema pesquisado – o abandono escolar.

As ações pensadas servirão de subsídio para que as taxas de abandono sejam reduzidas e, espera-se, que tais ações possam contribuir para implantação de uma política educacional de enfrentamento ao abandono escolar, problema que traz grandes desafios para a escola. Vale ressaltar que essas ações poderão ajudar a resolver outros problemas do Ensino Médio, como a reprovação e a distorção idade/série.

Ao pensar num plano de ação é preciso refletir sobre o papel da escola, pois essa só terá sentido para o aluno se ela propiciar significado para eles. É preciso que a escola forneça habilidades múltiplas, tornando os alunos reflexivos e capazes de enfrentar o mundo contemporâneo. Não se espera uma escola voltada somente para o mercado de trabalho. Outro fator importante é a relação escola / professor / aluno, seja nas condições de trabalho ou nas relações humanas (KRAWCZYK, 2009). Não se pode esquecer do papel da equipe gestora, pois a forma como o gestor se posiciona na escola exerce grande influência sobre como se dão as relações interpessoais. Para Almeida (2010), o entendimento de alunos, pais, funcionários e, sobretudo, dos próprios gestores sobre seus papéis no cotidiano escolar é decisivo para determinar a qualidade da instituição. Assim, a parceria entre o gestor e o supervisor pedagógico é uma das mais relevantes condições na construção de uma escola de qualidade. Eles precisam estar afinados, já que o grande foco é a aprendizagem dos alunos.

Para verificar a eficácia do plano de ação, é preciso avaliá-lo. A avaliação será ao final de cada bimestre escolar, durante a realização e conclusão das ações traçadas neste plano e sob o olhar da equipe pedagógica, docentes, alunos e familiares. Será realizada com base nos dados quantitativos sobre frequência, rendimento e permanência do aluno na escola, de modo interdisciplinar e baseada

na gestão democrática com a participação de todos que fazem parte do contexto escolar.

O combate ao abandono escolar deve ser um compromisso não só dos educadores, mas de toda a sociedade, criando oportunidades capazes de minimizar as dificuldades enfrentadas pelo alunado e suas famílias quanto ao acesso, permanência e seguimento nos estudos nos anos seguintes.

Nesse sentido, o plano de ação é composto por quatro pequenos projetos, a saber: Projeto 1 – Ensino Médio em Ação - Promovendo a equidade no Ensino Médio regular; Projeto 2 – Redimensionando o trabalho docente; Projeto 3 – Ficha para Alunos infrequentes e visitas domiciliares; Projeto 4 – 1º Encontro da Escola Constâncio sobre abandono escolar.

O PAE em questão busca responder às perguntas feitas sobre as causas do abandono escolar no Ensino Médio regular estabelecendo estratégias para diminuí-lo, pois o jovem do Ensino Médio precisa de atenção, de incentivo, de um ensino atraente e que difere pela qualidade (CAMARGOS e RIOS, 2012). Por se tratar de um plano que pode se tornar permanente na escola, o tempo de execução de cada ação dependerá do planejamento anual, semestral e bimestral da escola. Entretanto, inicialmente parte-se de um cronograma provisório.

3.1 Ensino Médio em Ação – Promovendo a Equidade no Ensino Médio Regular

Com base nos resultados de análise da pesquisa, os fatores que mais contribuem para o abandono escolar é o desinteresse do aluno pelos estudos, a necessidade de trabalhar, a falta de apoio familiar e dificuldade de aprendizagem. Além desses fatores, há o problema da reprovação. Outra questão está ligada à situação socioeconômica, pois várias famílias recebem bolsa família e a renda familiar é menor que dois salários mínimos. Os estudos demonstram que os alunos da classe popular tendem a abandonar a escola com mais frequência ou sofrem sucessivas reprovações.

A pesquisa demonstrou que os alunos não têm uma perspectiva de futuro e não valorizam a educação, fato observado na fala dos alunos, dos professores e da equipe pedagógica. Mesmo que os alunos não acreditem muito na possibilidade de melhorar de vida por meio dos estudos, de acordo com a pesquisa, eles pretendem

continuar estudando, mas também querem trabalhar. Pela pouca valorização dos estudos, a participação dos alunos nos projetos da escola e da SEE/MG não é efetiva. Percebe-se que é necessário um maior envolvimento dos alunos com a escola, principalmente com relação ao uso da tecnologia, do mesmo modo, o uso dessa tecnologia para oportunizar a comunicação.

Constatou-se que não há na escola um banco de dados com as informações dos alunos e seus familiares. Um arquivo com as taxas de reprovação, distorção e abandono de todos os alunos, nem dos alunos com perfil de abandono escolar ou ainda aqueles que já abandonaram; assim como não há também do acompanhamento do rendimento escolar.

Despertar o interesse pelos estudos é um grande desafio. Um dos passos é conscientizar o aluno sobre a importância dos estudos, do valor que tem o conhecimento para a sua vida, para o alcance dos seus objetivos, para as necessidades e uma melhor colocação no mercado de trabalho. Assim, é preciso a promoção da equidade no Ensino Médio. Nesse sentido, quatro pequenos projetos, com várias ações, foram pensados para oportunizar ao aluno ter sucesso em sua vida estudantil.

O primeiro projeto trata de algumas ações no Ensino Médio com o objetivo de promover a equidade nessa etapa de ensino.

Uma das ações é a realização do diagnóstico das dificuldades de aprendizagem e um levantamento do perfil socioeconômico dos alunos e de seus familiares. Tanto para escola como para o professor, é de suma importância conhecer o perfil dos alunos, da sua família e as dificuldades de aprendizagem deles e trabalhar no sentido de saná-las. No início do ano letivo (2018) será aplicada uma avaliação diagnóstica nas turmas do 1º e 2º ano e, na sequência dos anos letivos, nas turmas de 1º ano. O objetivo é que o professor possa conhecer o aluno que está chegando ao Ensino Médio. As provas serão elaboradas com base nos Conteúdo Básico Comum (CBC) de Minas Geras. Na oportunidade, será também aplicado um questionário socioeconômico. Se o aluno não consegue acompanhar os colegas, acaba desistindo de estudar e abandona a escola.

Após a aplicação das avaliações e questionário, a equipe de gestão deverá tabular esses dados, construir um banco com essas informações e, posteriormente, essas devem ser compartilhadas e estudadas envolvendo todos. Cada aluno deverá

ter uma pasta com os documentos arquivados para estudos futuros. É essencial a realização de um acompanhamento mais sistemático pelos supervisores e professores dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e que tenham um histórico de reprovação e abandono.

Além de trabalhar as dificuldades dos alunos (maior detalhes no item 3.2), o aluno deve sentir-se interessado em estudar e fazer parte da escola. A SEE/MG vem implantando projetos que valorizam a participação da juventude no cotidiano escolar. Nesse caso, é importante que a escola tenha a preocupação de inserir os jovens no seu trabalho cotidiano. Um desses trabalhos é a realização de projetos próprios da escola ou SEE. Para inserir esses jovens é preciso ouvi-los por meio das rodas de conversas e, em outros momentos, trabalhar com comissão de alunos por meio dos representantes de turma. Quando o aluno participa da organização das propostas, ele sente-se parte da escola e acaba tendo mais interesse por ela. O aluno ao participar de eventos escolares está se preparando melhor para o prosseguimento de estudos e/ou inserção no mercado de trabalho

Conforme relatado anteriormente, os alunos não tem perspectiva de futuro. Assim, a próxima ação é intitulada “Planejando o Futuro”. Para que o sucesso aconteça é preciso planejar, nada é por acaso. Cabe à escola ser atrativa e mudar essa visão dos alunos. Para mudar a perspectiva dos alunos será realizada uma palestra com tema bem específico “Planejando o Futuro” e outras voltadas para a realidade do aluno tendo em consideração os seus interesses. Tratando-se de futuro, despertar o interesse por uma profissão é um caminho para aperfeiçoar os estudos. Desse modo, propõe-se a visitação a universidades e/ou faculdades, fazendo com que o aluno não desista de estudar e prossiga os estudos aproveitando que a cidade oferece transporte para a cidade vizinha, a qual oferece a possibilidade de cursar um curso técnico ou superior.

Ainda pensado nessa perspectiva de futuro, sugere-se a utilização ferramenta “Cinema para Educar”, ou seja, trabalhar com os alunos alguns filmes que os levem a refletir sobre a importância do estudo e também o combate ao abandono escolar. Para tal, deve-se pensar em um trabalho interdisciplinar. Na sequência da exibição dos filmes deve ocorrer um debate sobre o assunto. Dependendo do interesse dos professores, o filme poderá ser usado nas diversas disciplinas curriculares e de acordo com o conteúdo que está sendo trabalhado.

Finalizando o projeto, a próxima ação está relacionada com a importância de se trabalhar com TCIs. Percebeu-se a necessidade de aproveitar melhor o laboratório de informática da escola, já que é um assunto de interesse dos alunos quando se fala do uso da internet. Todo trabalho de garantir a permanência do aluno na escola deve contar com as possibilidades oferecidas pelas TCIs.

Os alunos do Ensino Médio, devido a sua maturidade, são capazes de exercer sozinhos algumas tarefas ou necessitam de um acompanhamento mais restrito do professor. Pensando nesse jovem contemporâneo e que gosta da tecnologia, a próxima ação é a construção de um ambiente virtual para a divulgação dos projetos da escola. A participação dos alunos nessa ação com certeza irá incentivá-los a permanecer na escola. Esse ambiente virtual deverá ser mantido pelos alunos e professores, será um espaço de divulgação dos trabalhos dos alunos, dos eventos da escola e da comunidade. E por que não um meio de comunicação entre todos os envolvidos no processo escolar? Incluindo-se os pais dos alunos. Se a escola acreditar nessa possibilidade e confiar no potencial dos jovens (alunos), é possível colocar em prática o funcionamento do laboratório de informática e num futuro próximo ele poder ser utilizado, inclusive, pelos pais.

Esse espaço virtual será coordenado por uma comissão de alunos e professores, deixando claro o objetivo do mesmo e o que pode ou não ser postado nesse ambiente. Para formar a comissão, será feito um diagnóstico com os alunos que tenham potencial e conhecimento necessário para construir e manter o ambiente. Gradativamente deve-se incentivar a participação de todos os alunos do Ensino Médio.

Além desse ambiente virtual, é possível aproveitar melhor o laboratório de informática da escola realizando as seguintes tarefas: aula de conhecimento básico de informática para os alunos no contraturno e aproveitando servidor e aluno que tenham conhecimento na área de informática; com relação aos alunos, fazer um levantamento daqueles que queiram participar do projeto, ampliando seu conhecimento e/ou compartilhando com outros colegas; dividir os alunos, aqueles interessados em aprender, em grupos de acordo com o nível de conhecimento (iniciante – básico e avançado). A escola deve contar com a participação do professor da biblioteca disponibilizando 2:00 h do seu horário no turno noturno para

acompanhar os alunos na sala de informática - quando não tiver professor responsável.

Espera-se, assim, ao final do ano letivo, que a escola consiga reduzir as taxas de reprovação, distorção idade/série e de abandono escolar. Além do trabalho de conscientização dos alunos, que os mesmos tenham a capacidade de reconhecer e valorizar mais o ensino que recebem. Que o aluno adquira conhecimento, participe mais dos projetos da escola e contribua com seu talento para ajudar os colegas e a escola. Que possa ter outro olhar diferente sobre o seu futuro e reconheça a contribuição da escola em sua vida, pois o objetivo é prepará-lo para enfrentar os obstáculos da vida real e promover a equidade no ensino.

As ações para esse projeto estão sintetizadas no quadro 4.

Quadro 4: Ensino Médio em Ação – Promovendo a Equidade no Ensino Médio Regular

(continua)

O quê será feito?	Por quê? (justificativa)	Onde será feito? (local)	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos)
1 - Diagnóstico das dificuldades de aprendizagem e pesquisa do perfil socioeconômico do aluno.	- Conhecer as habilidades e competências não consolidadas no EF; - Para a escola conhecer um pouco o perfil socioeconômico do aluno e de sua família.	Salas de aula das turmas de 1º e 2º ano.	Direção, Supervisores pedagógicos e professores de Língua Portuguesa e Matemática com apoio dos demais.	Mês de fevereiro e março de 2018 para as turmas do 1º e 2º ano e nos anos seguintes com as turmas de 1º ano.	- Aplicação de avaliação diagnóstica com referência ao CBC (Minas Gerais); - Aplicação do questionário socioeconômico nos moldes das provas citadas acima ou a escola poderá elaborar o seu.	- Recurso próprio da escola de manutenção e custeio (cx); - Recursos do PROEMI (se a escola receber, pois o cadastro já foi feito)
2 - Construção de um banco de dados.	- Para que todos tenham as informações dos alunos e de sua família com o objetivo de acompanhar o rendimento do aluno.	Na escola.	Supervisores pedagógicos e professores de Língua Portuguesa e Matemática.	Março / 2018 para as turmas do 1º e 2º ano e nos anos seguintes com as turmas de 1º ano.	- Tabular os dados das respostas dos alunos através de gráficos (por aluno e por turma); - Organizar uma pasta com as avaliações e o questionário do aluno e os resultados obtidos; - Para os alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem montar um banco de dados com os resultados destacando as habilidades e competências não consolidadas. - Fazer o acompanhamento do aluno de seu rendimento/fluxo escolar (reprovação, abandono).	Recurso próprio da escola de manutenção e custeio (cx).

(continua)

O quê será feito?	Por quê? (justificativa)	Onde será feito? (local)	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos)
3 - Maior participação nos projetos da escola e Implementação das ações da SEE/MG relacionadas à da Virada da Educação.	- Envolver os alunos do EM nos projetos para que os mesmos sejam protagonistas nos eventos realizados pela escola; - Colocar em prática as ações da SEE/MG que trata do protagonismo juvenil.	Na escola.	Equipe de gestão, professores e funcionários.	- Iniciar em abril e continuar com ações durante o ano letivo.	- Realizar roda de conversas com os alunos do EM; - Verificar a necessidade de escolher novos representantes de turmas feitas no final deste ano; - Formar uma comissão de alunos para ajudar a organizar os projetos e ações da escola.	Sem custo.
4 - Planejando o futuro	- Incentivar os alunos a ter uma perspectiva de vida, olhar de forma diferente o futuro e que possa valorizar mais os estudos; - Para que o aluno possa ter uma visão de qual profissão seguir.	- Quadra da escola; - sala de supervisão; - Faculdades e/ou Universidades vizinhas.	- Direção, Secretária, Supervisores pedagógicos e ATB financeiro.	- 1º bimestre; - Mensalmente; - Durante o ano letivo.	- Realizar palestra temática: "Planejando o Futuro" com profissional que possa levar o aluno a ter uma visão melhor de seu futuro e dê importância aos estudos; - Realizar orientação educacional uma vez por mês (de acordo com a necessidade do aluno) e teste vocacional para os alunos do 2º ano; - Realizar palestras com outros profissionais, ouvindo a opinião dos alunos quais temas devem ser abordados; - Visitas as Faculdades e ou Universidades próximas do município.	- Recurso próprio da escola de manutenção e custeio (cx), contribuição dos alunos (viagem) e buscar parceria com a prefeitura municipal (transporte). - Enviar ofício a SRE solicitando recurso para as ações planejadas; - Recursos do PROEMI (se a escola receber, pois o cadastro já foi feito).

(conclusão)

O quê será feito?	Por quê? (justificativa)	Onde será feito? (local)	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos)
5 - Cinema para Educar.	- Trabalhar com filmes que leve o aluno a conscientizar –se da importância do estudo; - Ouvir a opinião dos alunos sobre o tema em estudo.	Na escola (preparar uma sala de aula)	Supervisores pedagógicos, professores da biblioteca e professores.	Um filme por bimestre.	- Cinema escolar com filmes que trata de assuntos relacionados com a vida estudantil e que mostre a importância do estudo, evitando assim o abandono; - Exemplos de filme: - I - “Nunca me Sonharam” – Cacau Rhoden – brasileiro (2017); - II - “Nenhum a Menos” – Zhang Yimou – chinês (1999). - Disponível no You tube; - Realizar roda de conversa sobre o filme; - Utilizar também os vídeos sugeridos para a Virada da Educação 2017 (Anexo B)	Sem custo.
6 - Construção de um ambiente virtual	- Oportunizar aos alunos e pais acesso ao laboratório de informática e ao conhecimento; capacitação tecnológica; - Facilitar a comunicação entre a escola, professores, alunos e pais; - Melhor aproveitamento do laboratório de informática e aproximar os alunos das novas TICs.	Laboratório de informática da escola.	Comissão mantenedora.	A partir de abril de 2018, trabalho permanente.	- Realizar aula de conhecimento sobre informática para os alunos no contra turno aproveitando servidor e aluno que tenha conhecimento na área de informática; - Fazer um levantamento dos alunos que queiram participar do projeto. - Criar um ambiente virtual para a escola (site, blog, etc) com objetivo de divulgar as ações da instituição e também que sirva de canal de comunicação; - Formar uma comissão com alunos e professores para planejamento e manutenção desse canal; - Disponibilizar 2 h do horário do professor da biblioteca no noturno; - No decorrer do projeto ampliar a utilização do laboratório de informática para os pais dos alunos.	- Recurso próprio da escola de manutenção e custeio (cx).

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa qualitativa

3.2 Redimensionando o Trabalho Docente

Com base na análise dos dados da pesquisa, detectaram-se altas taxas de abandono escolar, reprovação e distorção idade/série no Ensino Médio regular. Além dessas taxas, foram apontados alguns fatores que podem influenciá-las e como a gestão vem trabalhando para enfrentar essas questões. Também foi possível fazer uma reflexão sobre a prática do professor. A pesquisa mostrou que o jovem de hoje é bem diferente de tempos anteriores, portanto, o trabalho do professor tem que atender essa nova demanda. Na visão dos alunos, os professores precisam melhorar suas aulas, diversificando-as e tornando-as mais atrativas. Um dos pontos de exigência é o uso das TCIs e do laboratório de informática. Para atender essas novas exigências, é preciso aperfeiçoar a prática do professor em sala de aula, proporcionando aos alunos aulas mais motivadoras. Nota-se que a escola precisa de uma reorganização do horário de atividade extraclasse.

A partir dos resultados da pesquisa, faz-se necessário que todos os servidores da escola, os pais e comunidade local conheçam os resultados da escola no que se refere às taxas de aprovação, reprovação, distorção idade/série e abandono no Ensino Médio regular, fazendo uma comparação entre as taxas Nacional e Estadual (MG). É de extrema importância que todos tenham conhecimento dessas taxas e ao mesmo tempo conheçam as ações desenvolvidas pela escola. Assim, juntos todos possam enfrentar os desafios apontados por esse nível de ensino.

A proposta é de um levantamento anual dessas taxas e posterior compartilhamento com todos: direção, funcionários, professores, alunos e pais. Portanto, essa ação propõe que no início do ano letivo a escola, por meio da equipe gestora, realize um levantamento das taxas citadas. Após esse levantamento, é hora de compartilhar as informações. Para os professores serão apresentadas e discutidas nas reuniões de modulo II e nas horas destinadas às atividades extraclasse; para os demais servidores nas reuniões setoriais, definindo as metas e estratégias para reduzi-las. Também essa discussão deverá acontecer com os alunos em reuniões separadas dando atenção ao 1º e a 2º ano do Ensino Médio regular.

O trabalho escolar não caminha sozinho, sendo imprescindível a parceria da escola com os pais e comunidade. Também é uma das estratégias apresentar o levantamento feito e as metas propostas por meio de um folder. Se a escola simplesmente repassar essas informações na reunião de pais, elas acabam no esquecimento, pois os pais não vão memorizar essas taxas e as metas definidas pela escola.

O trabalho do professor tem um peso grande no fracasso ou sucesso na aprendizagem do aluno, principalmente no que diz respeito às metodologias aplicadas e à capacidade de diversificar suas aulas. Nesse sentido, o Projeto 2 propõe a ação de reorganização das horas de atividade extraclasse e Módulo II. No cumprimento dessas horas, é o momento ideal para analisar as taxas de reprovação, distorção e abandono, assistir vídeos que tratam do assunto, planejar coletivamente as ações e projetos da escola, conhecer melhor o acervo da biblioteca e os equipamentos disponíveis (principalmente os novos na escola). É hora de fazer uma reflexão sobre as ações da escola para enfrentamento dos problemas apontados. É uma excelente oportunidade para o professor repensar sua prática pedagógica. Quem é meu aluno hoje? Como estou desenvolvendo meu trabalho? Estou atendendo as particularidades dos alunos? Dentre outras reflexões.

As especialistas em conjunto com a gestão escolar deverão organizar cronograma de cumprimento das horas de atividade extraclasse e do módulo II. É de responsabilidade das supervisoras coordenar e acompanhar se o professor - ou grupo de professores - estão comparecendo e preparando atividades diferenciadas ou planejando melhor suas aulas. É importante que a equipe defina horário para cada assunto, separando tempo para as ações administrativas e ações pedagógicas (módulo II).

A equipe de supervisão deverá elaborar o cronograma de modo que todos os professores possam participar ou organizar horário diferenciado para atender e discutir temas específicos. Os encontros poderão ser por turma, por turno ou por nível de ensino; ou ainda áreas de conhecimento, dependendo do assunto em discussão.

Acerca do horário de atividades extraclasse, cada um cumpre no horário que preferir, não havendo aquele um momento de equipe. Nesse sentido que se pensa a reorganização desses horários para que os professores possam também estar

juntos como especificado anteriormente: por área de conhecimento, turma, turno, etc. Nesses momentos as informações poderão ser compartilhadas e as trocas de experiências podem acontecer.

Tal como demonstrou a pesquisa, alguns professores nunca usaram a sala de informática, pois não possuem conhecimentos necessários ou demonstram insegurança de usá-la; apresentam também dificuldades com outras tecnologias. Ainda dentro da ação de organização, deve-se aproveitar parte do tempo da capacitação para a área de informática, contando com o apoio dos colegas professores ou dos alunos (como relatado no primeiro projeto) conhecedores da área. O professor ao adquirir conhecimentos na área da informática terá condições de diversificar suas aulas, tornando o Ensino Médio mais atraente e relacionando com o cotidiano do aluno, pois são ferramentas que eles dominam bem (internet).

Outra tarefa a ser executada dentro dessa ação é a revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. A proposta é definir com clareza as ações de combate ao abandono escolar, de redução das reprovações e diminuição das taxas de distorção idade/série; também os procedimentos da escola quando o aluno retorna aos estudos, garantindo assim a permanência do aluno com aprendizagem significativa. A revisão do PPP oportuniza a todos conhecerem o trabalho a ser desenvolvido pela escola.

A terceira ação relacionada com o Projeto 2 procura definir estratégias de acompanhamento pedagógico ou reforço escolar. O objetivo é consolidar as habilidades e competências não consolidadas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (1º ano), pois um dos fatores apontados como influência no abandono é a dificuldade de aprendizagem (conforme relatado no Projeto 1). Cabe aqui discutir estratégias que possam contribuir para ampliar a aprendizagem dos alunos: que o professor tenha sensibilidade de elaborar atividades diferenciadas para atender os alunos com dificuldades com base na aplicação dos testes de Língua Portuguesa e Matemática, assim aplicar avaliações em consonância com o trabalho realizado. Dado que o maior número de aulas são de Língua Portuguesa e Matemática, que os professores dessas disciplinas procurem estabelecer um cronograma de aula para trabalhar as dificuldades; é preciso separar os alunos por grupo de dificuldades. Quando for administrar aula específica, os professores devem contar o apoio do professor que atua na biblioteca, ou seja, quando estiver na sala com um grupo de

aluno, o outro grupo ficará na biblioteca ou na sala de informática com atividades relacionadas com a matéria. Esse trabalho deve ter o apoio de todos os professores do Ensino Médio. O professor deverá conscientizar os alunos com relação a sua própria aprendizagem, incentivando-o a procurar a biblioteca para realizar atividades extras em grupo, pelo menos duas vezes por semana. Solicitar que o aluno pesquise na internet sobre o conteúdo trabalhado, que pode ser individual ou em grupo, caso não tenha computador em casa use os da escola (ação discutida no projeto 1). Outra sugestão é trabalhar em grupo na sala de aula com alunos heterogêneos para que um ajude o outro e o conhecimento seja compartilhado. Para tal, é preciso à intervenção do professor ao formar os grupos e esclarecer o objetivo de tal ação.

A partir da organização desses horários, espera-se que os problemas possam ser discutidos ao longo do ano letivo. Por exemplo, no caso das reprovações, não deixar para o final do ano. É preciso discutir a situação dos alunos com riscos de reprovação e propor intervenções imediatas. Assim deve ser durante o ano letivo, com todos os problemas que vão surgindo, sendo as discussões das estratégias em conjunto e as tomadas de decisão democráticas.

As ações para esse projeto estão sintetizadas no quadro 5:

Quadro 5: Redimensionando o Trabalho Docente

O quê será feito?	Por quê? (justificativa)	Onde será feito? (local)	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos)
1 – Diagnóstico anual das taxas de reprovação, distorção e abandono no Ensino Médio.	Conhecer as taxas da escola das turmas do Ensino Médio para estabelecer metas e ações de redução dessas taxas.	Secretaria escolar e sala da supervisão.	Direção (vice-diretor), secretária e supervisor pedagógico.	- Fevereiro de 2018, final do ano letivo e no início do ano letivo a cada ano; - Nas reuniões de Módulo II; - Na primeira reunião com os pais.	- Levantamento nos documentos da Secretaria Escolar e busca em site da SEE/MG e órgãos do governo federal; - Construção de planilha ou gráficos com os dados pesquisados; - Estabelecimento de metas de acordo com as taxas levantadas para reduzi-las; - Montar folder para repassar aos pais as taxas e metas definidas; - Relacionar estas taxas com o diagnóstico feito com os alunos.	Recurso próprio da escola de manutenção e custeio (cx).
2 - Reorganização do horário de atividade extraclasse.	Melhor aproveitamento das horas dedicadas às atividades extraclasse e Módulo II.	Na escola	Direção, Secretária, Supervisores pedagógicos, professores e alunos voluntários.	A partir de fevereiro de 2018 e durante todo o ano letivo.	- Discutir o levantamento feito das taxas de reprovação, distorção e abandono; - Assistir documentários sobre o tema, por exemplo, depoimento das gestoras: Maria Deusilene de São Miguel do Tapuio (Pi) e Ângela Maria de Vila Velha (ES); - Curso de aperfeiçoamento na área de informática aproveitando o potencial do professor da própria escola e aluno voluntário; - Revisão do PPP da escola e definir ações de combate ao abandono escolar; - Realizar coletivamente os projetos da escola e elaboração de aulas mais atrativas para os alunos;	Sem custo.

					- Conhecer melhor o acervo e materiais/equipamentos da escola.	
O quê será feito?	Por quê? (justificativa)	Onde será feito? (local)	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos)
3 - Reforço escolar e/ou acompanhamento pedagógico.	Que o aluno possa acompanhar melhor os conteúdos curriculares do 1º e 2º ano (2018) e 1º ano (a partir de 2019), diminuindo a reprovação e o abandono por desinteresse.	Na escola	Supervisores pedagógicos, professores da biblioteca e professores de Língua Portuguesa, Matemática com o apoio dos demais.	A partir do diagnóstico feito com os alunos (quadro 7, item 1) e durante todo o ano letivo.	- Preparar atividades diferenciadas para consolidar as habilidades e competências diagnosticadas na aplicação das provas; - De acordo com as deficiências diagnosticadas separar um número relativo de aulas para trabalhar essas necessidades dividindo a turma em grupo. Grupo 1 – na sala de aula com o professor com atividades específicas; Grupo 2 - os alunos que não precise do reforço ficar aos cuidados do professor da biblioteca com outras atividades; - Trabalhar mais em grupo em sala de aula com alunos heterogêneos para compartilhar conhecimento; - Formar grupos de acordo com as habilidades não consolidadas com atividades diferenciadas e que os mesmos possam comparecer a biblioteca da escola pelos menos duas vezes por semana, no contra turno (professor da biblioteca); - Solicitar aos alunos que pesquisa na internet sobre o tema em estudo utilizando o laboratório de informática da escola no contra turno (professor da biblioteca ou aluno voluntário).	Recurso próprio da escola de manutenção e custeio (cx). - Recursos do PROEMI (se a escola receber, pois o cadastro já foi feito).

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa qualitativa

3.3 Ficha para Alunos Infrequentes e Visitas Domiciliares

Por meio dos estudos realizados, observou-se que a infrequência influencia na decisão dos alunos em abandonarem os estudos. Como foi apresentado no decorrer do trabalho, todos os alunos que abandonaram apresentaram altos índices de faltas durante o ano letivo. Como o objetivo da escola é garantir a permanência do aluno, é preciso pensar nas ações realizadas por ela nesse sentido, fazer uma reflexão de seus resultados.

A pesquisa apontou que boa parte dos alunos abandona a escola pelo desinteresse em estudar ou por necessidade de trabalhar; aliado a esses pontos começam a faltar e em seguida desistem do estudo. Por isso o 3º Projeto propõe o acompanhamento de perto da frequência dos alunos com atenção especial àqueles que apresentam o perfil de abandono. Além desse acompanhamento, realizar visita domiciliar assim que for comprovado o excesso de faltas.

O acompanhamento sistematizado das faltas dos alunos e a visita à família com certeza trarão melhores resultados do que as ações até aqui realizadas, assim como, o envio de comunicado aos pais e solicitação de comparecimento à escola. Durante a entrevista a um aluno que abandonou a escola, foi relatado que “se alguém da escola tivesse me visitado assim que comecei a faltar, talvez não tivesse abandonado a escola e teria a oportunidade de falar do meu problema” (Aluno X, entrevista realizada em setembro/2017). Com o depoimento desse aluno, fica evidente a importância de visitar os alunos antes que se caracterize o abandono.

A pesquisa nos documentos da escola e as entrevistas permitiram identificar que não há uma ficha de controle das faltas dos alunos e das ações propostas para resgate dos mesmos quando do abandono escolar. O registro é feito no livro de ocorrência e comunicado aos pais, sendo arquivado após assinatura.

Pensando em melhorar essa estratégia da escola, apresenta-se a sugestão de uma ficha de acompanhamento das faltas dos alunos e de todos os registros das ações realizadas para garantir a permanência deles na escola. A equipe gestora, a cada 15 dias, fará um levantamento das faltas dos alunos junto aos professores. Caso comprove que o aluno está faltando muito e a família não justificou a sua ausência, será preenchida uma ficha com os dados do aluno e da família; na sequência, deve-se relatar os encaminhamentos feitos, os resultados alcançados, as

novas medidas caso seja necessário e a procura do conselho tutelar - última alternativa. Nesse acompanhamento, o gestor e sua equipe devem mostrar a sua preocupação com o abandono.

É importante a presença do gestor visitando a sala de aula de vez em quando, procurando saber quem está faltando e porquê. Outra medida é afixar cartazes no pátio demonstrando a preocupação da escola com os alunos faltosos.

As visitas à família do aluno infrequente acontecerá quando a primeira medida for tomada, ou seja, após enviar um comunicado para os pais e o aluno não retornar para a escola. Dependendo do aluno e do perfil do mesmo, pode ocorrer primeiro a visita sem envio de comunicado. A visita consiste em descobrir as causas da ausência do aluno. A visita à família pode ser feita pela equipe de gestão ou pelos alunos da escola, colegas de turma ou ainda pelos representantes de turmas, pois com a presença dos colegas o aluno terá mais liberdade de expor seus problemas e, talvez, os próprios colegas convençam-no a retornar aos estudos. Se a visita for feita pelos alunos e o aluno faltoso não retornar à escola, a equipe de gestão poderá realizar a segunda visita na tentativa de resgatar esse aluno.

A partir de um acompanhamento mais de perto das faltas do aluno e com a visitar domiciliar, o objetivo dessa ação é que o aluno retorne para escola e, assim, grande parte dos alunos faltosos possa retornar aos seus estudos e encontrar na escola um apoio para recuperar o tempo perdido e os conteúdos repassados.

¹⁸As ações para este projeto estão sintetizadas no quadro a seguir.

¹⁸ A ficha de acompanhamento se encontra no Anexo C.

Quadro 6 - Ficha para Alunos Infrequentes e Visitas Domiciliares

O quê será feito?	Por quê? (justificativa)	Onde será feito? (local)	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos)
1 - Construir uma ficha de acompanhamento dos alunos infrequentes	Acompanhar de perto a frequência dos alunos e tomar medidas antes que ele abandone.	Sala da supervisão.	Supervisoras e direção e professor.	Após levantamento feito das faltas.	Registro na ficha de acompanhamento pela supervisora após comunicado dos professores.	Impressão dos formulários (ficha) – recurso da própria escola.
2 – Aviso no pátio da escola e Visita as salas de aula pelo diretor.	Mostrar que a direção está preocupada com a ausência do aluno.	Pátio da escola e Sala de aula	Direção e Supervisoras.	Após levantamento feito das faltas e continuamente as visitas.	- Afixar no pátio da escola cartaz com dizeres como: “Estamos sentido falta de alguns alunos matriculados....”; - Visitar as salas de aula para verificar a presença dos alunos e no caso de ausência verificar a justificativa.	Recurso próprio da escola de manutenção e custeio (cx).
3 - Realizar visitas domiciliares aos alunos infrequentes.	Para saber os motivos das ausências á escola.	Residência dos alunos infrequentes.	Direção, Supervisoras e alunos.	Após levantamento feito das faltas.	- Visitar as residências dos alunos infrequentes, primeiro contar com a parceria dos alunos colegas de sala de aula e/ou o representante de turma e depois a equipe da escola.	Sem custo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa qualitativa.

3.4 1º Encontro da Escola Constâncio sobre Abandono Escolar

A pesquisa realizada mostrou que 56 % dos alunos abandonaram a escola no 1º ano e 44 % no 2º ano do Ensino Médio. Dentre os alunos entrevistados e nas turmas frequentes, essa taxa é de 2 % no 1º ano contra 15% no 2º ano. A pesquisa também revelou que 23 % dos alunos já foram reprovados. Nesse sentido, é preciso fazer uma reflexão dessas taxas, pois com relação ao abandono, esses jovens estão na cidade, fora da escola, sem estudar ou trabalhar. Uma situação que deve ser uma preocupação de todos.

Toda informação e pesquisa realizada devem ser compartilhadas com outras pessoas ou entidades para que todos tenham acesso às informações e sejam capazes de discutir os problemas enfrentados. No caso desta pesquisa, o abandono escolar no Ensino Médio regular é o foco.

O jovem em situação de abandono é pertencente ao Município e não apenas um aluno da rede estadual. É, portanto, responsabilidade de todos garantir a permanência desse aluno na escola e buscar os jovens que estão fora dela. A realização de um encontro propõe a discussão do tema e a criação de oportunidades para propor para eles a chance de estudarem, demonstrando as possibilidades que o estudo pode proporcionar. Na escola eles terão uma maior capacidade para prosseguir nos estudos ou escolher um melhor trabalho.

A ação em questão propõe a realização do 1º Encontro da Escola Estadual Constâncio Correia de Alvarenga em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME). A proposta é a discussão do tema abandono escolar e a busca de soluções. Além da SME, outros órgãos serão convidados, tais como: a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Tutelar, a Polícia Militar e a Secretaria Municipal de Saúde.

Primeiramente, é preciso definir uma data de realização do encontro e procurar a SME em busca de parceria. Na sequência, fazer os convites e repassar aos órgãos competentes pessoalmente, incentivando a participação dos membros. Também, incentivar a participação de todos aos alunos do Ensino Médio, principalmente daqueles com perfil de abandono. Para os pais, será enviado um comunicado com a solicitação de confirmação de presença para uma melhor organização do evento.

Pelo quantitativo de pessoas, o encontro será realizado na quadra da Escola Constância. No início deve-se oferecer um café atrativo, explicar o objetivo do encontro e apresentar os resultados da pesquisa. A apresentação será feita por meio de slides no Power Point, sendo necessário o uso de um data-show. Trazer algum palestrante que fale do tema - caso consiga a parceria com a SME. Uma palestra com um tempo de duração em torno de 40 min./ 1 hora, pois, como sabemos, os pais não têm muita paciência para ficar na escola ouvindo assuntos relacionados com a educação.

Na sequência, serão apresentadas as propostas e ações da escola para reduzir as taxas de reprovação, distorção e abandono; deve-se colher sugestões dos presentes e definir a responsabilidade de cada um. Depois da plenária, a escola irá consolidar as sugestões em forma de ação e fará uma divulgação a todos por meio de um folder. Dado o envolvimento do público juvenil, ao final do encontro será feita uma apresentação cultural com os alunos do Ensino Médio da escola.

Todo projeto ou ação precisa ser monitorado e avaliado, por isso a equipe de gestão deverá acompanhar a implementação das ações aprovadas e, de tempo em tempo, realizar uma avaliação para conhecer os resultados. Caso necessário, as ações podem sofrer alterações para que o objetivo proposto seja alcançado, ou seja, de fato consiga reduzir as taxas de abandono, melhorando assim os resultados da escola e os índices do Município.

No final do encontro, após a discussão do tema, cada um pode realmente assumir a sua responsabilidade e juntos realizarem um trabalho de resgate dos jovens que estão fora de escola. Que tenhamos (pesquisador, escola, comunidade) a capacidade de realizar ações que garantam a permanência do aluno.

As ações para esse projeto estão sintetizadas no quadro 7.

Quadro 7 - 1º Encontro da Escola Constância sobre Abandono Escolar

O quê será feito?	Por quê? (justificativa)	Onde será feito? (local)	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto? (Custos)
1 - Encontro envolvendo as redes Municipal e Estadual, órgãos municipais que trabalham ou que tenha parceira com educação.	Divulgar o resultado da pesquisa. Debater o problema a nível municipal e juntos procurar alternativas para combatê-lo.	Na quadra poliesportiva da escola estadual.	Pesquisador e equipe gestora da escola.	A partir de março iniciar a divulgação e posteriormente definir uma data no ano de 2018.	- Apresentação no data show dos resultados da pesquisa; - Palestra sobre o tema; - Apresentação cultural pelos alunos do EM da escola. - Reunir em grupo para construção de propostas; - Plenária para apresentação das propostas e definição de quais serão implementadas pela escola e pelo município.	Recurso de manutenção e custeio (CX) da escola e busca de parceria com a prefeitura municipal. O valor será de R\$ 1.000,00 para o café, divulgação e material de apoio no dia do encontro (caneta, papel, etc.).
2 - Divulgação das propostas definidas no encontro	Divulgar as propostas para que cada um assuma responsabilidade na resolução do problema.	Escola e órgãos conveniados.	Direção, equipe pedagógica e pesquisador.	Até 30 dias após o encontro.	- Construção de folder com as ações aprovadas; - Divulgar entre os alunos da escola, pais e nos órgãos/instituições que participaram do encontro	Recurso de manutenção e custeio (CX) da escola e busca de parceria com a prefeitura municipal.
3 – Monitoramento e Avaliação	Acompanhar a implementação das ações e avaliar se as mesmas estão surtindo efeito.	Escola.	Equipe gestora da escola.	Monitoramento deve ser contínuo e a avaliação a cada final de bimestre.	- Verificar a presença do aluno em sala de aula; - Acompanhar o trabalho do professor; - Entrar em contato com os órgãos participantes sempre que necessário e saber das ações realizadas.	Sem custo

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa qualitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo pesquisar e analisar as ações da equipe gestora no combate ao abandono no Ensino Médio regular. Para alcançar os objetivos propostos, foi preciso investigar as causas do abandono e quais os fatores que estão levando os alunos a abandonar a escola; ainda, porque eles abandonaram os estudos (alunos entrevistados).

Para melhor entender os problemas do Ensino Médio, no capítulo I foi feita uma contextualização histórica dos problemas e desafios dessa etapa do ensino, como também das reformas que o envolveram. Para definir seus objetivos e finalidades, considerou-se as legislações que tratam da matéria, tanto nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

Ainda no primeiro capítulo, discutiu-se o desafio na superação do abandono escolar no Ensino Médio, com análise das taxas de aprovação, reprovação, distorção idade/série, abandono e comparação entre os entes federados (União e Estado) com as taxas da escola. Passando pela análise dos resultados das avaliações externas, como Proeb. Deu-se a conhecer os programas e ações voltadas para o Ensino Médio implementados pelos governos Federal e Estadual, assim também as ações para o Ensino Fundamental, evitando maiores problemas na última etapa da educação básica.

Buscou-se compreender o contexto da escola pesquisada, primeiramente comparando as suas taxas com as do Estado, a Regional e do Município, e essas se apresentaram superiores. Na sequência, aprofundou-se na história da escola e da educação do Município. A escola apresenta um quadro de pessoal com enorme desafio relacionado com a rotatividade de professores, sendo um problema que não depende de sua vontade e sim dos órgãos superiores. Já com relação ao atendimento a comunidade, foi importante conhecer seu perfil e o da clientela atendida. Relativamente, é uma escola pequena, contando com Diretor, Vice-diretor, Secretária, auxiliares e outros funcionários. Há poucos problemas com a falta de professores e todos são habilitados em sua área de atuação.

Para compreender o problema do abandono no Ensino Médio regular, foi aplicado um questionário aos professores, que foi entregue na sala dos professores e eles levaram para casa com uma data estabelecida para devolução. Importante

destacar que nem todos devolveram na data combinada, sendo necessário cobrar várias vezes a devolução do questionário; mesmo assim ficaram dois professores sem devolver. Com a demora da entrega do questionário, ocorreu atraso também na produção desta pesquisa e postagem do texto final.

Para os alunos matriculados e freqüentes do 1º e 2º ano, também foi aplicado um questionário na sala de aula com agendamento prévio com os professores, mas no dia combinado faltaram muitos alunos devido à falta de transporte escolar e outros problemas. Por causa dessas ocorrências, o número de alunos presentes não seria um número satisfatório para a pesquisa, sendo necessário retornar mais duas vezes à escola para que os alunos pudessem responder ao questionário. Para que não houvesse incômodo nas aulas, os alunos responderam ao questionário na biblioteca.

Já com os alunos que abandonaram a escola e residem na cidade, foram realizadas entrevistas nas residências e até mesmo no local de trabalho (por isso foi entrevistado mais alunos do sexo masculino). Essa foi a parte mais difícil da pesquisa. Primeiramente foi complexo conseguir conciliar trabalho em duas escolas, em Municípios diferentes, a escrita da dissertação, a análise dos questionários e realizar as entrevistas com a equipe gestora e com os ex-alunos. Destaca-se que o horário do pesquisador, autor deste trabalho, era à noite em alguns dias da semana e nos finais de semana, mas muitas das vezes não era possível encontrar o aluno em casa, sendo preciso agendar e retornar. Em alguns casos foi preciso até 3 tentativas para encontrar o aluno. Com alguns alunos não foi possível realizar a entrevista devido a essas dificuldades. No primeiro momento do trabalho foi proposto entrevistar 10 ex-alunos, mas foi possível entrevistar 16, só não foi possível realizar com mais alunos devido às dificuldades relatadas. Entende-se que um número maior de entrevistas nos proporciona uma visão maior dos fatores que contribuem para o abandono escolar.

Com relação às entrevistas com a equipe gestora, apesar de ser apenas três, houve trabalho. Em momentos estava agendada a entrevista com a supervisora, surgia um problema na escola e ela tinha que resolver, assim foi por vários dias para conseguir as entrevistas. Com o diretor foi ainda mais complicado, além dos problemas cotidianos, na semana que estava agendada a entrevista, chegou à escola a supervisora pedagógica da SRE para acompanhar, analisar e avaliar o

programa de elevação da escolaridade. A supervisora ocupou todo o tempo do diretor e na sequência ele viajou para participar de uma reunião na SRE por dois dias; somente na semana seguinte foi possível agendar com ele à noite, por ser um horário mais tranquilo de funcionamento da escola. Nesse caso, o horário disponível do pesquisador era pela manhã, por ser a escola em que trabalha, ou à noite, pois no horário da tarde o mesmo estava em outra escola.

A análise do trabalho de pesquisa de campo teve o cuidado de relacionar as respostas com o referencial teórico estudado e apresentado no capítulo II. Vale ressaltar que vários fatores apontados pelos professores e alunos coincidiram com os citados pelos alunos que abandonaram e também com os autores estudados. Na análise verificou-se que há fatores internos e externos à escola que influenciam na decisão do aluno de abandonar os estudos. Sendo alguns desses de competência da escola tentar resolver para que possa reduzir a sua taxa de abandono, mas ao mesmo tempo, há desafios enormes, como por exemplo, quando se trata do desinteresse do aluno em estudar, pois esse foi o fator mais apontado na pesquisa.

A escola moderna é produto de outro momento histórico, social, político e econômico e, portanto, recebe uma clientela bastante diversificada e que tem o direito de acesso à escola. Hoje temos a presença dos alunos das camadas populares e, conforme relatado pelos pesquisadores, é outro desafio da escola atender essa nova realidade de alunos. Nesse cenário, é um dificultador quando se considera o trabalho do professor, pois o mesmo não se sente preparado para atender essa nova demanda.

Com relação ao trabalho do professor, faz-se necessário melhorar a sua metodologia de ensino e procurar usar as novas tecnologias, como também preparar aulas diversificadas. Futuramente, esse deverá ser um campo de pesquisa: a relação entre o trabalho docente e o abandono escolar, pois apesar do pouco tempo, pela pesquisa realizada, percebeu-se uma relação muito grande entre esses pontos. A fala dos alunos nos leva a crer que a metodologia aplicada pelos professores pode contribuir para o abandono.

No que tange à gestão da escola e sua equipe de apoio, é preciso melhorar algumas ações que a escola vem desenvolvendo, pois algumas têm logrado êxito, outras não. Algumas ações foram sugeridas no PAE com o objetivo de procurar ajudar a equipe gestora a reduzir a taxa de abandono na escola, tal como contribuir

para a redução da reprovação e da distorção idade/série. Sabe-se que ações como a participação da família não será fácil de alcançar, mas a escola deve continuar procurando essa parceria.

De uma maneira mais pessoal, ao caminhar para a finalização deste trabalho, registro que a oportunidade de fazer o mestrado, em especial a pesquisa de campo, todo o processo envolvido, contribuiu muito para o meu aprendizado e aperfeiçoamento profissional. Ao fazer análise dos questionários e entrevistas, tive um momento de reflexão do meu trabalho enquanto vice-diretor e professor. Certamente, novas atitudes serão tomadas a partir deste estudo. Muitas das vezes pensei nas minhas atuações como gestor e hoje com certeza muitas atitudes seriam diferentes.

Acredito que este estudo não se encerra aqui, terá prosseguimento. O abandono no Ensino Médio e também no Ensino Fundamental precisa ser estudado e aprofundado. Espero que outras pessoas possam aprofundar-se nesse debate, pois só assim teremos mudanças significativas na educação brasileira. Fico ainda na certeza de que os órgãos competentes possam ter acesso a dissertações como esta e busquem nelas exemplos de ações que possam ajudar na formulação de políticas educacionais voltadas para as crianças e jovens que fazem parte do universo estudantil de hoje.

Espero, ainda, que outras pessoas possam investigar o trabalho do professor/escola, até mesmo das políticas públicas educacionais relacionadas o abandono escolar. Que o problema do abandono não seja só de responsabilidade da escola e sim dos órgãos superiores que estabelecem as diretrizes educacionais. É preciso que os gestores cobrem dos seus superiores ações que contribuam para a redução dessas taxas aqui analisadas. Uma das ações primordiais será a capacitação dos professores para trabalhar com as novas tecnologias e também lidar com esse novo público escolar. Além dessa capacitação em serviço (continuada), é preciso pensar na formação do profissional que irá atuar nas escolas, principalmente os cursos de licenciatura, pois nota-se que muitos estão chegando às escolas sem a devida formação acadêmica.

Por fim, registra-se que este trabalho procurou conhecer as ações da equipe gestora da escola Constâncio sobre o problema do abandono escolar com foco no Ensino Médio. Ao mesmo tempo, proporcionou uma reflexão de todo o trabalho

escolar e oportunizará aos professores, funcionários, alunos, pais e comunidade local discutir o problema evidenciado e, além disso, juntos buscar soluções para superá-lo, garantindo assim a permanência do aluno na escola e com qualidade de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. R. DE. **O Gestor e a Evasão Escolar**: Uma questão a ser discutida. 2010 (Monografia) Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro / RJ.

AQUINO, M. G. DA S. **Atuação da equipe gestora das escolas de Ensino Médio diante da evasão**: um estudo de caso de duas escolas do município de Itacoatiara – AM. 2013 (Dissertação) Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/menu/dissertacoes-defendidas>>. Acesso em: 15 nov. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em : < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> > . Acesso em: 22 dez. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BROOKE, N. (org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 520 p (coleção EDVCERE, 19).

CAMARGO, D. B.; RIOS, M. P. G. A Evasão escolar na 1ª série do Ensino Médio no município de Joaçaba – SC: desafios curriculares. **Anais... IX ANPED SUL – Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul**, 2012. Disponível em: <<http://www.portalampedsul.com.br>>. Acesso em: 13 out. 2016.

CARNEIRO, M. A. **O Nó do Ensino Médio**. 4. ed. Petrópolis: Vozes Ltda, 2015.

COSTA, G. L.M.. O Ensino Médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. Estudos. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013. Acesso em: 12 maio 2016

FERREIRA, V. C. P.. **Competências da liderança na gestão escolar**, Junho de 2016. Disponível em: < <http://www.ppgp3.caedufjf.net>> 2º Período /2016 – 7ª quinzena – disciplina: Liderança Educacional e Gestão Escolar.

FRITSCH, R.; VITELLI, R.; ROCHA, C. S. Defasagem idade-série em escolas estaduais de Ensino Médio no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos** (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 218-236, jan./abr. 2014.

LINS, E. C.. **ENSINO MÉDIO**: a dualidade histórica e A legislação educacional Brasileira do século XX, 2014. Disponível em: < professor.cee.ce.gov.br> (portal do professor). Acesso em: 07 Jun. 2016.

KRAWCZYK, N. **Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje síntese do texto O Ensino Médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009. (Coleção Em Questão, 6).

MARTELETO, L.; MARSCHNERB, M.; CARVALHAES, F. **Educational Stratification after a Decade of Reforms on Higher Education**. Access in Brazil. Research in Social Stratification and Mobility, 2001. Vol. 46, p. 99–111.

MAZZI, F. P. R. de. **Gestão no Ensino Médio: evasão causada pela violência** Disponível em: < http://pt.scribd.com/doc/273102894/gestao-No-ensino-Medio_Evasao-causada-Pela-Violencia>. Acesso em: 18 jan.2016.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do Ensino Fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 661-690, out. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

PONTES, L. A. F. **Avaliação educacional em grande escala: a experiência brasileira**. Juiz de Fora: UFJF, 2012. (Guia de Estudos: Processo de Formação de Professores da Educação Pública - CAED, v. I, 2012).

QEDU. **Taxas de Rendimento** (2011). Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2011>>.Acesso: em: 20 fev. 2017.

QUEIROZ, C. M.; ALVES, L. A.; SILVA, R. R.; SILVA, K. N.; MODESTO, R. V. **EVOLUÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL- 2008**. Disponível em: <www.simpósioestadopolíticas.ufu.br>. Acesso em: 22 maio 2016.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a Evasão Escolar: para se pensar na inclusão escolar. **25ª Reunião anual da Anped**, Caxambu, v.1, n.1, p.01-01, 2012. Disponível em: < <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

RIANI, F. Constituições programáticas, funções estatais, políticas públicas e a (In)competência do judiciário. **Sequência**, Florianópolis, v. 34, n. 66, jul. 2013, p. 137-160. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2013v34n66p137>>.Acesso em: 22 abr. 2017.

ROMANELLI, O. de. **Historia da educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1999.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOARES, T. Machado et al.; FERNANDES, N. da S.; NÓBREGA, M. C.; NICOLELLA, A. C. Fatores associados ao abandono escolar no Ensino Médio público de Minas Gerais. **Educ. Pesq.**, São Paulo, vol. 41, n. 3, p. 757-772, jul/set. 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

TOKARNIA, Mariana. **Após revogar escolhas de Dilma, Temer nomeia 12 conselheiros de educação.** 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/apos-revogar-escolhas-de-dilma-temer-nomeia-12-conselheiros-de-educacao>>. Acesso em: 10 out. 2016.

TILLY, CHARLES. Tradução de Alexandre Massella. O acesso desigual ao conhecimento científico. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 47 – 63. nov. 2016.

Todos Pela Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil - 2000 a 2015.** Versão Preliminar. Junho de 2014. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file>.

VANINI, Eduardo. **O Ensino Médio se reduziu a uma preparação para o vestibular, diz educadora.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/educacao-360/o-ensino-medio-se-reduziu-uma-preparacao-para-vestibular-diz-educadora-13473499>>.

VOLPI, M; SILVA, M. de S.; RIBEIRO, J. **Dez desafios do Ensino Médio no Brasil:** para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. Brasília, DF: UNICEF, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista para Diretor Escolar

Prezado Diretor:

Sou professor da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) em exercício na Escola Estadual “Constâncio Correia de Alvarenga” de Nacip Raydan / MG. Atualmente estou cursando o Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP) em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Venho solicitar sua colaboração nessa pesquisa, respondendo esta entrevista, sem a necessidade de identificação garantindo assim seu anonimato. Este instrumento faz parte do estudo que estou realizando cujo tema é **“Abandono no Ensino Médio: um estudo de caso sobre as ações gestoras na Escola Constâncio no município de Nacip Raydan – MG”**. As questões têm como objetivo “Investigar as dificuldades da equipe gestora em diminuir os fatores que interferem no abandono escolar dos alunos do Ensino Médio regular” na referida Escola.

Sua participação será de grande importância para essa pesquisa, que tem dentre seus objetivos a elaboração de um Plano de Ação com sugestões de ações que possa dar suporte a escola na garantia da permanência e conclusão do aluno do Ensino Médio regular.

Agradeço grandemente sua colaboração.

Edmilson José Alves

Professor e vice-diretor da Escola Constâncio.

Escola: E. Estadual Constâncio Correia de Alvarenga.

Município: Nacip Raydan / MG

Data: _____

Nome (opcional): _____

I) Identificação / Vida profissional:

- a) Quanto tempo você tem de magistério?
- b) Quanto tempo trabalha nesta escola?

II) Objetivos e Metas da Escola:

- a) Qual a sua visão sobre o ensino médio?
- b) O que você pensa do abandono no ensino médio?
- c) Geralmente os alunos infrequentes tendem a abandonarem a escola. Quais as medidas adotadas pela escola no caso de infrequência dos alunos? Essas ações têm surtido efeito?
- d) E com relação à distorção idade/série, você acha que pode influenciar no abandono escolar? Por quê? Há alguma medida para reduzir a taxa de distorção idade/série?

e) Em sua opinião, os resultados de aprendizagem (no caso da reprovação) podem influenciar na decisão do aluno a abandonar a escola? Quais ações a escola desenvolve com relação à reprovação?

III) Organização escolar:

- a) A escola tem apresentado alta taxa de abandono no EM, por exemplo, em 2016 foi de 8,18 %. Quais os fatores que interferem nessa taxa?
- b) Os critérios utilizados para formação das turmas têm ajudado na redução da taxa de abandono no EM?
- c) Quais as ações desenvolvidas pela escola para garantir a permanência dos alunos? Essas ações têm dado resultado?

IV) Docentes - Perfil e estratégias de orientação pedagógico-educacional:

- a) Há alguma relação do trabalho do professor com o abandono escolar? A prática dos professores tem ajudado a manter os alunos na escola?
- b) Você conhece as estratégias utilizadas pelos professores para incentivar aos alunos a continuar estudando? Essas estratégias têm ajudado a escola a diminuir o abandono escolar?
- c) Em sua opinião, o processo de avaliação dos professores interfere na decisão do aluno a abandonar a escola?

V) Relacionamento escola, aluno, família e comunidade:

- a) Que nível de ensino você acredita que a maioria de seus alunos alcançará no futuro? Por quê? A escola pode contribuir para isso? Há alguma influência dos fatores externos? Qual (is)?
- b) Como é a participação da família com relação à vida escolar dos filhos?
- c) A escola entra em contato com a família do aluno que abandona? Como é feita essa comunicação? A família tem apresentado algum retorno?

*** Por fim, dentre os vários fatores internos e externos que podem influenciar no abandono escolar, quais são, em sua opinião, as possibilidades de atuação da equipe gestora para enfrentar esse problema? Então, o que pode ser feito para diminuí-lo?**

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista para Supervisor Pedagógico

Prezado supervisor:

Sou professor da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) em exercício na Escola Estadual “Constâncio Correia de Alvarenga” de Nacip Raydan / MG. Atualmente estou cursando o Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP) em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Venho solicitar sua colaboração nessa pesquisa, respondendo esta entrevista, sem a necessidade de identificação garantindo assim seu anonimato. Este instrumento faz parte do estudo que estou realizando cujo tema é **“Abandono no Ensino Médio: um estudo de caso sobre as ações gestoras na Escola Constâncio no município de Nacip Raydan – MG”**. As questões têm como objetivo “Investigar as dificuldades da equipe gestora em diminuir os fatores que interferem no abandono escolar dos alunos do Ensino Médio regular” na referida Escola.

Sua participação será de grande importância para essa pesquisa, que tem dentre seus objetivos a elaboração de um Plano de Ação com sugestões de ações que possa dar suporte a escola na garantia da permanência e conclusão do aluno do Ensino Médio regular.

Agradeço grandemente sua colaboração.

Edmilson José Alves

Professor e vice-diretor da Escola Constâncio.

Escola: E. Estadual Constâncio Correia de Alvarenga.

Município: Nacip Raydan / MG

Data: _____

Nome (opcional): _____

I) Identificação / Vida profissional:

- a) Quanto tempo você tem de magistério? E nesta função?
- b) Quanto tempo trabalha nesta escola? Nessa função nesta escola?

II) Objetivos e Metas da Escola:

- a) Qual a sua visão sobre o ensino médio?
- b) O que você pensa do abandono no ensino médio?
- c) Geralmente os alunos infrequentes tendem a abandonarem a escola. Quais as medidas adotadas pela escola no caso de infrequência dos alunos? Essas ações têm surtido efeito?
- d) E com relação à distorção idade/série, você acha que pode influenciar no abandono escolar? Por quê? Há alguma medida para reduzir a taxa de distorção idade/série?

e) Em sua opinião, os resultados de aprendizagem (no caso da reprovação) podem influenciar na decisão do aluno a abandonar a escola? Quais ações a escola desenvolve com relação à reprovação?

III) Organização escolar:

a) A escola tem apresentado alta taxa de abandono no EM, por exemplo, em 2016 foi de 8,18 %. Quais os fatores que interferem nessa taxa?

b) Os critérios utilizados para formação das turmas têm ajudado na redução da taxa de abandono no EM?

c) Quais as ações desenvolvidas pela escola para garantir a permanência dos alunos?

Essas ações têm dado resultado?

IV) Docentes - Perfil e estratégias de orientação pedagógico-educacional:

a) Em sua opinião o professor realiza sua prática pedagógica com foco na aprendizagem dos alunos?

b) Quais os recursos pedagógicos disponíveis para os professores? Como se dá este uso? É regular/esporádico? São suficientes?

c) O processo de avaliação interfere nos resultados dos alunos? Como você realiza a supervisão desses resultados? Pra você há alguma interferência na decisão dos alunos a abandonarem a escola?

d) Você conhece as estratégias utilizadas pelos professores para incentivar aos alunos a continuar estudando? Essas estratégias têm ajudado a escola a diminuir o abandono escolar?

e) Que apoio recebe os professores por parte da equipe pedagógica para o planejamento e preparo de suas aulas?

f) Há alguma relação do trabalho do professor com o abandono escolar? A prática dos professores tem ajudado a manter os alunos na escola?

g) Qual a atuação da equipe de supervisão junto aos professores com relação ao abandono?

V) Relacionamento escola, aluno, família e comunidade:

a) Qual o perfil dos alunos que deixam a escola?

b) Qual a atuação da equipe de supervisão com o aluno que abandonou a escola?

c) Quais estratégias que a escola utiliza para garantir a permanência do aluno que abandonou e retornou aos estudos?

d) Como é a participação da família com relação à vida escolar dos filhos?

e) A escola entra em contato com a família do aluno que abandona? Como é feita essa comunicação? A família tem apresentado algum retorno?

*** Por fim, dentre os vários fatores internos e externos que podem influenciar no abandono escolar, quais são, em sua opinião, as possibilidades de atuação da equipe gestora para enfrentar esse problema? Então, o que pode ser feito para diminuí-lo?**

APENDICE C

QUESTIONÁRIO – PROFESSORES

Prezado (a) professor (a):

Sou professor da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) em exercício na Escola Estadual “Constâncio Correia de Alvarenga” de Nacip Raydan / MG. Atualmente estou cursando o Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP) em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Venho solicitar sua colaboração nessa pesquisa, respondendo este questionário, sem a necessidade de identificação garantindo assim seu anonimato. Este instrumento faz parte do estudo que estou realizando cujo tema é **“Abandono no Ensino Médio: um estudo de caso sobre as ações gestoras na Escola Constâncio no município de Nacip Raydan – MG”**. As questões têm como objetivo “Investigar as dificuldades da equipe gestora em diminuir os fatores que interferem no abandono escolar dos alunos do Ensino Médio regular” na referida Escola.

Sua participação será de grande importância para essa pesquisa, que tem dentre seus objetivos a elaboração de um Plano de Ação com sugestões de ações que possa dar suporte a escola na garantia da permanência e conclusão do aluno do Ensino Médio regular.

Agradeço grandemente sua colaboração.

Edmilson José Alves

Professor e vice-diretor da Escola Constâncio.

Escola: E. Estadual Constâncio Correia de Alvarenga.

Município: Nacip Raydan / MG

Data: _____

Nome (opcional): _____

BLOCO 1 – DADOS PESSOAIS:

1) Qual é o seu sexo?

a) ☐ Masculino

b) ☐ Feminino

2) Você poderia nos dizer a sua faixa etária (idade)? R: _____

BLOCO 2 – FORMAÇÃO:

3) Assinale o nível de escolaridade que você concluiu (ensino médio e superior):

a) ☐ Ensino Médio - Magistério

a) ☐ Ensino Superior – Pedagogia

b) ☐ Ensino Médio - Técnico

b) ☐ Ensino Superior – Licenciatura

c) ☐ Ensino Médio - Outro

c) ☐ Ensino Superior - Normal Superior

d) ☐ Ensino Superior - Outra área.

4) Indique o curso de pós-graduação de mais alta titulação que você possui.

a) ☐ Não fiz ou não completei curso de pós-graduação

b)(☐) Atualização ou Aperfeiçoamento (mínimo de 180 horas)

c)(☐) Especialização (mínimo de 360 horas).

d)(☐) Mestrado

e)(☐) Doutorado

f)(☐) Outro (especificar): _____

BLOCO 3 – DADOS PROFISSIONAIS:

5) Há quantos anos você trabalha:

I) Como professor? R: _____

II) Como professor nesta escola? R: _____

6) Nesta escola, qual a sua carga horária semanal? (Considere a carga horária contratual: horas-aula mais horas para atividades, se houver. Não considere aulas particulares) R:

7) Quantos cargos você tem?

a)(☐) um

b)(☐) dois

c)(☐) três ou mais

8) Se você marcou dois ou mais, qual a sua rede de atuação?

a)(☐) Na mesma escola

b)(☐) Na rede municipal da minha cidade

c)(☐) Em outra escola estadual

d)(☐) Na rede municipal da cidade vizinha

e)(☐) Escola particular

f)(☐) Escola federal

9) Considerando todas as escolas em que você trabalha atualmente como professor, qual a sua carga horária semanal? (Considere a carga horária contratual: horas-aula mais horas para atividades, se houver. Não considere aulas particulares): R: _____

BLOCO 4 – ATIVIDADE PROFISSIONAL / RELAÇÃO ESCOLA / PROFESSOR / ALUNO:

10) Com relação a visão que você tem do ensino médio marque a opção que mais se aproxima da sua opinião:

	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo	Discordo Totalmente
O estudo pode propiciar melhores condições de vida para as famílias.				
O estudo pode propiciar melhores condições de trabalho.				
Não há valorização dos estudos pela maioria dos alunos.				
Ao concluir o EM o aluno se sente preparado para o mercado de trabalho.				
Ao concluir o EM o aluno se sente preparado para fazer um curso superior.				
Ao concluir o EM o aluno se sente preparado para prosseguir os estudos.				
O EM prepara o aluno para ser cidadão.				
O aluno que dedica mais aos estudos no EM terá melhores condições de vida.				

11) Segundo a sua experiência, o que levou alunos para os quais você deu aula a abandonarem a escola?

12) Dos fatores relacionados abaixo, em sua opinião, quais contribuem ou não para o abandono escolar nesta escola.

	Contribui muito	Contribui	Não contribui
Carência de infraestrutura física.			
Carência ou ineficiência da supervisão, coordenação e orientação pedagógica.			
Conteúdos curriculares inadequados às necessidades dos alunos			
Não cumprimento dos conteúdos curriculares ao longo da trajetória escolar do aluno.			
Sobrecarga de trabalho dos professores, dificultando o planejamento e o preparo das aulas.			
Insatisfação e desestímulo do professor com a carreira docente.			
Falta de capacitação dos professores/funcionários.			
Meio social em que o aluno vive.			
Nível cultural/econômico dos pais dos alunos.			
Falta de assistência e acompanhamento dos pais na vida escolar do aluno.			
Baixa autoestima dos alunos.			
Desinteresse e falta de esforço do aluno.			
Indisciplina dos alunos em sala de aula.			
Alto índice de faltas por parte dos alunos			

Outros:

13) Com relação à distorção idade/série, nesta escola, pra você, tem influência na decisão do aluno em abandonar os estudos? Por quê?

14) Em sua opinião, os resultados de aprendizagem (no caso da reprovação) podem influenciar na decisão do aluno a abandonar a escola?

15 - Quais ações você desenvolve com relação à reprovação do aluno, nesta escola?

A escola tem apresentado alta taxa de abandono no Ensino Médio, por exemplo, em 2016 foi de 8,18 %.

16) Quais das ações abaixo você realizou de 2016 até agora que possa garantir a permanência do aluno na escola, ou seja, reduzir a taxa de abandono?

	Realizo com frequência	Realizo às vezes	Nunca realizei
Desenvolver atividades em grupo, em sala de aula, para que os alunos busquem soluções de problemas.			
Desenvolver projetos temáticos com o objetivo de aprimorar as habilidades de trabalho em equipe.			
Estimular os alunos a expressarem suas opiniões e a desenvolverem argumentos a partir de temas diversos.			
Propor situações de aprendizagem que sejam familiares ou de interesse dos alunos.			
Realizar apresentações (júri simulado, dança, música, etc)			
Usar as novas TICs (pesquisa na Internet / programas / aplicativos, ...)			
Levar os alunos no laboratório de informática.			
Usar Filmes, desenhos animados ou documentários.			
Uso do Data show ou vídeo.			
Realizar projeto interdisciplinar.			
Incentivar aos alunos a participarem dos projetos da escola.			
Enviar comunicados aos familiares dos alunos.			
Relacionar os conteúdos trabalhados com a realidade dos alunos.			

Outras? _____

17) Em sua opinião, que tipo de ação da escola ajudaria a amenizar ou reduzir o abandono escolar?

	Sim	Não	Em parte
Desenvolver projetos interdisciplinares			
Realizar palestras de incentivo e importância do estudo			
Realizar projetos/eventos para as famílias aproximando-as da escola			

Discutir e aperfeiçoar as estratégias de recuperação para os alunos			
Enturmar os alunos de forma heterogênea			
Comunicar aos órgãos competentes as ausências dos alunos e cobrar providências.			
Aderir aos projetos da SEE para melhorar a aprendizagem e reduzir a distorção idade/série			
Apoio da equipe gestora aos professores no preparo das aulas / planejamentos			

Outras?

18 – Se você marcou “em parte”, em que você concorda ou discorda?

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO – ALUNOS

Prezado (a) aluno (a):

Sou professor da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) em exercício na Escola Estadual “Constâncio Correia de Alvarenga” de Nacip Raydan / MG. Atualmente estou cursando o Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP) em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Venho solicitar sua colaboração nessa pesquisa, respondendo este questionário, sem a necessidade de identificação garantindo assim seu anonimato. Este instrumento faz parte do estudo que estou realizando cujo tema é **“Abandono no Ensino Médio: um estudo de caso sobre as ações gestoras na Escola Constâncio no município de Nacip Raydan – MG”**. As questões têm como objetivo “Investigar as dificuldades da equipe gestora em diminuir os fatores que interferem no abandono escolar dos alunos do Ensino Médio regular” na referida Escola.

Sua participação será de grande importância para essa pesquisa, que tem dentre seus objetivos a elaboração de um Plano de Ação com sugestões de ações que possa dar suporte a escola na garantia da permanência e conclusão do aluno do Ensino Médio regular.

Agradeço grandemente sua colaboração.

Edmilson José Alves

Professor e vice-diretor da Escola Constâncio.

Escola: E. Estadual Constâncio Correia de Alvarenga.

Município: Nacip Raydan / MG

Data: _____

Nome (opcional): _____

Qual é o ano/escolaridade você está cursando?

a) ☐ 1º ano

b) ☐ 2º ano

BLOCO 1 – DADOS PESSOAIS:

1) Qual é o seu sexo?

a) ☐ Masculino

b) ☐ Feminino

2) Você poderia nos dizer a sua faixa etária (idade)? R: _____

3) Como você se considera?

a) ☐ Branco(a)

b) ☐ Pardo(a)

c) ☐ Preto(a)

d) ☐

Amarelo(a)

e) ☐ Indígena

f) ☐ Não quero declarar

4) Assinale a alternativa que engloba o valor da renda familiar total, ou seja, somando todos os rendimentos da família: (Salário Mínimo = R\$ 937,00).

a) ☐ Menos de R\$ 937, 00

b) ☐ De R\$ 937,00 a 1.405,50

c)(☐) De R\$ 1.406,00 a 1.874,00 d)(☐) Acima de R\$ 1.874,00

5) Você ou sua família recebe bolsa família?

a)(☐) Sim b)(☐) Não

6) Atualmente você trabalha fora de casa (recebendo ou não um salário)?

a)(☐) Sim b)(☐) Não

BLOCO 2 – RELAÇÃO FAMILIAR:

7) Você está morando:

a)(☐) Sozinho (a) b)(☐) Com seus pais (mãe e pai)

c)(☐) Somente com sua mãe d)(☐) Somente com seu pai

e)(☐) Outra pessoa responsável (tios, avós, irmãos, etc)

8) Com relação à escolaridade de seus pais ou responsável por você, marque a opção que melhor representa até que série eles estudaram?

Escolaridade (nível de estudo)	PAI	MÃE	RESPONSÁVEL
Nunca estudou			
Não concluiu a 4. ^a série/5. ^o ano			
Concluiu a 4. ^a série/5. ^o ano, mas não concluiu a 8. ^a série/9. ^o ano			
Concluiu a 8. ^a série/9. ^o ano, mas não concluiu o Ensino Médio			
Concluiu o Ensino Médio, mas não concluiu curso superior (Faculdade)			
Concluiu o curso superior (Faculdade)			
Está cursando pós-graduação			
Concluiu a pós-graduação			
Não sei			

9) Durante o ano letivo, com qual frequência seus pais, ou responsáveis por você, vão às reuniões escolares? R: _____

10) Quanto a participação da família em sua vida estudantil, marque a melhor opção.

Incentivo da família	Sim	Não	Às vezes
Seus pais ou responsáveis incentivam você a estudar?			
Seus pais ou responsáveis incentivam você a fazer o dever de casa?			
Seus pais ou responsáveis incentivam você a fazer os trabalhos escolares?			
Seus pais ou responsáveis incentivam você a ler?			
Seus pais ou responsáveis ajudam você nos deveres de casa?			

BLOCO 3 – RELAÇÃO ESCOLA / PROFESSOR / ALUNO.

11) Você faz dever de casa?

a)(☐) Sempre b)(☐) De vez em quando

c)(☐) Nunca

d)(☐) O(a) professor(a) não passa dever de casa

12) Quando você terminar o 3º ano do Ensino Médio, você pretende:

- a)(☐) Somente continuar estudando b)(☐) Somente trabalhar
c)(☐) Continuar estudando e trabalhar d)(☐) Ainda não sei

13) Você já foi reprovado?

- a)(☐) Não b)(☐) Sim, duas vezes
c)(☐) Sim, uma vez d)(☐) Sim, três vezes ou mais

14) Se você respondeu “sim”, relate quais os motivos:

- a)(☐) Desinteresse b)(☐) Insatisfação com o ensino médio
c)(☐) Problemas familiares d)(☐) Dificuldades financeiras
e)(☐) Doença f)(☐) Dificuldade de aprendizagem
g)(☐) Alguns professores não explicavam a matéria
h)(☐) Outros. Especifique: _____

15) Você já abandonou os estudos?

- a)(☐) Não b)(☐) Uma vez c)(☐) Duas vezes d)(☐) Três vezes ou mais

16) Se você já abandonou os estudos, por quê?

- a)(☐) Falta de apoio familiar b)(☐) Necessidade de trabalhar
c)(☐) Os conteúdos ministrados não atenderam às minhas expectativas
d)(☐) Não estava satisfeito com o meu rendimento escolar
e)(☐) Dificuldade de adaptação ao ritmo dos colegas
f)(☐) Moro muito longe da escola g)(☐) Por causa dos professores
h)(☐) Outros. Especifique: _____

17) Em sua opinião, quais os fatores podem levar os alunos a abandonarem os estudos?

- a)(☐) Falta de apoio familiar
b)(☐) Necessidade de trabalhar
c)(☐) Desinteresse dos próprios alunos
d)(☐) Alguns professores não explicam a matéria
e)(☐) Dificuldade de aprendizagem - dificuldade de adaptação ao ritmo dos colegas
f)(☐) Insatisfação com o ensino médio
g)(☐) Os conteúdos ministrados não atendem as expectativas dos alunos
h)(☐) Outros. Especifique: _____

18) Leia as afirmativas abaixo e marque a opção que mais se aproxima com a sua opinião:

	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo	Discordo Totalmente
O estudo pode propiciar melhores condições de vida para as famílias.				

O estudo pode propiciar melhores condições de trabalho.				
A maioria dos alunos não valoriza os estudos.				
Ao concluir o EM você se sente preparado para o mercado de trabalho.				
Ao concluir o EM o aluno se sente preparado para fazer um curso superior.				
Ao concluir o EM o aluno se sente preparado para prosseguir os estudos.				
O EM prepara o aluno para ser cidadão.				
O aluno que dedica mais aos estudos no EM terá melhores condições de vida.				

APENDICE E

ENTREVISTA - ALUNOS QUE ABANDONARAM

Entrevista semi-estruturada aplicada aos alunos que abandonaram a escola e reside no município.

Prezado (a) aluno (a):

Sou professor da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) em exercício na Escola Estadual “Constâncio Correia de Alvarenga” de Nacip Raydan / MG. Atualmente estou cursando o Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP) em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Venho solicitar sua colaboração nessa pesquisa, respondendo este questionário, sem a necessidade de identificação garantindo assim seu anonimato. Este instrumento faz parte do estudo que estou realizando cujo tema é **“Abandono no Ensino Médio: um estudo de caso sobre as ações gestoras na Escola Constâncio no município de Nacip Raydan – MG”**. As questões têm como objetivo “Investigar as dificuldades da equipe gestora em diminuir os fatores que interferem no abandono escolar dos alunos do Ensino Médio regular” na referida Escola.

Sua participação será de grande importância para essa pesquisa, que tem dentre seus objetivos a elaboração de um Plano de Ação com sugestões de ações que possa dar suporte a escola na garantia da permanência e conclusão do aluno do Ensino Médio regular.

Agradeço grandemente sua colaboração.

Edmilson José Alves

Professor e vice-diretor da Escola Constâncio.

Escola: E. Estadual Constâncio Correia de Alvarenga.

Município: Nacip Raydan / MG

Data: _____

Nome (opcional): _____

BLOCO 1 – DADOS PESSOAIS:

1) Qual é o seu sexo?

a) (☐) Masculino.

b) (☐) Feminino.

2) Você poderia nos dizer a sua faixa etária? R: _____

3) Como você se considera?

a) (☐) Branco(a).

b) (☐) Pardo(a).

c) (☐) Preto(a).

d) (☐) Amarelo(a).

e) (☐) Indígena.

f) (☐) Não quero declarar

4) Assinale a alternativa que engloba o valor da renda familiar total, ou seja, somando todos os rendimentos da família: (Salário Mínimo = R\$ 937,00).

- a) () Menos de R\$ 937,00 b) () De R\$ 937,00 a 1.405,50
c) () De R\$ 1.406,00 a 1.874,00 d) () Acima de R\$ 1.874,00

5) Você ou sua família recebe bolsa família?

- a) () Sim b)() Não

6) Atualmente você trabalha fora de casa (recebendo ou não um salário)?

- a) () Sim b) () Não

BLOCO 2 – RELAÇÃO FAMILIAR:

7) Você está morando:

- a) ☐ Sozinho (a)
- b) ☐ Com seus pais (mãe e pai)
- c) ☐ Somente com sua mãe
- d) ☐ Somente com seu pai
- e) ☐ Outra pessoa responsável (tios, avós, irmãos, etc)

8) Com relação à escolaridade de seus pais ou responsável por você, marque a opção que melhor representa até que série eles estudaram?

Escolaridade (nível de estudo)	PAI	MÃE	RESPONSÁVEL
Nunca estudou			
Não concluiu a 4.ª série/5.º ano			
Concluiu a 4.ª série/5.º ano, mas não concluiu a 8.ª série/9.º ano			
Concluiu a 8.ª série/9.º ano, mas não concluiu o Ensino Médio			
Concluiu o Ensino Médio, mas não concluiu curso superior (Faculdade)			
Concluiu o curso superior (Faculdade)			
Está cursando pós-graduação			
Concluiu a pós-graduação			
Não sei			

9) Quando você estudava com qual frequência seus pais, ou responsáveis por você, iam à reunião de pais durante o ano letivo?

- a) ☐ Sempre ou quase sempre
- b) ☐ De vez em quando
- c) ☐ Nunca ou quase nunca

BLOCO 3 – RELAÇÃO ESCOLA / ALUNO / FAMÍLIA.

10) Você já foi reprovado?

- a) ☐ Não
b) ☐ Sim, duas vezes
c) ☐ Sim, uma vez
d) ☐ Sim, três vezes ou mais

11) Se você respondeu “sim”, relate quais os motivos:

- a) () Desinteresse
b) () Insatisfação com o ensino médio
c) () Problemas familiares
d) () Dificuldades financeiras
e) () Doença
f) () Dificuldade de aprendizagem
g) () Alguns professores não explicava a matéria
h) () Outros. Especifique:

12) Ao ser reprovado, isto fez com que você abandonasse a escola? Por quê?

13) Em que ano/escolaridade que você parou de estudar?

a)(☐) 1º ano/1º período da EJA.

b)(☐) 2º ano/2º período da EJA.

c)(☐) 3º ano/3º período da EJA.

14) Há quantos anos deixou de estudar? _____ Quantos anos tinha, quando abandonou os estudos? _____ Com quem vivia quando deixou de estudar?

15) Você já tinha abandonado os estudos antes?

a)(☐) Não

b)(☐) Uma vez

c)(☐) Duas vezes

d)(☐) Três vezes ou mais

16) Por que você abandonou os estudos?

17) Quando você decidiu abandonar os estudos/escola, qual foi a reação da sua família?

18) Depois ter abandonado os estudos, voltou a tentar estudar? (☐) Sim (☐) Não

O que lhe tem impedido de voltar a estudar? _____

19) Você pretende retomar os estudos?

a)(☐) Sim

b)(☐) Não

Por quê?

20) Gostaria de apresentar alguma sugestão que possa ajudar a escola a reduzir o abandono escolar?

2ª parte: Especificação com relação a experiência, quais redes de ensino atuam, qual o nível de habilitação (graduação).

Função	Experiência	Vínculo: 1º cargo e 2º cargo	Habilitação		
			Graduação	Pós-graduação	Mestrado
Diretor (01)	Professor e vice-diretor (4 anos)	1º - em outra escola estadual; 2º – nomeado em dez/2016.	LP - Física	xxxxxxx	xxxx
Vice-diretor (01)	Professor e diretor (11 anos)	2º – em outra escola estadual.	LP - Matemática	1 - Matemática; 2 – Gestão Escolar.	Cursando
Secretária (01)	Professor e diretor (3 anos)	1º – nomeada em fev. 2017 em outra escola estadual.	LP - Química	Educação Especial	xxxx
Supervisor (02)	01 → Professor; 01 → supervisão	2º - na rede municipal.	Pedagogia	xxxxxxx	xxxx
ATB/ Auxiliar de Secretaria (02)	Secretaria escolar	01 → 1º aposentada; 01 → 2º - na rede municipal.	Normal Superior; Cursando Pedagogia.	xxxxxxx	xxxx
ATB Financeiro (01)	Área financeira da escola	xxxxxxxxx	xxxxxx	xxxxxxx	xxxx
ASB (09)	Preparo de merenda e limpeza.	xxxxxxxxx	xxxxxx	xxxxxxx	xxxx
PEUB (03)	Professor	02 → 2º - na rede municipal; 01 → 2º - na própria escola.	01 → Normal Superior; 02 → Veredas.	01 → Supervisão; 01 → Educação Especial.	xxxx
Professor de Apoio (04)	Professor	03 → 2º - na rede municipal.	Pedagogia	Educação Especial.	xxxx
Professor Regente de Aula – Regular / EJA (29)	Professor	6 com um cargo; 12 com dois cargos na própria escola e 11 com dois cargos – 2º na rede municipal ou estadual.	LP específica no componente curricular	12 na área específica e 02 em Educação Especial.	xxxx
Professor – Educação Integral (05)	Professor	03 com um cargo, 1 com dois cargos na própria escola e 1 com dois cargos na rede estadual.	04 com LP e 01 cursando na área específica	01 → Educação Especial.	xxxx
Professor – Curso Normal (04)	Professor	03 com dois cargos na rede municipal e 01 na rede estadual.	Pedagogia	xxxxxxx	xxxx
Legenda: 1) * ATB – Assistente Técnico de Educação Básica - * ASB – Auxiliar de Serviços de Educação Básica - * PEUB – Professor para o Ensino do Uso da Biblioteca - EJA – Educação de Jovens e Adultos (presencial) – * LP – Licenciatura Plena; 2) Educação Integral – projeto de tempo integral - atende aos alunos do Ensino Fundamental – ampliação de carga horária do aluno, com almoço na escola (na parte da manhã aula e a tarde oficinas); 3) Curso Normal – para as pessoas que já concluíram o Ensino Médio com habitação para Educação Infantil (creche e pré-escola) – duração de um ano e meio.					

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados da Secretaria escolar – 2016/2017.

ANEXO B

Sugestão de vídeos para a Virada da Educação (Importância do estudo)

- *Pro dia nascer feliz*: <<https://www.youtube.com/watch?v=29zuO59qYE8>>
- *Eu não quero voltar sozinho*: <https://www.youtube.com/watch?v=KOo_y9YkRcc >
- *Vida Maria*:< https://www.youtube.com/watch?v=zD_kmO8u1Xg>
- *Quando sinto que já sei*:<<https://www.youtube.com/watch?v=HX6P6P3x1Qg> >
- *O que a escola deveria aprender antes de ensinar?*:
<https://www.youtube.com/watch?v=EigUj_d5n80 >
- *Vila dos Idiotas*: <<https://www.youtube.com/watch?v=c8mXbrEXGr0> >
- *Como estrelas na terra, toda criança é especial*:
<<https://www.youtube.com/watch?v=6rxSS46Fwk4> >
- *O primeiro aluno da classe*: <https://www.youtube.com/watch?v=q6bLLKT1Wv4&list=PLt-uWTfSYv8jnSR6jd2QZf4ukG_HaIZ58 >
- *A garota surda e o violino*:< <https://www.youtube.com/watch?v=o3SozyMA3KI>>

**ANEXO C – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO ALUNO INFREQUENTE DA E.
E. CONSTÂNCIO CORREIA DE ALVARENGA**

1. Dados da Escola:

Nome: E. E. CONSTÂNCIO CORREIA DE ALVARENGA

Endereço: Av. Gov. Magalhães Pinto, s/nº, Centro, Nacip Raydan / MG

Email: escola.44636@educacao.mg.gov.br

Telefone: (33) 3294-1136

2. Dados dos alunos:

Aluno (a) _____

Data de Nascimento: _____ Idade: _____

Endereço: _____

Nº: _____ Bairro: _____

Município: _____ Telefone: _____

Email: _____

3. Informações escolares:

Ano / Turma / Turno: _____

O aluno já foi reprovado? () Sim () Não

O aluno já abandonou? () Sim () Não

O aluno está com distorção idade/série? () Sim () Não

Data das faltas: _____

Responsável pelo levantamento das faltas: _____

Data: _____

Observações sobre o comportamento do aluno: _____

Medidas adotadas: _____

Contatos com família: _____

Motivos das faltas: _____

Medidas adotadas pela escola após os motivos das faltas:

Retorno do aluno a escola: _____

Assinatura da equipe gestora:

Especialista

Direção

No caso do aluno não retornar para a escola: Visita familiar:

Dia: _____

Horário: _____

Responsável (is) pela visita:

Observações da visita: _____

Retorno do aluno a escola: _____

Assinatura da equipe gestora:

Especialista

Direção

No caso do aluno não retornar para a escola: Comunicado ao Conselho Tutelar

Dia: _____

Horário: _____

Responsável (is) pela comunicação:

No conselho tutelar:

Recebimento: _____ Assinatura: _____

Medidas adotadas pelo conselho tutelar: _____

Retorno do aluno a escola: _____

Assinatura da equipe gestora:

Especialista

Direção

No caso do aluno não retornar para a escola - Medidas adotadas:
